

RESISTIR E RESSIGNIFICAR

PARA (RE)CONSTRUIR UMA EDUCAÇÃO
COM EQUIDADE E ANTIRRACISMO

Organizadora

Francisca Vilani de Souza

**RESISTIR E RESSIGNIFICAR PARA
(RE)CONSTRUIR UMA EDUCAÇÃO COM
EQUIDADE E ANTIRRACISMO**



Pedro & João
editores

**FRANCISCA VILANI DE SOUZA
(ORGANIZADORA)**

**RESISTIR E RESSIGNIFICAR PARA
(RE)CONSTRUIR UMA EDUCAÇÃO COM
EQUIDADE E ANTIRRACISMO**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Francisca Vilani de Souza [Org.]

Resistir e ressignificar para (re)construir uma educação com equidade e antirracismo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 221p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1210-4 [Digital]

1. Educação. 2. Equidade. 3. Antirracismo. 4. Inclusão. I. Título.

CDD – 370

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1	13
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DE ESCOLAS URBANAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA 12ª DIREC – MOSSORÓ, RN	
Antonio Jaciane Anizio Marques da Silva	
Maria Dalvanir Marques Bezerra	
Marilaine Maria Morais Holanda	
Maria do Socorro Bezerra	
O CAPÍTULO 2	25
EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICO ADOTADO PELO CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA PROFESSOR ELISEU VIANA – MOSSORÓ, RN	
Josias Alves de Góis	
Marília Gabriela Nascimento França	
Tháisa Cristiany de Carvalho Costa	
CAPÍTULO 3	41
RACISMO NA ESCOLA: COMBATER É PRECISO PARA CONSTRUIR DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E IGUALITÁRIA	
Ivana Emanuela e Silva	
Nelzita Maria dos Santos Rosito Villalva	
Fabiana Gomes Maia dos Santos	
Iracema Amélia dos Santos	
Maria Lúcia dos Santos Rodrigues	
Francisca Vilani de Souza	

CAPÍTULO 4	63
ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA: REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03 E SUA RELEVÂNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR	
Fabiana Gomes Maia dos Santos Iracema Amélia dos Santos Maria Lúcia dos Santos Rodrigues Francisca Vilani de Souza	
CAPÍTULO 5	79
IDENTIDADE ÉTNICO -RACIAL: MUDANÇA DE PARADIGMA ERECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA	
Alana Jatobá de Sousa Bispo Naara Lourenço Rodrigues Felix	
CAPÍTULO 6	95
CONCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADE RACIAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE ALUNOS DA CIDADE DE CAMPO FORMOSO - BA E DO DISTRITO QUILOMBOLA DE LAGE DOS NEGROS	
Girleide de Almeida Souza dos Santos Jader Antônio dos Santos Josué Luiz da Silva Alves	
CAPÍTULO 7	111
A CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA: UM ESTUDO DE CAMPO EM BEBEDOURO	
Ricardo Souza Araújo Francisca Vilani de Souza	
CAPÍTULO 8	129
O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: PERCEPÇÕES, REALIDADES E CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGE DOS NEGROS	
Rodrigo Vicente da Silva	

CAPÍTULO 9	143
EMPREENDEADORISMO DAS MARIAS QUILOMBOLAS DO POVOADO DE SÃO TOMÉ - BA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	
Cleide Alves dos Santos Conceição de Souza	
Gilze Lidiane de Carvalho Barbosa Vieira	
Maristela Batista Gomes dos Santos	
Francisca Vilani de Souza	
CAPÍTULO 10	159
A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EM COMBATE AO RACISMO	
Odimar Lima de Oliveira Carvalho Bartilotti	
Pedrito Monteiro	
Francisca Vilani de Souza	
CAPÍTULO 11	173
ANÁLISE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL	
Adriana Vieira dos Santos	
Jamara Ferreira dos Santos Jesus	
CAPÍTULO 12	191
DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO DE LUTAS PARA SUPERAÇÃO DE PRECONCEITO	
Cornelia Cristina das Virgens	
Edineide Souza Santana	
CAPÍTULO 13	205
O IMPACTO DAS COTAS RACIAIS NA FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA EM RELAÇÃO AO RACISMO	
Gildete Torres dos Santos	
Helena de Jesus Costa	
Vitória Ramos Cruz da Silva	
SOBRE A ORGANIZADORA	221

APRESENTAÇÃO

Construir a equidade racial é compromisso de todos. Portanto, busca-se aqui refletir sobre como a educação pode contemplar culturas diferentes, heranças e valores civilizatórios, tendo como meta buscar o bem comum e o desenvolvimento de uma sociedade plural. Para isso é necessário garantir o acesso da população negra aos direitos universais na sociedade. E, assim, a igualdade de oportunidades profissionais, econômicas e políticas; respeito às culturas, religiões e a toda diversidade sociocultural vivenciada na sociedade brasileira.

Esse e-book intitulado “RESISTIR E RESSIGNIFICAR PARA (RE) CONSTRUIR UMA EDUCAÇÃO COM EQUIDADE E ANTIRRACISMO”, traz uma proposta de reflexão e construção de conhecimentos seletos, para assim, reduzir as desigualdades raciais tendo como espaço de fala a educação. O referido, ebook está organizado em 13 capítulos.

O CAPÍTULO 1 - UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DE ESCOLAS URBANAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA 12ª DIREC – MOSSORÓ, RN. Tem como objetivo analisar a sedimentação da divisão racial do trabalho na formação social brasileira, com foco nos terceirizados das escolas estaduais da 12ª Diretoria Regional de Educação e Cultura DIREC/Mossoró-RN.

O CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICO ADOTADO PELO CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA PROFESSOR ELISEU VIANA – MOSSORÓ, RN, visa analisar como a temática das relações étnico-raciais é abordada nos materiais didático-pedagógicos destinados aos alunos do Ensino Fundamental anos Finais.

O CAPÍTULO 3 - RACISMO NA ESCOLA: COMBATER É PRECISO PARA CONSTRUIR DE UMA EDUCAÇÃO

INCLUSIVA E IGUALITÁRIA, tem como objetivo discutir acerca da temática étnico-racial, considerando a importância da pesquisa sobre a existência de estereótipos e preconceito racial no livros didáticos, no ambiente escolar e a função do professor diante desse cenário, bem como a socialização dos questionamentos realizados com variados professores da educação brasileira.

O CAPÍTULO 4 - ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA: REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03 E SUA RELEVÂNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR, tem como objetivo analisar os aspectos e as características da citada lei e a importância de incorporá-la na prática pedagógica do professor, no cotidiano escolar, tendo como foco uma educação para a diversidade, que respeite às diferenças e a pluralidade étnico-racial.

O CAPÍTULO 5 - IDENTIDADE ÉTNICO -RACIAL: MUDANÇA DE PARADIGMA E RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA, objetivo foi conhecer a auto declaração destas comunidades relacionadas à cor. Explorar a importância da história e desenvolvimento de um povo que desde o princípio lutam contra o racismo, discriminação e segregação racial, defendendo a igualdade e a melhoria de vida. As pessoas entrevistadas são de idades entre 23 à65 anos homens e mulheres

O CAPÍTULO 6 - CONCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADE RACIAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE ALUNOS DA CIDADE DE CAMPO FORMOSO - BA E DO DISTRITO QUILOMBOLA DE LAGE DOS NEGROS, possui como objetivo propor uma análise comparativa, explorando como as experiências cotidianas moldam as percepções dos alunos sobre a desigualdade racial.

O CAPÍTULO 7 - A CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA: UM ESTUDO DE CAMPO EM BEBEDOURO, o objetivo é investigar a contribuição desempenhada pela Associação para a preservação, revitalização e transmissão da cultura quilombola. Destacando práticas, desafios e estratégias adotadas para fortalecer a identidade cultural e promover o desenvolvimento sustentável dessa comunidade.

O CAPÍTULO 8 - O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: PERCEPÇÕES, REALIDADES E CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGE DOS NEGROS, o objetivo é investigar as percepções e experiências de professores, pais e líderes comunitários. Explora o racismo estrutural no Brasil, com foco na comunidade quilombola de Lage dos Negros

O CAPÍTULO 9 - EMPREENDEDORISMO DAS MARIAS QUILOMBOLAS DO POVOADO DE SÃO TOMÉ - BA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES, a pesquisa busca compreender como as Marias Quilombolas superam desafios, transformando-os em oportunidades para fortalecer seus empreendimentos na comunidade. A justificativa se fundamenta na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as experiências singulares dessas empreendedoras em um contexto quilombola, destacando a complexidade e a riqueza de suas trajetórias.

O CAPÍTULO 10 - A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EM COMBATE AO RACISMO, tem como objetivo evidenciar a relevância da articulação e promoção da igualdade racial como ferramentas fundamentais no enfrentamento ao racismo. Partindo de uma contextualização histórica, explora-se a persistência das disparidades raciais e as diversas manifestações contemporâneas do preconceito.

O CAPÍTULO 11 - ANÁLISE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTO- JUVENIL, O objetivo geral é compreender a importância da literatura nas reflexões das relações étnicas raciais.

O CAPÍTULO 12 - DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO DE LUTAS PARA SUPERAÇÃO DE PRECONCEITO, objetiva analisar a desigualdade racial brasileira, dentro do contexto histórico de lutas para superação de preconceitos. É uma pesquisa qualitativa.

O CAPÍTULO 13 - O IMPACTO DAS COTAS RACIAIS NA FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA EM RELAÇÃO

AO RACISMO, tem como objetivo refletir sobre a desigualdade racial destacando a importância das cotas nas instituições de ensino e a formação desse cidadão em relação ao racismo.

CAPÍTULO 1

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES ÉTNICO- RACIAIS DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DE ESCOLAS URBANAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA 12ª DIREC – MOSSORÓ /RN

Antonio Jaciane Anizio Marques da Silva¹

Maria Dalvanir Marques Bezerra²

Marilaine Maria Morais Holanda³

Maria do Socorro Bezerra⁴

RESUMO

Nesse estudo é apresentada a discussão sobre o racismo, tendo como referência o racismo estrutural, a partir do contexto dos funcionários terceirizados que trabalham em escolas situadas na zona urbana do município de Mossoró/RN. A divisão racial do trabalho no capitalismo se configura como uma categoria fundamental para o racismo estrutural, em especial no mercado de trabalho assalariado. Assim, o presente artigo, tem como objetivo analisar a sedimentação da divisão racial do trabalho na formação social brasileira, com foco nos terceirizados das escolas estaduais da 12ª Diretoria Regional de Educação e Cultura DIREC/Mossoró-RN. Como parte da compreensão de elementos do complexo escravismo. Foi definida uma metodologia quantitativo-qualitativa. O instrumento de coleta de dados foi um formulário *online* aplicado pelo *google forms* e posterior observação *in loco*. Os sujeitos participantes da pesquisa são 54 servidores terceirizados e 20 diretores.

¹ Mestrando em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. E-mail: jaciane.anizio@outlook.com

² Mestranda em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. E-mail: dalvanir.maria@gmail.com

³ Mestranda em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. E-mail: marilaine_maria@hotmail.com

⁴ Mestranda em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. E-mail: msbezerradired@gmail.com

A base teórica fundamenta-se em ALMEIDA (2019), RIBEIRO (2019), ALVES (2022) dentre outros, a partir de suas discussões sobre o racismo estrutural e as relações possíveis com os dados obtidos e reflexões oriundas dessa análise. O texto não se encerra em si, abrindo possibilidade de expansão e futuro enriquecimento com dados e análises, sobretudo ao considerar a complexidade multifacetada que a temática tem por natureza. Verificou-se que os diretores ainda tentam suavizar a cor caracterizando - os como pardos, o que pode ser entendido como um resquício de racismo embutido ou entendimento equivocado, de que apontar uma pessoa como negra seria algo negativo. No entanto, os servidores se auto identificam como negros. Outro dado que a pesquisa destaca é que a maioria desses servidores tem como nível de escolaridade o ensino médio concluído. E, comparando à etnia predominante entre os pesquisados fica a indagação porque tantas pessoas passam pela educação básica completa e permanecem dentro do sistema de trabalho precarizado da terceirização.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; trabalho; terceirização.

INTRODUÇÃO

As relações sociais na atualidade estão comprometidas com sequelas das desigualdades étnico-raciais históricas e as limitações que ainda sofre a população negra, nas relações de poder, trabalho e espaços de conquistas no ambiente escolar, compreensão voltada para o movimento atual e real, ou seja, como o racismo se expressa na sociedade capitalista, nas possibilidades, nos limites, nas tendências e nas contradições que estão referendadas nas fundamentações teóricas para a identificação da divisão racial nas relações de trabalho no Brasil.

O racismo estrutural é um fenômeno complexo e arraigado que permeia a sociedade, exercendo um impacto profundo nas vidas das minorias étnicas. Este artigo apresenta uma análise do conceito de racismo estrutural e uma de suas muitas manifestações contemporâneas e os efeitos socioeconômicos que a perpetua. A pesquisa apresenta um panorama inicial sobre a composição étnica

dos funcionários terceirizados que atuam nas escolas da rede estadual de ensino pertencentes à 12ª Diretoria Regional de Educação e Cultura – 12ª DIREC.

Com a elaboração desse panorama apresenta-se uma análise sobre as condições de trabalho, escolaridade e renda, além do perfil étnico, dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados(as) que atuam nessas escolas, com vistas a levantar a discussão sobre o racismo estrutural e suas consequências para a população potiguar, sobretudo dessa sub-região.

Na realidade trabalhista brasileira, busca-se investigar a presença do racismo no mercado de trabalho, espaço que vem sedimentando nos dias atuais a divisão racial, apresentando ainda um ordenamento do racismo estrutural com o objetivo de estabelecer as condições necessárias para a exclusão e marginalização das(os) trabalhadoras(res) negras(os) do trabalho assalariado, estabelecendo condições materiais para a população negra ser inserida de forma precária em postos de trabalho informais ou com salários insuficientes para a sobrevivência e a reprodução da vida.

Estudar essa temática, sobretudo com o recorte socioespacial selecionado, faz-se necessário para somar ao debate acadêmico as informações coletadas em nossa realidade local/ regional e assim enriquecer a discussão, propondo um olhar crítico-reflexivo sobre o tema e a forma como ele se apresenta no contexto do trabalho terceirizado nas escolas estaduais de da referida circunscrição.

CONTEXTO HISTÓRICO

Pensar sobre a organização socioeconômica e histórica do trabalho implica refletir sobre as condições de existência dos indivíduos da sociedade e os possíveis (des)caminhos que os(as) levaram a construção de sua forma de existência atual. Essa construção histórica não parte de um ponto vazio, ou de um lugar qualquer dentro do contexto social. A sociedade é produto e produtora de história e como tal, estas construções históricas que

antecederam. Hoje responsável, pelo menos em parte, pelos resultados a história terá sobre o futuro.

Com base principalmente nos escritos de Alves (2022), Almeida (2019) e Ribeiro (2019) que versam sobre racismo e seus desdobramentos, dentre eles o racismo estrutural que constitui foco central nas construções socioeconômicas, políticas e históricas na sociedade, bem como partindo dos textos de Machado, Giongo e Mendes (2016) que sustentam ideias sobre a terceirização e precarização do trabalho e seus impactos sociais, destacam-se reflexões sobre o entrecruzamento dessas duas linhas teóricas que refletem sobre as condições de existência das populações de trabalhadores(as) negros(as). Nesse sentido, Alves (2022) argumenta que: “O racismo assumiu papel social, ideológico e político no mercado de trabalho brasileiro, e serviu para demarcar o lugar das(os) trabalhadoras(es) negras(os) na sociedade capitalista, sedimentando a divisão racial do trabalho no Brasil.” (ALVES, 2022. p. 216).

Essa sedimentação da divisão racial do trabalho apontado por Alves (2022), é reforçada pelas ideias apresentadas por Machado, Giongo e Mendes (2016), de forma mais generalizante, mas de igual teor quando se referem aos trabalhadores precarizados situados nas *franjas do tecido social*:

A precarização do trabalho é uma marca da atualidade e mantém vivos, mesmo que frágeis, os debates e as resistências oriundas de movimentos sociais, sindicatos e autores das áreas de ciências humanas e sociais. Ao referir-se a esse fenômeno, tem-se a concepção de “preariado social”, termo utilizado para caracterizar os trabalhadores assalariados ou não registrados, situados nas franjas do tecido social e previstos pelas políticas econômicas inspiradas nos pressupostos neoliberais na mundialização do capital e no deterioro das condições de vida e de trabalho. MACHADO, GIONGO E MENDES, (2016. p. 231).

É nessa linha de raciocínio que buscamos refletir sobre a divisão racial do trabalho como uma categoria fundamental de

análise do racismo estrutural no mercado de trabalho assalariado, com destaque para a terceirização de mão de obra nas escolas estaduais da cidade de Mossoró/ RN. Ao analisar os dados da pesquisa de campo, e verificar que há predominância de negros(as) e pardos(as) ocupando as vagas terceirizadas nas escolas que foram campo de pesquisa, se faz necessário ver a reflexão proposta por Almeida (2019), quando o autor provoca seus leitores questionando: “Como explicar o fato de que pessoas negras e mulheres encontram-se majoritariamente alocados nos postos de trabalho de baixa remuneração e considerados precários? Como explicar as maiores taxas de desemprego entre pessoas negras?” ALMEIDA, (2019, p. 125).

Uma tentativa de responder essa inquietude do autor, assumida por tantos outros autores(as) e atores sociais, traz uma reflexão sobre uma linha temporal mais distante dos nossos dias, mas nem por isso longe da realidade, uma vez que a sociedade de hoje é fruto de inúmeros contextos passados, conforme já apontados antes nesse texto.

Na lógica do trabalho no contexto capitalista atual, o trabalhador terceirizado também sofre com a divisão racial do trabalho, que assume o papel de delimitar a *abrsoção ou não da população negra nos postos formais de trabalho, bem como de justificar a precarização, subalternização e desemprego* dessa população. (Alves, 2022, p. 216).

Analisar e buscar compreender o sistema de trabalho onde se insere a terceirização é parte obrigatória para se discutir o recorte socioeconômico e histórico do perfil dos(as) trabalhadores(as) submetidos a essa categoria de trabalho. Bem como essa análise é condição necessária “para apresentar e/ ou aprofundar o conceito de racismo estrutural no contexto do mundo do trabalho brasileiro como um sistema que nega direitos, e não um simples ato de vontade de um indivíduo” (RIBEIRO. 2019, p. 12).

METODOLOGIA

Para analisar esse recorte da realidade, a pesquisa qualitativa e quantitativa sobre os funcionários terceirizados das escolas estaduais da circunscrição da 12^a DIREC, situada na região do alto oeste potiguar – Rio Grande do Norte, e que abrange um total de 08 municípios (Mossoró, Baraúna, Serra do Mel, Areia Branca, Grossos, Upanema, Tibau e Governador Dix-Sept Rosado), centrando a pesquisa de campo apenas nas escolas estaduais pertencentes ao município de Mossoró, por uma questão de logística e proximidade.

A pesquisa qualitativa será o principal método na busca por compreender a complexidade e a riqueza do fenômeno social e humano objeto desse trabalho. Esta abordagem valoriza a subjetividade, os contextos e as experiências dos participantes da pesquisa, não se baseando apenas em números, mas também em palavras, imagens e símbolos, permitindo uma exploração mais profunda dos significados e das relações sociais (Gil, 2017).

Os passos metodológicos da pesquisa qualitativa proposta envolvem a definição do problema de pesquisa, a escolha dos participantes (ou sujeitos), a coleta de dados através de técnicas de questionários aplicados presenciais e também no formato *online*, utilizando formulário digital (*Google forms*), a organização e categorização dos dados, a interpretação dos resultados e a construção de análise e reflexão a partir das descobertas. Esta abordagem tem o objetivo de capturar nuances, perspectivas e dinâmicas que muitas vezes escapam das análises quantitativas mais tradicionais.

A pesquisa quantitativa será também um método utilizado para medir e analisar relações de causa e efeito entre variáveis através de dados numéricos, destacando a importância da objetividade e da replicabilidade nesta abordagem, uma vez que os resultados são expressos em números e podem ser submetidos a análises estatísticas para inferir padrões e relações (Richardson, 2012).

Embora a pesquisa qualitativa e a quantitativa possuam abordagens metodológicas distintas, é importante destacar que essas abordagens não são mutuamente excludentes, podendo ser complementares ao oferecer uma visão mais completa e profunda dos fenômenos estudados, na medida que a pesquisa qualitativa pode ajudar a gerar *insights*⁵ e teorias iniciais, que podem posteriormente ser testados e quantificados por meio da pesquisa quantitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alicerçado nas raízes da colonização, escravidão e segregação racial, o racismo estrutural tem uma história longa e complexa. Essas estruturas históricas continuam a influenciar a distribuição desigual de recursos, oportunidades e poder apresentando-se ainda como multifacetadas e abrangendo diversas áreas, incluindo educação, emprego, saúde e habitação. Nessa direção, com vistas a propor uma breve discussão sobre o racismo estrutural partindo de uma análise inicial utilizando recursos digitais e visita *in loco* em 09 (nove) escolas urbanas da rede estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Norte, delimitadas à circunscrição da 12ª DIREC.

Para falar sobre raça e economia é essencialmente falar sobre desigualdade (Almeida, 2019), e daí o interesse em delimitar o público-alvo a funcionários terceirizados que prestam serviços de portaria, auxiliar de serviços gerais e cozinheiras das escolas estaduais selecionadas, uma vez que a terceirização é vista como uma forma de precarização institucionalizada e exclusão (MACHADO, GIONCO e MENDES, 2016).

A pesquisa foi executada em dois momentos distintos, onde primeiro o público trabalhado foram as escolas alvo, através do questionário presencial e no segundo momento, para os(as)

⁵ Traduzido do inglês-Insight é a compreensão de uma causa e efeito específicos dentro de um contexto específico. O termo insight pode ter vários significados relacionados: um pedaço de informação o ato ou resultado de compreender a natureza interna das coisas ou de ver intuitivamente uma introspecção.

gestores(as), com a pesquisa através de um formulário *online* (*Gforms*) com questões envolvendo “quantidade de funcionários terceirizados na escola, etnia (sob a ótica do responsável por responder o formulário), escolaridade e conhecimento sobre a temática do racismo estrutural”.

Num segundo momento, já com as respostas analisadas pelos pesquisadores, o contato *in loco* às escolas como campo de pesquisa, momento em que busca-se aferir a relação entre as respostas apresentadas no formulário e a realidade, com abordagem a alguns funcionários da escola.

O tabu que os(as) gestores(as) demonstraram na classificação étnico racial dos seus funcionários terceirizados, denominando muitos funcionários como pardos na questão sobre distribuição étnica dos terceirizados, constatou, ser na verdade um número muito maior de negros, demonstrando haver algum receio em apontar a etnia dos funcionários ou mesmo de não os reconhecer como negros(as).

Dos 53 funcionários registrados na pesquisa com os gestores, a distribuição étnica declarada foi a seguinte:

Gráfico nº 12 – Etnia dos sujeitos pesquisados.



Quando da visita à escola, aproximadamente 20 funcionários apontados como pardos pelos(as) gestores(as) se auto identificam como negros, o que pode ser entendido como um resquício de racismo embutido ou no entendimento equivocado, de que apontar uma pessoa como sendo negra seria algo negativo. Apesar da reflexão sobre essa questão, seria necessário mais tempo e dados para afirmar com certeza tal hipótese. O nível de escolaridade é outro aspecto importante para se pensar as condições de existência do grupo selecionado para esta pesquisa, conforme aponta ALMEIDA (2019).

(...) a situação da população negra poderia ser explicada pelo que denominava de causas cumulativas. Um exemplo: se pessoas negras são discriminadas no acesso à educação, é provável que tenham dificuldade para conseguir um trabalho, além de terem menos contato com informações sobre cuidados com a saúde. Consequentemente, dispondo de menor poder aquisitivo e menos informação sobre os cuidados com a saúde, a população negra terá mais dificuldade não apenas para conseguir um trabalho, mas para permanecer nele. Além disso, a pobreza, a pouca educação formal e a falta de cuidados médicos ajuda a reforçar os estereótipos racistas, como a esdrúxula ideia de que negros têm pouca propensão para trabalhos intelectuais, completando-se assim um circuito em que a discriminação gera ainda mais discriminação. ALMEIDA, (2019, p. 126).

Essa percepção, de *dificuldades cumulativas* poderia explicar parte das respostas do questionário proposto na pesquisa junto aos(as) gestores(as) das escolas sobre a escolaridade dos funcionários terceirizados:

Gráfico nº 02 - Escolaridade

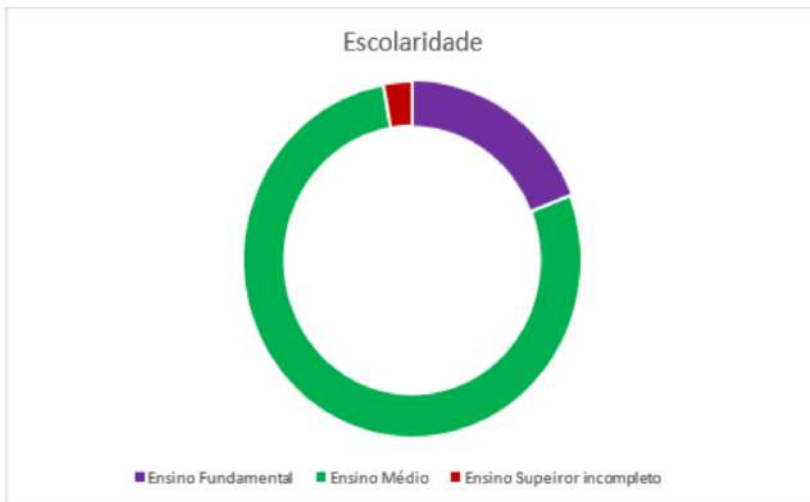


Gráfico 2: Nível de escolaridade dos funcionários terceirizados nas escolas campo da pesquisa
Fonte: Autores

Ao perceber uma maioria com nível de escolaridade de ensino médio concluído (41 de 53), e comparando à etnia predominante entre os pesquisados (45 de 53, entre negros e pardos), é de se levar a refletir quais seriam as razões para tantas pessoas passarem pela educação básica completa (entre 11 e 12 anos de escolarização, a depender do ano de conclusão), permanecem dentro do sistema de trabalho precarizado da terceirização?

Seria razoável esperar que dentro de um grupo como esse, desenvolvendo suas atividades laborais no regime de terceirização, fosse composto por pessoas com menor grau de instrução/escolarização, uma vez que esta é muitas vezes a melhor oportunidade para mobilidade social, pensamento que faz concordar com ALVES (2022) quando afirma que:

A divisão racial do trabalho é uma categoria de análise do racismo estrutural no mercado de trabalho assalariado brasileiro, que possibilita explicar a diferenciação das oportunidades, das condições materiais, sociais e políticas que estruturam o cotidiano das(os) trabalhadoras(as) negras(os) no Brasil. ALVES, (2022. p. 219).

A explicação estaria centrada então, a partir dessa perspectiva, na diferenciação de oportunidades com base na divisão racial do trabalho. Considerando os dois questionamentos – etnia e escolaridade, e pensando sob a ótica dos autores estudados para redigir essa discussão, pode-se compreender mais uma faceta do racismo estrutural que se propaga na sociedade até os dias de hoje, uma face que, apesar dos anos de escolarização, empurra grande parte da comunidade negra e parda para trabalhos institucionalmente precarizados pela terceirização.

Somando-se a isso, ainda constatata-se que esses funcionários com baixa remuneração e trabalho precário, (Almeida, 2019) e, inseridos em ocupações irregulares e/ou subalternizadas (Alves, 2022), parte deles desconhecem o conceito de racismo estrutural, se colocando em situação de maior desvantagem por ignorar as condições socioeconômicas, políticas e históricas as quais são também vítimas, talvez por força do próprio racismo, disfarçado de oportunidade e que se manifesta como aliador que impede o desenvolvimento do potencial transformador da potente voz de grupos historicamente silenciados (Ribeiro, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfrentar o racismo estrutural exige uma abordagem multidimensional, que abrange ações individuais e coletivas. Políticas públicas voltadas para a equidade, a promoção da diversidade e a conscientização sobre os impactos do racismo são essenciais. Através de ponderações, constata-se nesse primeiro momento de reflexão que a universalização da educação básica por si só não é suficiente para erradicação das dificuldades geradas pelo racismo estrutural, este combate precisa ser encampado a partir das escolas e além delas também.

Outrossim, que a educação seja posta em condições de promover a igualdade de oportunidades, criando caminhos para que além da escola se vislumbre o mundo do trabalho e o nível superior como caminhos da emancipação, horizontes onde o

racismo estrutural não governe a nós todos com fios invisíveis e navalhas em nossos pescoços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Leonardo Dias. *A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural*. R. Katál., Florianópolis. V. 25, n. 2, p. 212-221, mai-ago.2022 ISSN 1982-0259.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, Fabiane K. S. GIONGO, Carmem R. MENDES, Jussara M. R. *Terceirização e Precarização do Trabalho: uma questão de sofrimento social*. PSICOLOGIA POLÍTICA. VOL. 16. Nº 36. PP. 227-240. MAIO – AGO. 2016

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). 3. ed. - 14. reimpr. - São Paulo Atlas, 2012.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICO ADOTADO PELO CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA PROFESSOR ELISEU VIANA – CEIPEV /MOSSORÓ - RN

Josias Alves de Góis ¹

Marília Gabriela Nascimento França²

Tháisa Cristiany de Carvalho Costa³

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar como a temática das relações étnico-raciais é abordada nos materiais didático-pedagógicos destinados aos alunos do Ensino Fundamental – anos Finais. Especificamente no Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana - CEIPEV, com foco no livro de História, em relação ao cumprimento da Lei nº 10.639/2003. A presente pesquisa é fundamentada nos trabalhos de Souza e Júnior (2019), Souza e Cipriano (2020), Oliveira e Silva (2017) e Eugênio, Santos e Souza (2017). Optou-se pelo método bibliográfico. Identificando como o tema relacionado à História e Cultura Afro-Brasileira é abordado, bem como a presença de informações precisas, contextualização adequada, respeito à diversidade cultural e desconstrução de estereótipos raciais. Observa-se que apesar da análise do corpus da pesquisa averiguar uma abordagem tangencial sobre a temática implementada pela lei 10.639/2003, ela mostra a importância da temática para que as editoras abordem o assunto, e assim, os grupos defensores de políticas anti-racistas possam indicar melhorias ou sugestões de incremento aos materiais didáticos-pedagógicos.

¹ Mestrando (a) em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. E -mail: josiasmindor@gmail.com.

² Mestrando (a) em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. E -mail: mariliagnfranca@gmail.com.

³ Mestrando (a) em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. E -mail: thaisacristiany13@gmail.com

Palavras-chave: Lei 10639/2003; Livros didáticos; Relações étnico-raciais.

INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro tem sido alvo de constantes transformações, refletindo os desafios e avanços socioculturais da sociedade. Uma dessas significativas mudanças ocorreu há duas décadas, em janeiro de 2003, quando foi promulgada a Lei nº 10.639, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições de ensino fundamental e médio do país. Ao completar vinte anos desde sua promulgação, esta lei representa não apenas um marco legislativo, mas também um convite para avaliar a efetividade de suas diretrizes e sua inserção prática no contexto escolar.

A obrigatoriedade da abordagem das relações étnico-raciais nas escolas representou um importante passo, pelo menos no aspecto normativo, em direção à valorização da diversidade cultural do Brasil e à correção das históricas assimetrias sociais e educacionais que afetaram a população afrodescendente. Através dessa lei, o currículo escolar deveria ser enriquecido com conteúdos que explorassem a contribuição dos povos africanos e seus descendentes para a formação do país, assim como os reflexos culturais e sociais dessa história compartilhada pela população negra.

No entanto, a mera existência de uma legislação não garante sua eficácia na aplicação das práticas educacionais cotidianas. Diante disso, essa pesquisa torna-se relevante para investigar o grau de efetividade e eficácia da implementação e impacto das diretrizes da Lei nº 10.639/2003. Nesse sentido, este estudo adota como campo de pesquisa uma escola de porte 1 em Mossoró - RN, o Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana - CEIPEV, considerando ser a maior em número de alunos matriculados, com o objetivo primordial de analisar como a temática das relações étnico-raciais é abordada nos materiais didáticos destinados aos alunos do Ensino Fundamental Anos Finais desta escola.

No decorrer do texto, serão apresentados a fundamentação teórica que embasa a pesquisa, a metodologia adotada para a coleta, os resultados obtidos, a análise de dados e as conclusões que emergem a partir dessa análise. Por meio desse estudo, almeja-se enriquecer o debate sobre a eficácia das políticas educacionais voltadas para a promoção da diversidade cultural e da igualdade racial em nosso sistema educacional.

DA INFERIORIZAÇÃO COLONIAL À LUTA PELA EFICÁCIA DA LEI 10639/2003

Ao examinar as transformações desencadeadas pela promulgação da Lei Áurea em maio de 1888, observa-se que essas mudanças se mostraram insuficientes do ponto de vista social e político para a população negra. “ Como resultado, o processo de dominação sobre pessoas negras permaneceu latente, com a intenção oculta de preservar o domínio dos grupos detentores do poder sobre os subjugados” (Souza e Júnior, 2019, p. 02).

No contexto da redemocratização política do Brasil, conforme apontado por Souza e Júnior (2019), emerge a criação de ações afirmativas dentro da esfera social, resultando na formulação de políticas públicas e no estabelecimento de direitos para a população negra. Entretanto, esse período se caracteriza pelo impulso do neoliberalismo, gerando mudanças estruturais no processo de produção capitalista, o que culmina no desenvolvimento da matriz econômica em detrimento das prerrogativas constitucionais.

Concolato (2014), *apud* Souza e Júnior, sustenta que, advindo desse contexto capitalista neoliberal, mantém-se o fenômeno da polarização socioeconômica entre diferentes grupos, uma dinâmica que teve início no período colonial com a exploração inicial dos povos indígenas e, subsequentemente, com o sistema escravocrata que vitimou os africanos. No âmbito da produção, uma infinidade de violências era perpetrada para manter a ordem dominante.

Apesar de ocorrerem algumas mudanças significativas após a abolição da escravatura, o panorama de domínio político e

econômico permanecia inalterado, com os grupos detentores do poder mantendo sua influência na dinâmica social e sujeitando as pessoas negras a um ciclo de violência e marginalização (Souza e Júnior, 2019, p. 03). Segundo as reflexões de Souza e Júnior (2019), a escravidão foi instituída e organizada como um recurso para produzir mercadorias destinadas ao mercado global e, por conseguinte, para atender às demandas e necessidades do sistema capitalista. Esse processo histórico legou à população negra uma série de desafios, uma vez que legitimou uma estrutura elitista e segregadora. A escravização dos africanos contribuiu para a continuação das relações de poder em favor das elites dominantes.

O racismo perdura como um mecanismo de produção e reprodução social que serve à lógica capitalista, protegendo os interesses das classes detentoras do poder, especialmente ao considerar a formação do Estado brasileiro. “ Esse grupo dominante exerce um impacto cultural e social ao institucionalizar seus interesses, impondo à sociedade normas, padrões de conduta e modos” (Souza e Júnior, 2019, p. 03-05).

No tocante a esses grupos hegemônicos, observa-se nas democracias neoliberais que o Estado se submete aos interesses desses grupos hegemônicos e do capital, resultando em uma “democracia restrita e em uma ordem autocrática que legitima a violência estatal. Consequentemente, ocorre o fortalecimento de discursos e práticas autoritárias, direcionados contra os segmentos vulneráveis da sociedade” (Souza e Júnior, 2019, p. 08).

As estratégias e visões adotadas pelos grupos dominantes exercem influência direta sobre as políticas estatais, um exemplo notável são as políticas de segurança pública implementadas pelo Estado. Conforme enfatizado por Agamben (2004) *apud* Souza e Júnior (2019), essa relação estabelece um elo crucial entre a dinâmica do poder e as ações governamentais:

(...) as ações em curso pelas agências estatais não têm garantido resultados eficazes, e que os dados apresentados evidenciam um aumento da letalidade da juventude negra. Assim, nota-se que as

políticas em curso foram criadas com vistas a atender interesses específicos da classe dominante, e são ligadas ao “poder soberano”, pois “inicialmente apresentadas como medidas ligadas a acontecimentos excepcionais, reservadas a situações limitadas no tempo e no espaço, tornam-se regra” (Souza e Júnior, 2019, p. 10).

A geração de desigualdades, conforme delineado por Souza e Cipriano (2020), emerge da ação humana numa constante dinâmica de força, dominação e, por vezes, exploração. Diante desse cenário, as batalhas pela igualdade devem perdurar, considerando que as raízes da desigualdade no Brasil remontam aos tempos da colonização.

Dessas disparidades emergem os movimentos em prol da aquisição e garantia de direitos, nos quais se ergue um instrumento essencial: as ações afirmativas. Com efeito, como apontado, o processo de redemocratização desempenhou um papel significativo na concepção e adoção de tais medidas, especialmente no que diz respeito à população negra. Contudo, é nos Estados Unidos, a partir de 1961, que se registra a origem das ações afirmativas, exarada nos contratos do Governo Federal que proibiam a discriminação racial, religiosa ou nacional. No final dos anos 60, a expressão "Ação Afirmativa" ganhou definição precisa, dirigindo-se à análise das raízes dos conflitos raciais vivenciados nas metrópoles norte-americanas, inicialmente focalizando o mercado de trabalho e, mais adiante, estendendo-se ao âmbito universitário (Souza e Cipriano, 2020, p. 03).

Mas, quando efetivamente ocorre uma ação afirmativa? Segundo a perspectiva de Souza e Cipriano (2020), tal evento transcorre quando indivíduos ou instituições empreendem ações positivas visando à promoção da igualdade entre diferentes grupos, com o intuito de inclusão de pessoas ou coletivos notoriamente discriminados. Também se enquadram como ações afirmativas diversas práticas que buscam moldes distintos, como exemplificado pelas políticas de cotas.

As ações afirmativas assumem o papel de corrigir um panorama socioeconômico e cultural que marginaliza parcelas vulneráveis da sociedade, implicando o reconhecimento da necessidade de apoio a fim de equiparar as oportunidades. Dessa maneira, “ buscam mitigar ou reparar situações oriundas de qualquer forma de discriminação” (Souza e Cipriano, 2020, p. 04). Como uma das culminância das lutas dos grupos da sociedade civil pela igualdade racial destaca-se ações afirmativas implementadas pelo estado federativo como a promulgação da lei 10639/2003 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Nesse contexto, como observado por Oliveira e Silva (2017), a efetividade de uma lei reside na sua capacidade de ser aplicada a todos, sem exceção, enquanto sua eficácia é determinada pela sua capacidade de atingir os objetivos a que se propõe. Dessa forma, a discussão acerca da efetividade e eficácia da implementação da Lei 10.639/2003 assume uma relevância fundamental. Esta lei, que incide sobre os currículos de escolas públicas e privadas, estabelece um marco legal destinado a contrapor a predominância do conhecimento eurocêntrico e socialmente valorizado historicamente e perpetuado pela elite brasileira nos currículos escolares. Sua efetividade se manifesta ao criar alicerces jurídicos para que instituições de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, empreendam a desconstrução do conhecimento eurocêntrico e do racismo institucional presentes nos currículos educacionais brasileiro.

Os autores citados ainda apontam, no que concerne à eficácia da Lei 10.639, ela se manifesta na transformação das práticas discursivas e na descolonização dos currículos tanto na educação básica quanto no ensino superior, no que diz respeito às narrativas sobre a África e os afro-brasileiros. A importância suscitada pela promulgação da lei está centrada no fato de do discurso e a ação, onde a jornada política e jurídica surgem como significados de memória social para as instituições sociais que legitimam significados e as práticas sociais racistas.

Isso ecoa as palavras de Van Dijk (2008), *apud* Oliveira e Silva (2017), que salienta que o racismo não é inato, mas sim aprendido de forma discursiva, podendo, portanto, ser desconstruído, questionado e invalidado através do discurso. Embora a lei não cause mudanças por si só, ela estimula transformações a partir dos conflitos surgidos na prática educacional que se propõe a regulamentar, ou seja, a democratização dos currículos em prol de uma educação étnico-racial a partir de norma coercitiva.

Considerando que a Lei 10.639/2003 é resultado de um processo de negociação de significados entre os movimentos sociais e a tradição jurídica brasileira, ao mesmo tempo em que determina a inclusão de conteúdos historicamente marginalizados pelo currículo dominado por conhecimentos eurocêntricos, é crucial observar e demandar, nos currículos escolares, a transformação de práticas e a descolonização dos conteúdos relacionados à África e aos afro-brasileiros.

Para efetuar tal mudança nas representações e práticas, torna-se necessário questionar os locais de poder, examinar a relação entre direitos e privilégios arraigada na cultura política e educacional, nas escolas e nas próprias universidades (OLIVEIRA e SILVA, 2017). Conforme preconizado por Eugênio, Santos e Souza (2017), as instituições governamentais, constituídas por indivíduos que moldam políticas curriculares, são as responsáveis por dar consideração, em maior ou menor grau, às ações e políticas, ressaltando assim a importância da vigilância exercida pelos movimentos sociais para assegurar a manutenção ou implementação dos direitos que lhes assistem.

Em meio aos inúmeros desafios que as escolas enfrentam, a incorporação da temática das relações étnico-raciais ao currículo é um acréscimo à discussão, fruto da lei em análise. Isso implica a necessidade de articular diferentes formas de conhecimento de diversos sujeitos sociais, que antes eram invisibilizados ou negligenciados enquanto detentores de saberes. Ao considerar a riqueza dos conhecimentos desses sujeitos, surge a tarefa de repolitizar os currículos e instigar a escola a incorporar saberes e

práticas que promovam uma educação emancipatória (Gomes, 2012, *apud* Eugênio, Santos e Souza, 2017).

Um ponto de destaque na discussão e reformulação dos currículos escolares é delineado por Caen (2000), citado por Eugênio, Santos e Souza (2017, p. 293):

O Discurso Recontextualizador Oficial da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais estabelece que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira sejam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. Essas Diretrizes trazem indagações sobre como introduzir tais estudos sem cair numa perspectiva folclórica do multiculturalismo, que, apenas, fale dos ritos e mitos africanos, sem incorporar conteúdos mais críticos que dialoguem com essa temática de modo antirracista.

Eugênio, Santos e Souza (2017) identificam duas razões que dificultam a implementação da Lei 10.639/2003 nos currículos escolares. Uma delas está relacionada ao mito da democracia racial, considerado o símbolo integrador mais impactante, criado para desmobilizar a população negra e legitimar as desigualdades raciais que persistem desde o fim da escravidão. A segunda razão reside na crença de uma parcela significativa dos docentes na inexistência do racismo.

METODOLOGIA

A metodologia proposta baseia-se na análise detalhada do material didático-pedagógico e na contextualização desse material em relação às diretrizes curriculares e à legislação vigente. Ela permite uma abordagem sistemática e abrangente da pesquisa documental, explorando a interseção entre a educação étnico-racial e a prática educacional no Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental e bibliográfica possibilitam ao pesquisador mergulhar em fontes escritas, muitas vezes guardiãs de informações valiosas e conexões profundas. Através da análise criteriosa dessas fontes, é possível reconstruir narrativas, desvelar contextos e enriquecer o conhecimento com as vozes do passado e do presente.

Será feita análise documental no material didático da escola pesquisada, com fins de realizar pesquisa sobre a Lei nº 10.639/2003, com o intuito de verificar a temática exarada pela citada lei para a educação étnico-racial no material pesquisado, refletindo sobre a literatura no contexto relacionado ao ensino de história e cultura afro-brasileira.

A análise se deterá no conteúdo do livro didático de História do Ensino Fundamental Anos Finais, identificando como o tema relacionado à História e Cultura Afro-Brasileira é abordado. Destacando a presença de informações precisas, contextualização adequada, respeito à diversidade cultural e desconstrução de estereótipos raciais, e uma comparação deste conteúdo com os preceitos à luz da lei 10639/2003 para a educação étnico-racial, identificando as orientações e possíveis desvios.

A problemática a ser investigada é: o livro didático de História adotado pelo Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana atende aos requisitos da Lei nº 10.639/2003 para a educação étnico-racial, promovendo uma abordagem efetiva da História e Cultura Afro-Brasileira, desconstrução de estereótipos raciais, sensibilização para a igualdade racial e combate ao racismo?

Os objetivos específicos desta pesquisa incluem analisar as abordagens presentes nos livros didáticos, em específico o de História, buscando compreender se a temática proposta pela lei 10639/2003 é tratada de maneira aprofundada e substancial ou repete grandes narrativas do passado, com evidente hierarquização dos conhecimentos curriculares, valorizando, sobremaneira, os conteúdos referentes à visão de mundo europeizada (EUGÊNIO; SOUZA; SANTOS, 2017).

Pretende-se investigar se os conteúdos apresentam uma abordagem pertinente e contextualizada das informações transmitidas aos estudantes, observando se há uma perspectiva crítica e respeitosa, que contribui para a construção de uma consciência crítica sobre as questões étnico-raciais.

Dessa forma, este estudo busca contribuir para a avaliação crítica da inserção das relações étnico-raciais no ambiente educacional, oferecendo análise e resultados relevantes para aprimorar a prática pedagógica e promover uma educação mais inclusiva e diversificada. Bem como, verificar se o material pedagógico apresenta uma visão abrangente e inclusiva da História do Brasil, considerando a participação e contribuições dos povos africanos e afrodescendentes em diversos aspectos da formação do país, como política, economia, sociedade e cultura.

O campo da pesquisa, o CEIPEV representa um ambiente real em que as práticas de ensino e o uso de materiais didáticos podem impactar diretamente a formação dos alunos em relação à educação étnico-racial, haja vista ser o maior colégio em número de alunos matriculados no município de Mossoró -RN.

O *corpus* da análise, por sua vez, é composto por quatro livros didáticos selecionados de acordo com a aprovação no catálogo do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, encarregado de avaliar e fornecer de maneira consistente, periódica e sem custos, obras didáticas, pedagógicas, literárias e outros recursos de apoio à prática educativa para as escolas públicas de ensino fundamental e médio. Todos os quatro livros são da Editora Moderna, e foram selecionados para utilização em sala de aula no período de 2020 a 2023, seguindo, portanto, a política do ciclo das coleções de livros didáticos que é de quatro anos.

A decisão de limitar o conjunto de dados ocorreu com base na suposição de que, embora os diversos livros didáticos de História adotados nas escolas públicas do Brasil tenham algumas características distintas, todos eles se enquadraram em um único modelo, que se fundamenta em uma visão histórica tradicional e eurocêntrica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O livro adotado pela instituição é "História das Origens do Homem à Era Digital" é um livro didático, em quatro volumes, escrito por Patrícia Ramos Braick e Anna Barreto (2018) e voltado para estudantes do Ensino Fundamental. A edição tem como objetivo abordar a história da humanidade desde as suas origens até a era digital, oferecendo uma visão ampla e contextualizada dos acontecimentos ao longo dos tempos.

Constituindo o objeto de pesquisa e levando em consideração os objetivos já mencionados, procedeu-se à análise do livro didático do sexto ano da disciplina de História. Inicialmente aborda no Capítulo 2 a África como sendo o berço da humanidade com o surgimento dos primeiros homínidos, página 38. Após, o Capítulo 2, a temática sobre África volta a ser tratada no Capítulo 10, na Unidade IV, sobre a África e Europa medieval, enfatizando sobre a expansão do Islã e os reinos africanos. Em uma página, inclusive com a utilização da imagem do juízo final, apresenta a temática do preconceito e a ignorância sobre a África, utilizando para isso quatro parágrafos.

Prossegue apresentando as fontes para o estudo da África em que a utilização de narradores orais, através do papel dos grilhões, era utilizado para manutenção da história através das gerações. Apresenta sucinta relevância do território e da demografia da África, destaca a expansão do Islã na África, apesar de no Capítulo 10 destacar em oito páginas iniciais a temática sobre o Islamismo, traz leitura complementar para reforçar a importância do comércio para o surgimento de importantes reinos do Sahel. Destina uma página, a 215, para abordar a respeito da escravidão na África destacando a influência islâmica nesse processo de escravidão, observa-se ausência sobre o processo de crescimento do Brasil alavancado com a utilização da escravidão no país.

Por sua vez, o livro do sétimo ano abarca o início da modernidade, passando a expansão marítima europeia até o surgimento do mercantilismo como política econômica dominante

nos estados europeus. Dentro dessa complexa trama histórica, é no Capítulo 4, Unidade II que encontra-se uma breve menção aos principais grupos étnicos que compõem a população da África Ocidental. A exploração do trabalho desempenhado pelos africanos capturados, escravizados e transportados para as Américas, notadamente em plantações de cana de açúcar, algodão e extração de metais preciosos, também é tangencialmente discutida no Capítulo 6 e no Capítulo 10, ambos da Unidade IV.

No entanto, destaca-se o Capítulo 8, que é singular em sua dedicação exclusiva à cultura afro-brasileira. Este capítulo investiga as dinâmicas sociais, relações e costumes estabelecidos pela população afro-brasileira no contexto escravista. Embora haja apenas uma breve menção às tradições, costumes e conhecimentos das sociedades africanas que se enraizaram na cultura brasileira, como vocabulário, culinária, música e religião, o livro também oferece em sua leitura complementar, página 148 uma oportunidade de reflexão sobre a escravidão e as relações de gênero, por meio da figura da Ama de Leite negra.

No livro do oitavo ano, encontra-se menções breves à situação da população negra no Brasil Império, nos Capítulos 6 e 7. Essas referências evidenciam que, mesmo após a abolição da escravatura no Brasil em 1888, a população negra continuou a ser marginalizada ao longo do século.

O Capítulo 10 é dedicado aos Estados Unidos, palco de um extenso período de segregação racial conhecido como Jim Crow, que perdurou até o Movimento pelos Direitos Civis nas décadas de 1950 e 1960. Na leitura complementar deste capítulo, destaca-se a discussão sobre o nascimento do *Blues* como um símbolo cultural e de resistência negra. Por fim, no Capítulo 11, Unidade IV, ao abordar o neocolonialismo, o continente africano é descrito como território dividido e ocupado pelas potências europeias, que justificavam sua intervenção com a promessa de disseminar os avanços da civilização ocidental, incluindo os progressos tecnológicos e os ideais civilizacionais.

No livro do nono ano, a história e cultura africana são mencionadas em apenas dois capítulos, dos quais um se concentra no cotidiano e na cultura na Primeira República. Neste capítulo, o livro inicia discutindo o samba de roda, uma expressão cultural de grande significância trazida pelos povos africanos ao Brasil, principalmente enraizada na Bahia, onde incorpora elementos da cultura regional e se torna patrimônio imaterial do país. No entanto, o livro restringe-se consideravelmente e não explora adequadamente esse tema, deixando de demonstrar a real importância da cultura africana e o contexto em que foi perpetuada na sociedade brasileira.

Em um ponto posterior, o livro destaca o lugar dos negros na Primeira República, abordando de forma concisa que mesmo após a libertação dos escravos, a população negra permanecia marginalizada. Também menciona a Revolta da Chibata, embora de maneira breve. Posteriormente, o livro aborda os movimentos sociais e a imprensa negra, reconhecendo os papéis cruciais que desempenharam na luta dos afrodescendentes por igualdade de direitos, reconhecimento e justiça social, particularmente durante períodos de opressão racial e discriminação, como a era pós-abolição e o movimento pelos direitos civis. Nesse ponto, o livro destaca e enaltece a relevância desses elementos.

Por fim, o livro explora a cultura afro-brasileira como uma forma de resistência. O livro oferece um relato breve sobre como essa cultura desempenhou um papel fundamental ao longo da história do Brasil, permitindo aos afrodescendentes preservarem suas identidades, enfrentarem adversidades e lutarem por igualdade. A música e a dança, incluindo gêneros como o samba, são reconhecidas como poderosos veículos de expressão cultural e resistência. As religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, são mencionadas como formas importantes de resistência cultural, proporcionando uma base para a organização comunitária e a solidariedade.

Em resumo, o livro aborda a cultura afro-brasileira e sua resistência de forma limitada, mencionando-a em alguns pontos-

chave. No entanto, sua abordagem superficial deixa de explorar plenamente a importância da cultura africana na formação da identidade brasileira e na luta por igualdade e justiça social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcurso desta pesquisa, dedicou-se a uma análise do *corpus* documental, a fim de compreender como a temática proposta pela Lei 10.639/2003, referente à História e Cultura Afro-Brasileira, é abordada nos livros didáticos destinados aos alunos do Ensino Fundamental Anos Finais.

Em termos quantitativos, vale mencionar, verificou-se nessa análise apenas dois capítulos dedicados em sua totalidade a história e cultura africana e afro-brasileira. Em outros capítulos, a temática é apresentada de forma pontual e bastante breve. Apesar disso, percebe-se que, embora a abordagem tangencial predominante, há que se evidenciar indícios da importância da legislação como fomento para despertar discussões sobre a temática em questão.

A análise revelou a presença de um caminho a ser percorrido no sentido de aprofundar e expandir a inserção da História e Cultura Afro-Brasileira nos materiais didáticos. A despeito dessa constatação, destaca-se que a promulgação da Lei 10.639/2003 desempenha um papel importante ao sinalizar a direção na qual a educação deve se movimentar. É imperativo que esse marco legal inspire as editoras a abordarem de maneira mais profunda e enriquecedora os temas concernentes às relações étnico-raciais em suas edições.

Nesse contexto, torna-se essencial que os grupos que defendem políticas anti-racistas estejam ativamente envolvidos nesse processo. Através de uma colaboração ativa, esses grupos podem desempenhar um papel fundamental na sugestão de melhorias para aprimorar a abordagem das temáticas relacionadas à diversidade étnica e cultural nos livros didáticos. Esse diálogo construtivo pode contribuir para que as editoras revejam e

adaptem seus conteúdos, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa.

Em suma, a análise de *corpus* de pesquisa evidencia que, embora haja espaço para avanços significativos na abordagem da temática das relações étnico-raciais nos livros didáticos, com enfoque para contribuição dos povos africanos e seus descendentes para a formação do nosso país, a Lei 10.639/2003 desempenha um papel relevante ao instigar discussões e reflexões que podem, gradualmente, transformar o cenário educacional. O comprometimento dos defensores de políticas anti-racistas, juntamente com a sensibilidade das editoras em relação a essas demandas, pode pavimentar o caminho para um ensino mais inclusivo, representativo e enriquecedor para todos os alunos.

REFERÊNCIAS

- BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Estudar História: das origens do homem à era digital*. 3º ed. São Paulo: Moderna, 2018.
- EUGÊNIO, B.G; SANTOS, J. J. R; SOUZA, J. B. *Políticas para a implementação da lei 10639/03 em um município brasileiro: o discurso oficial e o discurso pedagógico*. Campinas/SP: ETD- Educação Temática Digital, v.19 n.1, 2017.
- GIL, ANTÔNIO CARLOS. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Editora Atlas, 2008.
- OLIVEIRA, M. G; SILVA, P. V. B. *Educação Étnico-Racial e Formação Inicial de Professores: a recepção da Lei 10.639/03*. Porto Alegre/PR. Educação e Realidade, v. 42, n. 1. 2017.
- SOUZA. M. F; JÚNIOR. F. V. S. *Racismo estrutural e a violência contra a juventude negra no Brasil*. *Revista transgressões: Ciências criminais em debate*, v. 7. n.2. Mossoró/RN, 2019.
- SOUZA. F. D; CIPRIANO. M. M. S. *Ações afirmativas: a invisibilidade da lei 10639/2003 na educação básica*. Maceió/AL. VII Conedu. Congresso Nacional de Educação, 2020.

CAPÍTULO 3

RACISMO NA ESCOLA: COMBATER É PRECISO PARA CONSTRUIR DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E IGUALITÁRIA

Ivana Emanuela e Silva¹

Nelzita Maria dos Santos Rosito Villalva²

RESUMO

Diante de tantos desafios na contemporaneidade, a educação em um mundo diverso e multicultural, permite refletir as questões sobre a temática Relação de Gênero e Étnico-racial. Deste modo, o presente estudo tem como objetivo discutir acerca da temática étnico-racial, considerando a importância da pesquisa sobre a existência de estereótipos e preconceito racial no livros didáticos, no ambiente escolar e a função do professor diante desse cenário, bem como a socialização dos questionamentos realizados com variados professores da educação brasileira. Dessa forma a escola é um lugar propício para o fomento de debates, análises de situações sobre as questões étnico-raciais no Brasil, tratando as diversas vertentes que o assunto abarca como preconceitos, estereótipos e o ambiente escolar como meio para combater o racismo e promover a igualdade e o respeito entre todos. Esta pesquisa foi realizada com 19

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical - WUA Flórida/USA. Pós-graduada em Metodologia de Ensino e Pesquisa na Educação em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Faculdade Católica de Anápolis. Pós-graduada em Metodologia do Ensino e Pesquisa na Educação em Língua Inglesa pela Faculdade Católica de Anápolis. Graduada em Licenciatura em Letras – Português / Inglês pela Faculdade de Tecnologia e Ciências e-mail ivanaemanuelaesilva@gmail.com.

² Mestranda em Ciência da Educação pela World University Ecumenical – WUA Flórida/USA. Pós-graduada em Matemática pela Vasco da Gama e Gestão Escolar pela Fundacem, Graduada em Língua Portuguesa pela Faculdade Faciba de Salvador e Graduada em Educação Física pela Faculdade Montenegro de Ibicaraí e-mail nelzitamariasvillalva@gmail.com

professores residentes no município de Campo Formoso – Bahia, pertencentes a diversos segmentos da Educação Básica, com o intuito de coletar informações acerca do racismo no ambiente escolar. A base teórica está fundamentada no Estatuto da Igualdade Racial (2004), Munanga (2008), Concolato (2014) entre outros. Foi utilizado um instrumento de coleta de dados um formulário *online*, criado a partir da ferramenta *online* e elaborado por meio de questões de forma aberta. Através dos resultados obtidos verificou-se, a existência do racismo tanto nos livros didáticos, quanto nos espaços escolares, assim como, a importância da função do educador diante de tais fatos. Observou-se ainda a tomada de consciência pelos professores, na concepção real de sua função de mediador, de combatente, de interferir diante das situações de racismo explícito, bem como do racismo de forma velada.

Palavras-chave: Preconceito racial; ambiente escolar; função docente.

INTRODUÇÃO

Este estudo traz as claras a existência de estereótipos e preconceito racial no livro didático, no ambiente escolar e a função do professor diante desse cenário. Mesmo nos dias atuais nota-se a existência de expressões agressivas, com alunos, funcionários e até mesmo com professores, as pessoas são julgadas pelas aparências assim como os livros: muitas vezes julgados pelas capas. Os termos pejorativos, viram ditos populares na fala de adolescentes, jovens e adultos, estas expressões são frequentes em muitas comunidades escolares, às vezes passam despercebidas, em outras circunstâncias geram conflitos e violência.

O educador precisa ser o canal que norteia o conhecimento até o aluno, movido de estratégias, informações, novidades, exemplo de vivências com um olhar diferenciado ao aluno, mostrando as vantagens, desvantagens no aprendizado, o crescimento as consequências quando se deixam levar pelas expressões e palavras racistas. Dentro da sala de aula, o professor precisa adaptar-se não somente ao conteúdo, como também ao meio e que atua, aos recursos e metodologias variáveis, olhar olho

no olho, abordar com frequência o que os livros didáticos apresentam num só capítulo, ser dinâmico e atrativo a cada dia. Fortalecer os vínculos, apresentar o correto, colocando-se no lugar do aluno diante de situações adversas, mesmo por que as palavras precisam ser bem compreendidas para serem pronunciadas com coerência na hora exata.

Com base na pesquisa, muitas opiniões foram registradas, nota-se que há comportamentos e situações diferentes, contudo assegura-se que o racismo existe, que os jovens pronunciam termos estereótipos e que agem sem limites e sem medir as consequência, de acordo com a abordagem nota-se que os estereótipos são pronunciados não apenas pelos brancos, todos cometem os mesmos erros e na maioria das vezes sem ter noção das consequência que venham causar futuramente, outros sabem dos riscos, dos danos mais sentem prazer em ferir as pessoas.

Além disso, há vocabulário presente no meio social, que traz um dialeto diversificado, mais que quando bem analisado, precisam ser revistos ou não pronunciados, (exemplo: denegrir; mercado negro; criado mudo; lista negra; trabalho de preto; cor do pecado, entre outros). Muitas situações acontecem de forma despercebida e que nem sempre tem como fazer as correções ou voltar a tras, levando a fortalecer às discussões, a desistência da escola ou até mesmo levar o aluno a uma crise depressiva.

Uma vez que fortes expressões soam ao ouvido do aluno, este pode abandonar a escola e optar por uma vida diferente, isto leva a crer que as escolhas definem o futuro, no entanto este futuro pode ser um caminho longo de extensa jornada de trabalho ou até mesmo uma vida curta, um caminho sem volta, visto que, estereótipos e preconceitos raciais podem surgir em diferentes espaços sociais ou culturais.

ESCOLA: ESPAÇO PERTINENTE PARA COMBATER OS PRECONCEITOS RACIAIS

Muito tem se falado na discussão sobre a temática étnico-racial, assunto esse bastante abordado, discutido e trabalhado em diversas esferas da sociedade em geral. Com a lei número 10.639 de 9 de janeiro de 2003 pode-se levantar ainda mais discussões sobre a diversidade étnico-racial, visto que, a contribuição do povo negro para a humanidade se perpetua há milhares de anos e ainda assim, é bem visível a discriminação e o preconceito em várias partes do planeta.

E ao completar em 2023, 20 anos, da lei que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, observa-se ainda, um tímido avanço das unidades escolares em relação a matriz curricular que aborde a temática e um pequeno avanço na quantidade de projetos relacionados à educação das relações étnico-raciais. De forma lenta e quase sem querer algumas unidades escolares, tratam da temática em datas que lembram acontecimentos históricos marcados ao longo dos anos.

Tendo em vista a importância da lei mencionada, para uma educação cidadã, é necessário criar ambientes de debates, provocações, reflexões sobre essa lei e outras tantas, e assim garantir que a cultura afro-brasileira e indígena seja ensinada, discutida e conhecida, a fim de combater o racismo e os preconceitos advindos dele, promovendo a diversidade, criando o debate étnico racial e o conhecimento acerca das diversas contribuições que o povo negro e indígena, proporcionaram para a formação do país chamado Brasil.

A educação nesse contexto tem a função o de alavancar debates com o foco, nas questões étnico-raciais e nos problemas sociais, que estão inseridos na sociedade brasileira, envolvendo o público negro. Por décadas e décadas, o sistema educacional brasileiro ignorou a diversidade e o racismo dentro dos espaços escolares, propagando a supremacia “branca” em detrimento do povo negro, reforçando as relações de poder de determinados

grupos em relação aos outros, apresentando de certa forma, uma imagem preconceituosa em relação ao negro.

Assim pode-se observar, como o negro é apresentado nos livros didáticos.

A cultura negra junto com seu povo deve ser entendida, como uma particularidade cultural do Brasil e se que faz presente no modo de vida da nação brasileira. É interessante apontar que diferentes culturas em diferentes espaços levam a diversos questionamentos revelando a atribuição de seus atores na sociedade e a sua visibilidade no mundo em que os rodeia. A educação nesse contexto é desafiada a construir um ambiente de todos e para todos, possibilitando uma transformação social, a forma de relacionar e compreender o outro mediante as diferenças e os preconceitos, em especial num país tão rico e diverso culturalmente como é o Brasil.

Portanto, promover a equidade na educação, valorizando a cultura do discente, rompendo o preconceito com o outro, torna-se fundamental para os espaços escolares, com a necessidade também de incorporação da temática, diversidade na escola, com o objetivo de rever antigos modelos de ensino e estereótipos enraizados nas práticas pedagógicas vigentes.

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004) afirmam:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Tem que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o eurocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escolas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (BRASIL, 2004, p. 15).

Nesse sentido a legislação aponta para a necessidade de encontrar meios para superar a discriminação racial e o preconceito que existem no Brasil, demonstrando que é a Educação um dos meios mais importantes para esse combate. Ainda, de acordo com essa legislação é necessário extinguir a mentalidade racista e discriminatória, para que a educação antirracista se confirme, para isso a função da escola e de seus professores é de total relevância para obter o êxito.

É necessário então, que o professor fomente momentos de debates, sobre as diferenças em na sociedade e proporcione vez e voz ao oprimido. Ao trabalhar considerando as diversidades e o multiculturalismo, permite-se uma nova leitura de sociedade, repensando seus valores e os padrões perpetuados pelas culturas dominantes.

Outro aspecto relevante dentro dos estudos para a educação étnico-racial refere-se à constituição do livro didático, tido como um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores e em potencial nas escolas públicas, que em sua maioria, ainda é a única fonte de pesquisa e leitura de muitos estudantes e em tantas outras escolas da rede pública, o livro se apresenta como material para suprir as dificuldades em escolas com escassos recursos pedagógicos.

O livro didático, em sua maioria apresenta de forma superficial ou simplificada, as experiências cotidianas do povo negro e o processo histórico cultural desses ancestrais. A presença da população negra, nesses livros, foi marcada pelos estereótipos inferiorizados ao decorrer dos séculos. Silva (1989) corrobora com essa afirmação quando esclarece:

Ao vincular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento que se alimenta das ideologias das teorias e estereótipos de inferioridade e superioridade raciais as quais se conjugam como a não legitimação pelo estado dos

processos civilizatórios indígenas e africano entre outros constituintes da identidade cultural da nação. (SILVA, 1989, p. 57)

Nesse sentido a autora aponta sobre a ideologia do branqueamento, em que se internaliza uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, as pessoas estereotipadas e estigmatizada tendem a sofrer rejeição e projetar no outro ser com qualidades positivas e dos seus valores apresentados muitas vezes como perfeitos e bons. Nessa linha de raciocínio (SILVA (1989) *apud* MUNANGA, 2008) afirma: os estereótipos por sua vez têm uma função importante nesse processo uma vez que é por intermédio deles em grande parte que as ideologias são veiculadas nos materiais pedagógicos. Alia - se a esse fato, as consequências desses estereótipos na produção e disseminação de preconceitos, que desvalorizam um grupo e favorecem o outro. A autora ainda enfatiza:

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos, e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a alto-rejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado. (SILVA(1989) *apud* MUNANGA, 2008, p. 20).

Diante de tal afirmação, a autora busca visibilizar os preconceitos presentes nos materiais didáticos e práticas de juízo de valor do conhecimento do outro. Na mesma direção observa-se nesses materiais pedagógicos a invisibilidade da diversidade das funções e papéis exercidos pelo povo negro, nas formas de apresentação dos livros didáticos.

Geralmente, os negros são apresentados em situação de inferioridade, voltados para trabalhos braçais, com profissões menos valorizadas, em situação de subserviência, com funções subalternas e escravizado. O negro também é visto no livro didático em situações de rejeição e desrespeito por parte da população branca, sendo subestimada sua capacidade intelectual. Enfim, eles ainda são representados de forma estereotipada e marginalizada

em muitos casos. Não ser visível nas ilustrações do livro didático e por outro lado, aparecer desempenhando papéis ksubalternos, “pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico-racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de auto rejeição e de rejeição ao seu grupo étnico/ racial” (SILVA (1989) apud MUNANGA, 2008, p. 21).

Essa presença do povo negro nos materiais didáticos muitas vezes, carrega os estigmas de povo sem beleza, sem presença de atributos qualitativos, de um povo sem história, então, é necessário a desconstrução de toda essa fala negativa para o povo negro, mostrando a sua utilidade para a sociedade e a sua luta ao longo dos séculos, fazendo referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão. Ainda de acordo com a autora:

A invisibilidade e a reduzida representação do povo negro no livro didático constroem a ilusão da não existência e da condição de minoria do segmento negro, mesmo em regiões onde ele constitui maioria. [...] Os estereótipos e a representação parcial e minimizada da realidade conduzem o estereotipado e representado em grande parte, auto rejeição à construção de uma baixa estima, à rejeição ao seu assemelhado, conduzindo-o à procura dos valores representados como universais, na ilusão de tornar-se aquele outro e de libertar-se da dominação e da inferiorização. (SILVA (1989) apud MUNANGA, 2008, p. 26).

Partindo para o ambiente escolar e conseqüentemente o papel do professor, nota-se a necessidade de tomada de consciência, para essa realidade por seus pares. Sabendo-se que na escola e na sala de aula também pode se perpetuar a discriminação através dos materiais didáticos e paradidáticos, em que esses carregam muitas vezes conteúdos depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas, que não sejam vindos do mundo dos brancos.

Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com os professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar

mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2008, p. 11).

Em contato com situações de racismo ou preconceitos, o educador precisa apresentar uma atitude de firmeza, com responsabilidade na tentativa de mostrar que o Brasil é de um povo diverso e nessa diversidade que reside o grande diferencial do nosso país, pois, recebeu contribuições culturais de variados povos incluindo a contribuição dos povos vindos do continente africano. Nessa tentativa de mostrar que não pode existir superioridade e inferioridade entre os seres humanos, que a riqueza brasileira está justamente na diversidade de seu povo.

Diante dessa perspectiva, o professor pode atuar dentro dos espaços escolares, como mediador de debates, proporcionando reflexões, a fim de desconstruir os estereótipos, mostrando aos alunos as raízes históricas, valorizando a contribuição advinda dos povos negros. Assim o educador ao fazer essa intervenção, combatendo os estereótipos e preconceitos, ajudará na promoção da igualdade e do respeito entre seus alunos.

Vale aqui ressaltar no ambiente escolar a presença do racismo estrutural, permeando o mesmo que inconscientemente, os seus preconceitos e distinções. Dessa feita, o racismo estrutural na escola se manifesta na maioria dos casos de forma sutil e velada. Pode-se dizer, que esse racismo não está somente no sujeito, mas nas estruturas que dão base as relações humanas.

Nesse sentido, o professor deve estar bem preparado para perceber as formas sutis, em que o racismo é apresentado, na medida que, diante de situações de racismo, não se faz nada, não procura combatê-lo, este, estará compactuando com o racismo estrutural. Dessa forma o racismo deverá ser discutido impreterivelmente dentro da sala de aula e de diversas formas desde pequenas rodas de conversa até mesmo em vários

componentes curriculares, a fim de desenvolver ações para o enfrentamento das circunstâncias de preconceito racial.

METODOLOGIA

O presente estudo teve como sujeito da pesquisa um grupo de professores, residentes no município de Campo Formoso- Bahia, pertencentes ao ensino público de vários segmentos da educação básica, visando a obtenção de informações acerca da temática Educação e a Relação de Gênero e Étnico-racial, considerando a existência de estereótipos e preconceito racial no livro didático, no ambiente escolar e a função do professor diante desse cenário, sabendo-se que a escola é um espaço propício para análise de situações sobre as questões étnico-raciais. Em relação ao formato da pesquisa de cunho qualitativo, pois pretende discorrer sobre a realidade do racismo e dos estereótipos nos espaços escolares.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário aplicado através da ferramenta google forms com questões estruturadas de forma aberta para obtenção dos dados. Bem como, leituras diversas com a finalidade de levantamento de informações, aprofundamento do estudo. Os questionamentos feitos a esses professores englobam sobre a percepção dele, primeiro, sobre a existência de estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro didático e como os negros são demonstrados nesses livros.

A questão dois está voltada para o papel do professor mediante a existência de estereótipos e preconceitos em relação ao negro e a situações advindas dentro do ambiente escolar e na visão dele, se há existência de inferioridade do negro ou superioridade do branco.

O terceiro questionamento quer saber a intensidade que o professor consegue verificar a ocorrência da prática do preconceito racial em relação aos alunos negros dentro dos espaços escolares e se ele concorda com a afirmação que os brancos detêm qualidades bem aceitas socialmente e os negros concentram aquelas socialmente marginalizadas pela sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na educação, grandes são os obstáculos encontrados no dia-dia, este estudo permite fazer reflexões acerca das questões da Educação Étnico-racial. Com base nas respostas do questionário que foi enviado aos 19 educadores, deste modo é necessário refletir sobre cada resposta pois o preconceito racial acontece em todas as escolas, seja de forma explícita ou não. Nesse cenário, o professor é um sujeito fundamental que media o conteúdo do livro didático até os alunos, é notório que os estereótipos aborrecem e causam sérios transtornos aos alunos e aos professores, na escola encontra-se o berço para abordar está discussão e combater o racismo nesse ambiente.

Contudo, pra nós Educadores fica um aprendizado, pois muito se fala no combate ao racismo, que todos tem os mesmos direitos, mas as oportunidades nem sempre estão disponíveis para todos, que na maioria das vezes são tolhidas, quanto ao livro didático, o próprio traz informações que frustram os alunos, bloqueiam e faz com que o mesmo se negue a conhecer o conteúdo. Às vezes, por falta de interesse, dificuldade de compreensão ou falta de motivação.

No entanto, quando se trata de preconceito racial, alguns alunos sentem desconforto ou vergonha. É importante que os professores estejam cientes dessas questões e trabalhem para criar um ambiente de aprendizagem seguro e inclusivo, onde os alunos se sintam à vontade para discutir e aprender sobre questões relacionadas ao preconceito racial. Necessita-se que o livro didático seja mais abrangente, que mostre vida, cultura, ética e valores, que identifique o aluno onde eles possam sentir-se bem representados. O livro muito mostra o amparo por Leis, embora seja uma questão muito complexa, as cicatrizes ainda não apagaram diante deste cenário.

A desigualdade continua, as leis não são aplicadas de forma efetiva ou são insuficientes para proteger a população negra, há uma carência de representantes em todos e quaisquer ângulo.

Nota-se a desigualdade racial em vários aspectos da vida como na educação, saúde, analfabetismo, emprego, renda e violência. No estudo para a pesquisa Cerqueira e Coelho (2017) identificaram que a violência contra a juventude negra tem aumentado significativamente no país.

Desde princípios dos anos 1980, o país vem assistindo a uma escalada de homicídios da juventude negra. A taxa de homicídio no Brasil para homens negros com 21 anos de idade alcançou quase 180 por cem mil habitantes em 2010. Os indicadores de letalidade violenta para jovens e negros nas Unidades Federativas alcançam cifras ainda mais abissais, bem como a diferença de letalidade entre esses e os não negros. Se, no Brasil, para cada indivíduo não negro assassinado, 2,4 afrodescendentes eram mortos (já considerando proporcionalmente o tamanho das populações por raça-cor), em estados como Alagoas para cada não negro assassinado 17 negros sofriam homicídio, em 2010 (CERQUEIRA; COELHO, 2017, p. 30).

Isto retrata que a discriminação racial é vivenciada na escola e cresce a cada dia em todo território. Portanto, a juventude vive as consequências por longos tempos. A escola é o lugar propício para fomentar debates, análise de situações sobre as questões étnico-raciais, tratando diversos quesitos que abrange o assunto, incluindo preconceitos, estereótipos e o ambiente escolar. Todavia, as respostas abordadas no questionário apontam a realidade de cada professor no município de Campo Formoso, visto que os estereótipos, vem incomodando grande parte do meio escolar e como já mencionado a escola continua sendo o lugar de abordar o tema e nortear os alunos. A respostas do questionário foi uma surpresa, embora soubesse que existisse mais acreditava que não fosse com tanta abrangência. Observa-se que o aluno traz uma corrente de ideias que busca justificar o racismo a partir dos conceitos.

Em geral, a pesquisa pode ajudar a aumentar a conscientização sobre o preconceito e a discriminação, identificar as causas e consequências, apontando um norte para desenvolver estratégias com intuito de combatê-los. A pesquisa veio contribuir para a

formulação de políticas públicas e programas de intervenção que possam reduzir o preconceito e a discriminação em diversos locais.

Diante dessas possibilidades através da pesquisa acredita-se na possibilidade de promover atividades e eventos para incluir e melhorar a qualidade de vida daqueles afetados pelos estereótipos e discriminação. Isto implica num resultado baseado em análises que possam impactar no resultado. Pois, envolve não apenas a presença e orientação do professor mais considera-se vários fatores dentro deste contexto, seja ele social, político, econômico e ético. Eles podem levar a comportamentos discriminatórios e injustos, que prejudicam as pessoas que são alvo desses estereótipos e preconceitos.

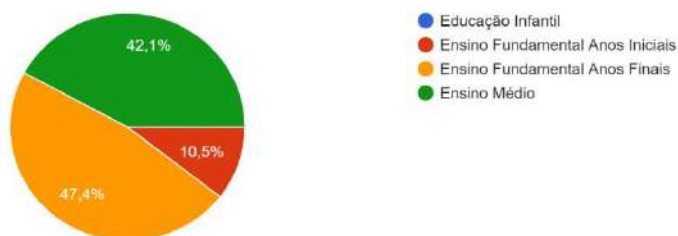
Acredita-se nas possibilidades de novos estudos que possam aprofundar a questão e que possa ser usado diferentes metodologia e amostras de participantes ou até mesmo em outros ambientes podendo levar em conta o uso desta pesquisa como base nos projetos do município, mesmo porque a cada expressão soada é preciso uma nova discussão com intuito de solucionar o problema, nortear o aluno incentivando a voar alto e alcançar novos horizontes.

As respostas das questões aplicadas foram agregadas ao longo do corpo do texto Parte do resumo das respostas obtidas, através do formulário online, foi mantido, bem como, a forma como cada professor se expressou. Abaixo , o gráfico descreve a que tipo de segmento que os professores pesquisados pertencem.

Gráfico nº 01

Segmento em que trabalha:

19 respostas



Fonte: Pesquisa realizada em 2024.

Foram aplicadas três questões aos professores participantes da presente pesquisa. As quais estão apresentadas em quadros e discutidas a seguir:

Na questão nº 01 foi perguntado se o educador percebe a existência de estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro didático. Em caso afirmativo, foi solicitado a destacar como os negros são demonstrados. Com base nas respostas, foram agregadas ao longo do corpo do texto, a fala que cada professor expressou seu ponto de vista, no entanto para evitar respostas repetitivas, colocou-se apenas algumas representações. A partir da questão acima observa-se que os professores 03, 05, 08, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 trouxeram respostas diferentes mais com o mesmo significado, ambos enfrentam o mesmo desafio.

Quadro nº 01- Existência de estereótipos e preconceito no livro didático

Professor 08 - O preconceito existe sim. Os negros são retratados com empregos subalternos e, quando conseguem uma situação diferente são tratados de tal forma que parece uma coisa extraordinária, não parece ser por merecimento.
Professor 12- Sim. Geralmente, os livros didáticos apresentam a população negra carregada de estereótipos, em funções subalternas, escravizados, mão-de-obra. O negro é apresentado em minoria, em situações de desrespeito e rejeição por parte da população branca, subestimando a capacidade intelectual do negro.

Fonte: Pesquisa realizada em 2024.

Fundamentando-se nas respostas dos educadores acima mencionados, nota-se que ambos presenciam cenas que expõem termos constrangedores, desestimulam colegas e expõem o meio educativo. Entende-se que quanto ao livro didático, deixa a desejar, visto que na fala dos professores é necessário um livro que traga um conteúdo com mais valores, propriedades, estímulo, interação, foco e incentivo. No entanto o livro didático na maioria das vezes traz características que expõem um passado cruel do negro tornado um presente vergonhoso, em especial para a juventude que está formando seu caráter e personalidade cheio de sonhos.

Contudo o livro didático continua sendo o recurso que norteia o educador, independente de ter ou não um conteúdo atrativo ou envolvente, entende-se que o professor precisa ser conhecedor, dinâmico, pesquisador e um eterno aprendiz, com intuito de promover ao educando um ensino de qualidade e com eficiência, visando evitar constrangimento e proporcionar caminhos que norteie ao aluno a um futuro promissor.

Segundo as respostas dos demais professores, Eles deixaram transparecer algo em comum. Retratam que o livro didático recentemente é mais flexível embora não contemple a necessidade do aluno. Os professores 01, 02, 04, 06, 07, 09, 10, 11 e 19 registraram suas respostas bem mais relevantes, ou seja observa-se que estes professores tem outro olhar direcionado ao livro didático. E assim destacam: *Não é sempre, mas alguns abordam o negro como figura engraçada, outros como baixa renda (Professor 06) e As vezes. A história ainda é ,em alguns casos, romantizada ou não tão esclarecedora como deveria (Professor19).*

Apoiado não somente nas duas respostas citadas, mais assentado nas respostas dos demais professores que responderam conforme o mesmo ponto de vista, percebe-se que, na educação cada professor tem uma forma de ver e descrever, assim como cada educador busca estratégias e mecanismo para compartilhar seu conhecimento.

Na questão nº 02 foi perguntado qual é a função do professor mediante a existência de estereótipos e preconceitos em relação ao

negro e as situações advindas dentro do ambiente escolar. E, se ela ver indicador da existência sobre a “inferioridade” do negro e a “superioridade” do branco. Alicerçada na escrita dos 19 professores voluntários da pesquisa, nota-se que 18 deles tem a mesma visão diante dos estereótipos e preconceito em relação ao negro e certas situações, e o mesmo pensamento com relação a função do professor. Como está expresso no quadro a seguir.

Quadro nº 02 – Função do professor mediante estereótipos e preconceitos

(Infelizmente sim, há ainda essa margem de superioridade no ambiente escolar onde, o branco se sente superior ao negro em várias questões dentro do ambiente escolar), 4(Acredita-se que o professor busque fazer um trabalho de consciencia crítica, mostrando o papel de vencidos e vencedores na sociedade. Sim, através de posições sociais, no mercado de trabalho, relacionamentos, até mesmo na linguagem utilizada no cotidiano, observa-se indicadores de inferioridade entre brancos e negros), (..) 18 (Diante a atualidade o Professor deve posicionar-se diariamente e contextualizar, trazer pra sala de aula, essas questões da Negritude, dos preconceitos raciais, incentivar de forma positiva a inserção e a contextualização entre as raças, tratar a igualdade e o espaço do negro na sociedade, e em todos os ambientes, seja dentro ou fora da escola), 19(O professor deve levar os alunos a refletirem sobre seu comportamento e procurar sensibilizá-los e ajudar na extinção de comportamentos preconceituosos. Alguns alunos tem como "enraizados" no seu comportamento o preconceito ,como um conceito adquirido no âmbito familiar e demonstram nas sua atitudes,falas e forma de tratar os colegas,muitas vezes inferiorizando o negro).

Fonte: Pesquisa realizada em 2024.

É interessante ressaltar que as respostas dos professores tem muito em comum, eles acreditam que: a interdisciplinaridade na sala de aula, traz resultados positivos. Nas suas falas fica evidente, quando descreve sobre o branco sentir-se superior ao negro, fica claro que: ainda há muito o que fazer no sentido de trabalho de conscientização na Escola. Percebe-se, que muitas expressões, são hábitos familiares, que por fazer parte do dialeto familiar dificulta o trabalho na Escola e infiltra no cotidiano dos alunos, tanto dentro como fora da Escola. Relatam também a importância de um professor mediador, que: por sua vez, precisa promover a inclusão,

igualdade, respeito, reconhecimento, reflexão, além de explorar a história e a cultura em prol da busca pela identidade. Quanto ao enfrentamento do racismo, o art. 5º institui que:

Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a prosperidade [...]. – XLI A lei punirá a qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. (BRASIL, 1988).

É notório que as expressões vem como piadas e que aos poucos agrega ao dialeto do cotidiano, visto que os sujeitos preconceituosos esquecem que existe igualdade, que todo ser humano tem direitos e deveres, que todas as expressões infiltram-se na linguagem dos envolvidos, ou até mesmo de ouvintes casuais, assim como nos termos usados pela juventude. Nas palavras de Concolato (2014), o racismo que aqui se firmava foi fortalecido com o projeto de nação que previa tornar o “ Brasil um país majoritariamente branco, submetendo os negros aos lugares mais degradantes, aos piores empregos e as mais precárias condições de moradia, condenado assim que foi à raça inferior” (CONCOLATO, 2014, p. 13).

Entende-se que apesar das conquistas, das políticas, dos desafios sociais e econômicos, da luta por igualdade, muito se desgasta e a desigualdade permanece. Quanto mais fundamenta no estudo, mais concreta são as informações.

Em meio as 19 respostas dos professores apenas o sujeito nº 03 expôs sua opinião de maneira relevante, relatando que a escola é um espaço social, e que todos devem ser tratados com igualdade, aponta a inexistência deste indicador e conclui sua fala dizendo que talvez não consiga perceber. Veja na íntegra: 3(*Acredito que as diferenças de gênero, de religião, de cor, de condição socioeconômica e todas as demais devem ser discutidas em todas as disciplinas escolares e durante todo o período letivo. O professor deve ter sempre em mente q a escola é*

um espaço social. E que todos devem ser tratados com igualdade e respeito. Não acredito que exista esse indicador de inferioridade ou superioridade. Ou não consigo Perceber.) Como pode ver as respostas são diferenciadas, porém dentro do mesmo contexto e segue direcionando o estudo. O estereotipo pode ser visto como um comportamento adaptativo.

Em relação a questão nº 03, foram solicitados a destacar com que intensidade eles conseguem verificar a ocorrência da prática do preconceito racial em relação aos alunos negros dentro dos espaços escolares e, se concorda que os brancos detêm qualidades bem aceitas socialmente e os negros concentram aquelas socialmente marginalizadas pela sociedade. Assentado nas resposta da pergunta de número 03 percebe-se que 100% dos professores já presenciaram alguma ocorrência dentro do espaço escolar. No entanto veja na integra algumas resposta numerada conforme respostas dos educadores, que contempla as demais.

Quadro nº 03 – Ocorrência e prática de preconceito

03 (Ocorrências de racismo ocorrem infelizmente quase todos os dias no ambiente escolar. Seja velado ou explícito, mas existe. E não. As qualidades e defeitos são iguais. A cor não interfere nas habilidades e competências do ser humano), 12 (A prática do preconceito racial ocorre e, geralmente, se apresenta em tom de brincadeira com piadas ou em forma de bullying, porém, na maioria das vezes são atitudes veladas que mascaram o desrespeito, a discriminação, a exclusão. Concordo que existe a perpetuação da desigualdade social e racial entre negros e brancos), 14 (Sempre. Nas brincadeiras sem graça, nos termos pejorativos relacionando as coisas ruins sempre a cor preta, a questão do cabelo, etc.. É visível em nossa sociedade que os mais aceitos são os brancos. Em quantos empregos “leves” percebemos o branco? Vamos observar as lojas com seu vendedores... Uma desigualdade por falta de estrutura, moradia, educação), 16 (Atualmente o que se vê com maior frequência, é o racismo velado, aceito como atitude inocente e cômica. Em meu ver, ocorre sim, e negar esse racismo seria aceitar preconceito; Com relação a aceitação das qualidades dos indivíduos "brancos" também, basta ver os cargos de maior relevância raramente são ocupados por pessoas pretas, e quando isso ocorre, sempre tem alguém que vai dizer assim: olha e ele é negro! como se ser negro fosse um diferencial, para estar em algum lugar. Porém acredito que a maior discriminação em nosso país é a social, pessoas brancas e pretas desprovidas de bens materiais (riqueza), também encontram maior resistência para acender

socialmente, muito difícil para essas pessoas conseguirem a tão sonhada mobilidade social).

Fonte: Pesquisa realizada em 2024.

Com suporte nas respostas dos professores, menciona-se que todas as escolas as quais trabalham estes professores enfrentam as mesmas dificuldades, visto que os argumentos são semelhantes, embora estejam em diferentes espaços, com alunos de idade diferenciada. No entanto, descrever o preconceito racial, observa-se que existe discriminação em ambos os lugares, que o hábito do racismo velado, aceito como atitude inocente e explícito. É inegável que o racismo aumenta com frequência a cada dia nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o resumo das respostas através do formulário, pode-se perceber a ocorrência do racismo na escola, como também na abordagem nos livros didáticos dos estereótipos relacionados ao povo negro e ainda, a visão do professor sobre a função importante de combater o racismo, enraizado em diversas partes da sociedade.

Com base nos dados apresentados diante da existência de estereótipos e preconceito racial no livro didático, no ambiente escolar destaca-se que a aprendizagem precisa ser significativa para o educando, que traga resultado e reflexo na vida do aluno.

Na educação exige métodos que envolvam o aluno e para isso é necessária uma comunicação transparente, sem agressão na comunidade escolar, no entanto as relações entre, o livro didático, a família, o aluno e a escola, são fundamentais no processo de aprendizagem, isto faz com que, ele sinta bem, que a equipe se engaje fortaleça o vínculo e a convivência.

Ser cauteloso com as palavras, evitar expressões de racismo ou preconceito é fundamental, bom que o professor seja cauteloso ao ouvir e ao pronunciar-se. Levando em conta que o conhecimento do Professor, o carisma, o método em que o professor trabalha, a dinâmica de sala de aula, as oportunidades, a flexibilidade nas

atividades, contribui para levantar a autoestima do aluno, despertando nele o desejo de participar e relacionar-se com os demais integrantes do meio. Quando os termos pejorativos, viram ditos populares, estas expressões tornam-se frequentes nas comunidades escolares, gerando consequência e por conta dos atos, trazendo violência.

O Educador por sua vez será a ponte que norteia e conduz o diálogo à comunidade escolar, despertando por meio da palavra com seus respectivos significado, o conhecimento até o aluno. Cabe ao educador abordar mecanismo significativos para o crescimento do aluno e para combater as ofensas do meio, seja elas estereótipos ofensivos ou sem ofensas, que de qualquer forma possam ser direcionados ao ser humano trazendo mal entendimento ou transtorno.

Levando em conta, as informações coletadas na pesquisa percebem-se, que temos a soma de ideias de diferentes educadores e entende-se que todas as unidades escolares continuam convivendo com expressões racistas, estereótipos que difamam jovens, crianças e adultos. Baseado nas informações nota-se que, a ocorrência de racismo acontece com frequência no ambiente escolar. Seja velado ou explícito, as qualidades e defeitos são iguais, a cor não interfere nas habilidades e competências do ser humano.

Neste estudo está a oportunidade de compreender como é a relação entre o livro e a realidade do aluno na sala de aula dentro do processo de aprendizagem, como de fato é tratada dentro da escola uma questão presente todos os dias, que no livro didático está retratada num capítulo, com informações sofridas e atrasadas, onde a realidade é árdua e vivida a cada dia, que precisa ser abordada não apenas numa data específica ou numa única matéria, bom será que aborde em diferentes modalidades de ensino e disciplinas, para que todos possam alcançar o sucesso, acompanhado de todos os agentes envolvidos no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília-DF, 2004.

CONCOLATO, Bianca Machado. Do escravismo às políticas de ações afirmativas: o negro cotista na Universidade Federal de Juiz de Fora. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS, Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/617/1/biancamachadoconcolatovieira.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2019.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2267.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019. Revista Transgressões: ciências criminais em debate, v. 7, dezembro de 2019 / Racismo Estrutural e a Violência Contra a Juventude Negra no Brasil.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado Federal, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Organizador. – Superando o Racismo na Escola. 2ª edição revisada [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

SILVA, Ana Célia da. Ideologia do embranquecimento. Identidade negra e educação. Salvador: Ianamá, 1989.

CAPÍTULO 4

ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA: REFLEXÕES SOBRE A LEI 10.639/03 E SUA RELEVÂNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Fabiana Gomes Maia dos Santos ¹

Iracema Amélia dos Santos ²

Maria Lúcia dos Santos Rodrigues³

Francisca Vilani de Souza⁴

RESUMO

O estudo faz primeiramente um breve relato sobre a Lei 10.639/03, seu propósito; destacando a importância da cultura brasileira e africana nos aspectos relevantes para o ensino, os desafios na implementação da referida lei no ensino da história afrodescendente e as inovações pedagógicas, de como é possível abordar a história e cultura afro-brasileira em sala de aula, desmistificando ideias de que não é possível e nem necessário a abordagem dessa temática; tendo como objetivo analisar os aspectos e as características da citada lei e a importância de incorporá-la na prática pedagógica do professor, no cotidiano escolar, tendo como foco uma educação para a diversidade, que respeite às diferenças e a pluralidade étnico-racial. Foi realizada também, uma pesquisa de campo em uma Escola Municipal de Campo Formoso- Bahia. Metodologicamente é uma pesquisa qualitativa/quantitativa, o instrumento de coleta de dados é um questionário aplicado pela ferramenta *google meet* com 19 professores. Para o estudo, bem como a

¹ Mestrando (a) em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. e -mail: fabianagomesmaia@_gmail.com;

² Mestrando (a) em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. e -mail: iracemaamelia@hotmail.com;

³ Mestrando (a) em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. e -mail: luciamaria_402016@hotmail.com;

⁴ Professora Doutora World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. Disciplina Educação e Relação de Gênero Étnico Racial I e II e-mail professoravilani@gmail.com

discussão e análise ancorou-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Parâmetros Curriculares Nacionais (1997); Goldemberg (2000); Lakatos (2003); Lei 10.639 (2003); Munanga (2005); Manual de Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006); Revista Eletrônica de Educação (2015); BNCC (2018), entre outros. A partir da pesquisa, leituras e análises, foi possível concluir que a Lei 10.639/03, pode se constituir como um forte instrumento político e pedagógico para o combate do preconceito e discriminação racial na escola, ajustando-a ao currículo escolar, para que se faça valer o cumprimento das diretrizes apresentadas nela, sendo agregado aos conteúdos escolares, o ensino da história e da cultura Afro-Brasileira e Africana, com um trabalho mais efetivo e consciente com essa Lei, para que os objetivos propostos no trabalho com a diversidade sejam alcançados com êxito.

Palavras-chave: África; Lei 10.639/03; Inovações pedagógicas; cultura.

INTRODUÇÃO

Atualmente, dada a relevância do tema, o presente artigo apresenta um breve estudo sobre a temática: Ensino da História da África: reflexões sobre a Lei 10.639/03 e sua relevância no contexto escolar. Mesmo após a criação de inúmeras leis que promove a igualdade social entre brancos e negros, nota-se, nitidamente, uma grande disparidade entre o que apresenta a Lei e sua implementação, uma vez, que a discriminação e a desigualdade racial vêm se perpetuando muito, e isso ocorre desde a chegada dos negros até a atualidade.

Nesse contexto o artigo apresentado traz um breve estudo sobre a importância da Lei 10.639/03, a qual instituiu Novas Diretrizes e bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática, deixando claro que as instituições de ensino devem incluir no currículo a história e cultura afro-brasileira.

Contudo, ainda é possível perceber, que existe uma lacuna entre a existência desta lei, sua implementação e aplicação no

contexto social e, principalmente escolar. Estudos indicam que essa problemática na implementação da referida Lei deve-se principalmente a ausência de conhecimento da Lei e das Diretrizes, incorporada à falta de domínio de conteúdos ligados às relações étnico-raciais e a escassez de recursos didáticos.

Portanto, é pertinente evidenciar cada vez mais a necessidade de ações afirmativas efetivas que corrijam ou minimize essas disparidades étnico-raciais, proporcionando oportunidade a todos.

Nesse processo, é necessário a união entre todos os indivíduos que compõem a escola, (principalmente o professor que tem o papel de mediador do conhecimento), na luta para vencer os obstáculos e as dificuldades.

A pesquisa é composta por um Referencial Teórico, sendo dividida pelos seguintes sub-títulos: A Lei nº 10.639/03 e seu propósito; Cultura afro-brasileira: aspectos relevantes para o ensino; Desafios na implementação da Lei 10.639/03 no ensino de história africana; Inovações pedagógicas para abordar a história e cultura afro-brasileira em sala de aula.

Além da parte teórica foi realizada uma pesquisa quantitativa/qualitativa com 19 professores, para uma análise mais aprofundada da temática, com o intuito de saber se eles tinham o conhecimento da citada Lei e quais são os desafios para a implementação da mesma no contexto escolar.

A LEI Nº 10.639/03 E SEU PROPÓSITO

A Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi lembrado nas aulas de História com o tema da escravidão negra africana.

A referida Lei, veio complementar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), a qual tornou obrigatório o estudo da cultura e da história Afro-brasileira, nos currículos oficiais das redes educacionais brasileiras, públicas e privadas no

ensino fundamental e médio. E foi aprovada em 9 de janeiro de 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o objetivo de promover a igualdade racial e combater o racismo no Brasil. A Lei introduz novas diretrizes para traçar estratégias em políticas públicas para combater a desigualdade racial. Além disso, preservar a contribuição dos negros nos campos social, econômico e político relacionados à história do Brasil. A Lei também inclui o Dia da Consciência Negra no calendário escolar. (Brasil, 2003). Essa Lei pode ser considerada um ponto de partida na luta histórica para se verem iguais aos demais imigrantes e um ponto de partida para mudanças sociais.

Na LDB/96, no parágrafo 4, do artigo 26, determina que: 4º O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Com o acréscimo da Lei 10.639/03, na LDB/ 96 ficou determinado que:

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura Afro-brasileira . 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Com esta nova resolução, os conteúdos relacionados a história e cultura dos afrodescendentes se tornou obrigatório nas instituições de ensino, os africanos, afro-brasileiros, se tornam protagonistas, sujeitos históricos e sociais, que influenciaram na formação do Brasil.

Na aplicabilidade dessa Lei, para que a mesma tenha efetividade no contexto escolar, o Ministério da Educação

publicou um guia nacional sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para aprofundar o assunto e criar um manual para as instituições de ensino, confirmando a necessidade de uma política substituta e esforços para mistificar a democracia racial no país, é considerada um marco na educação brasileira, pois como se tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, era necessário uma ação visando proporcionar intervenções pedagógicas que tenham em conta os elementos históricos e culturais de origem africana, ajudando colocar em prática as prerrogativas apresentadas na Lei.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA: ASPECTOS RELEVANTES PARA O ENSINO

Para a aprovação da Lei nº 10 639/03, aconteceram várias lutas, para o reconhecimento dos negros, da sua individualidade e importância para o Brasil e na formação do povo brasileiro, no reconhecimento de sua cultura, que está bem presente na diversidade cultural brasileira. Com muitas lutas veio a aprovação, sendo uma grande vitória para os afrodescendentes, pois abriu caminhos que proporcionam a reflexão sobre a cultura na sociedade afro-brasileira, mudando crenças centenárias, garantindo uma compreensão profunda da etnia negra na sociedade. A cultura precisa ser incorporada no currículo, para isso é necessário utilizar meios de pesquisas e conhecimentos, buscando fontes confiáveis, de acordo com Munanga (2005, p.169).

A busca de fontes genuínas das Africanidades Brasileiras nos leva ao convívio com a comunidade negra, ao cultivo da memória da experiência de ser descendente de africanos no Brasil, ao intercâmbio com grupos do Movimento Negro, à familiaridade com obras de autores negros e também não negros, que permitam entender a realidade das relações interétnicas em nosso país.

As escolas precisam adaptar-se à nova Lei, buscando essas fontes que estão disponíveis e ao alcance de todos, buscando uma maneira de implementar a aplicação dos conteúdos exigidos, de acordo com os objetivos descritos, contribuindo para a superação de preconceitos e atitudes discriminatórias, através de práticas pedagógicas de alta qualidade, incluindo o estudo das influências africanas na construção da nacionalidade brasileira, bem como dos aspectos culturais africanos presente nas comunidades. Portanto, é óbvio que o estudo da história afro-brasileira diz respeito a toda a sociedade brasileira, e não apenas a um determinado grupo, porque é um estudo que lança as bases para a formação de uma cidadania informada e ativa, sociedade democrática. Nesse sentido, enfatiza-se a importância e a necessidade dos alunos conhecerem a perspectiva pedagógica da história afro-brasileira sob o aspecto cultural, social e religioso para conseguirem compreender os valores do povo negro. Porém, esse tema deve ser amplamente abordado nas escolas para se ter acesso às histórias de pessoas, das quais muitos ainda desconhecem. Dessa forma, os alunos formam novos conceitos com esses novos conhecimentos e afastam seus preconceitos.

No entanto, deve reconhecer-se que o direito não pode mudar imediatamente uma realidade histórica que está assim enraizada nos nossos hábitos e percepções. Através disto, é possível criar mecanismos e processos reflexivos que devem promover a sensibilização, porque o respeito pela diferença requer uma diversidade de narrativas, lógicas e epistemologias no currículo.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Inúmeras pesquisas publicadas sobre a Lei 10.639/03 e a importância de sua aplicação nas escolas, apontam a lentidão no cumprimento e regularização da mesma. Estudos indicam que a escassez de recursos didáticos, a falta de publicações no MEC de propostas pedagógicas e de instrumentos práticos para a aplicação

desse tema, somada a omissão de recursos financeiros no processo da implementação, pois poucas Secretarias de Educação indicaram o recebimento de recursos financeiros específicos para a formação neste tema, aparecem como dificuldades e desafios a serem contornados mediante o processo de implementação da Lei no Ensino de História Africana.

Portanto, ausência de informação ou desconhecimento da alteração da LDB e dos documentos que a norteiam ainda é o primeiro e um dos principais obstáculos para o avanço na implementação dessa política pública e aplicação da referida temática, o que dificulta seu engajamento ao planejamento pedagógico.

[...] uma das principais estratégias de opressão de determinado grupo é a ausência ou o reconhecimento indevido da sua história. Segundo o autor, o processo de formação da identidade é dialógico; ou seja, a identidade é formada por meio da interação com outros grupos sociais. Nesse sentido, o indivíduo ou o grupo poderá sofrer verdadeiro dano se as representações associadas a ele forem depreciativas. A ausência ou o reconhecimento indevido pode se transformar na principal estratégia para exclusão desses grupos. No caso brasileiro, a ausência pode se manifestar no desconhecimento da história de resistência de negros e indígenas contra a opressão resultante do processo de colonização Aguiar *et al.*, (2015, p.384).

Ou seja, a escassez do conhecimento da lei e das diretrizes, incorporada à falta de domínio de conteúdos às relações étnico-raciais, possibilitam que docentes e gestores sintam-se despreparados para incorporar tais conteúdos em sua prática pedagógica. De maneira geral, os brasileiros conhecem pouco ou desconhecem a História do continente africano, da contribuição social, econômica e cultural dos negros, das religiões de matriz africana, das lutas e da violência contra a população negra.

Essas dificuldades necessitam ser superadas dentro do ambiente escolar. Logo, é necessário um trabalho contínuo de renovação e inovação da práxis do educador, proporcionando

formação continuada para ele e que haja a liberdade para diálogos com os alunos, pais e comunidade , renovando à prática pedagógica, podendo trabalhar a Educação Quilombola como um todo, abordando a história e a cultura afro-brasileira em sala de aula de forma efetiva.

INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ABORDAR A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SALA DE AULA

Na promoção de uma educação de qualidade e inclusiva, consciente das várias culturas e da diversidade da formação do povo brasileiro; destacando nesse artigo, o africano, há a necessidade de inovações pedagógicas para abordar a história e cultura afro-brasileira em sala de aula, a promoção dessa educação é fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva. Para tanto, será necessário conhecer e analisar as experiências significativas, produzir conhecimentos, fazer pesquisas sobre o tema, pois a educação escolar de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), é um espaço sociocultural e institucional responsável pelo conhecimento e pela cultura. Dessa forma é necessário traçar metas e objetivos claros e precisos, para que as propostas tenham êxito.

No Manual de Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, há um caminho de como devem ser os objetivos para uma proposta pedagógica do educador.

O objetivo das ações se constituem a partir de uma proposta político-pedagógica que considera o histórico da vida social, as trajetórias comuns, as características econômicas e culturais, a preservação da identidade quilombola na sua relação com o ambiente, concomitante à busca de melhor qualidade de vida presente e futura, mediante uma tomada de consciência crítica que é sempre emergente ao sentir-se parte da construção do saber.(BRASIL, 2006, p. 157).

O Manual, de acordo com os objetivos propostos nas ações, sugere temas que podem ser trabalhados a partir das demandas e

necessidades da escola e do alunado, para uma prática transformadora de uma educação quilombola efetiva, que pode ser modificada de acordo com a proposta pedagógica e demandas locais. Os temas são: identidade, espaço/território, cultura, corporeidade, religiosidade, estética, arte, musicalidade, linguagem, culinária, agroecologia, entre outros. A proposta deve ser baseada em diálogos entre os pares: educador, aluno, pais, comunidade escolar e comunidade local, levando em conta alguns aspectos importantes, para a inovação da prática pedagógica, como: currículo interdisciplinar e integrado- a história e cultura afro-brasileira, precisa permear em todas as disciplinas do currículo; uso de recursos diversificados, para que as aulas sejam mais envolventes e acessíveis; projetos de pesquisa e apresentações, para a exploração da cultura afro-brasileira; atividades de teatro, dança e expressão artística, na expressão da criatividade; uso de linguagem inclusiva nos materiais didáticos; realizar eventos culturais e celebrações ao longo do ano letivo e proporcionar formação continuada de professores.

A efetivação dessas práticas, na observância das propostas e dos objetivos sobre a temática, pode contribuir de maneira significativa, na criação de um ambiente educacional diversificado, incluso e respeitoso, no qual se promova o apreço e respeito pela história e cultura afro-brasileira, assegurando assim, a construção de uma pedagogia da diversidade e da educação de relações étnico raciais.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo foi baseada na pesquisa quantitativa/qualitativa, pois busca compreender os significados das experiências vividas pelos participantes da pesquisa. A pesquisa não ignora o contexto e aceita a perspectiva da pessoa pesquisada, como dados de análise, pois traz mais riqueza de acordo com a realidade explorada. “Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de

compreender os indivíduos em seus próprios termos” (Goldemberg, 2000, p.26). O intuito principal foi observar a percepção, experiências e desafios dos docentes, relacionados à implementação da Lei 10.639/03 em sua prática educacional.

Para o desenvolvimento desse estudo utilizou-se a pesquisa de estudo de campo, envolve a coleta de dados diretamente no local onde o fenômeno ocorre. Isso geralmente inclui observações, entrevistas ou questionários realizados no ambiente real em que o estudo está sendo conduzido, proporcionando uma compreensão mais rica e contextualizada do objeto de estudo. “O interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade.” (Lakatos, 2003, p. 189)

Este trabalho foi baseado primeiro com uma revisão bibliográfica, sobre a criação da Lei 10.639/03 e o Guia Nacional sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com a finalidade de compreender e reconhecer a contribuição da referida Lei para a prática pedagógica. Posteriormente foi publicado um link com o Formulários *Google Forms*, com três perguntas objetivas e disponibilizado através do *whatsapp* para 19 professores que lecionam no Colégio municipal Rosalvo Luiz Celestino, situado na Comunidade Quilombola de Lage dos Negros, no município de Campo Formoso – Bahia, para expressarem suas percepções, experiências e desafios relacionados à implementação da referida Lei em sua prática educacional. Após o retorno das respostas dos docentes, houve a análise dos dados coletados.

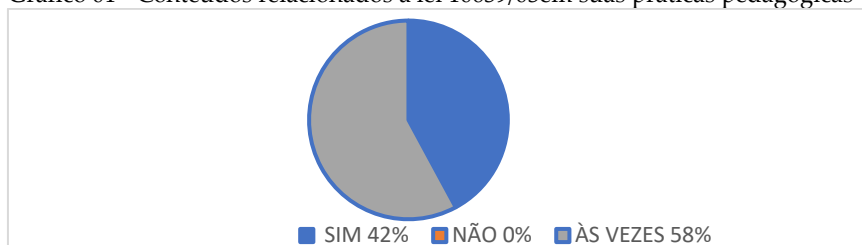
ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

O instrumento de coleta utilizado foi um questionário fechado, com o intuito de obter informações dos 19 professores sobre o trabalho com o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em sala de aula, a importância bem como suas dificuldades. Para a análise das respostas, se fará uma observação

e discussão das porcentagens. Inicialmente se analisará o perfil dos professores a partir das respectivas respostas, e em seguida às questões relacionadas ao tema.

Dos professores entrevistados 10 são do sexo masculino e 09 feminino, quanto à formação todos possuem ensino superior, alguns com pós-graduação e uma mestra em educação; a faixa etária está entre 25 a 51 anos, tendo uma maior parcela de 31 aos 40; quanto ao vínculo, somente 5 são efetivos da rede municipal, tendo uma maior parte como com contratos temporários.

Gráfico 01 - Conteúdos relacionados à lei 10639/03 em suas práticas pedagógicas



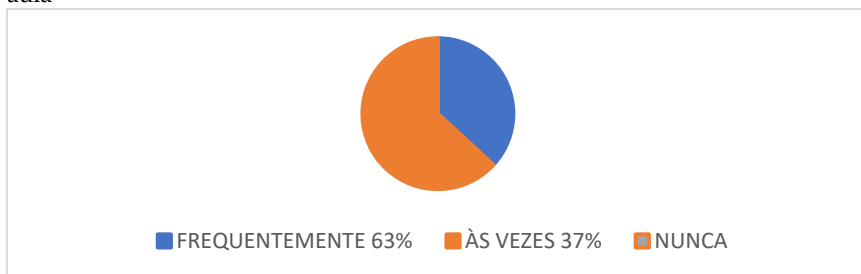
Questionário aplicado pelos pesquisadores, 2024.

Observa-se através das respostas, que de os conteúdos relacionados a cultura e a história africana faz parte da prática pedagógica dos professores, isso de alguma forma pode ser entendido como um trabalho que venha superar a discriminação com relação aos afro-descendentes, pois todos os alunos da escola, vão conhecer a história bem como a cultura africana, ou seja a africanidade do Brasil, falar sobre essa temática para Munanga (2005, p.155) destaca:

Ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia.

Vale salientar, mesmo que se trabalhe é necessário que seja algo efetivo e contínuo com muitos debates, troca de experiências e pesquisas, para que os educandos se interessem e conheçam suas origens, a origem de sua cultura, para que o ambiente escolar seja um local de formação que combata o preconceito e a discriminação.

Gráfico 02 - Frequência você trabalha a história e cultura afro-brasileira em sala de aula



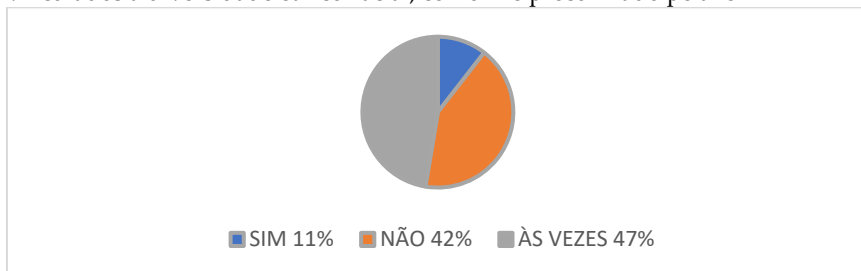
Questionário aplicado pelos pesquisadores, 2024.

Após análise das respostas, percebe-se que à maioria dos professores trabalham com frequência a história e a cultura, de acordo o Manual de Orientações e Ações Para a Educação das relações Étnico-Raciais, (2006). É fundamental fazer com que o assunto não seja reduzido a estudos esporádicos ou unidades didáticas isoladas. Quando se dedica, apenas, tempo específico para tratar a questão ou direcioná-la corre-se o risco de considerá-la uma questão exótica a ser estudada, sem relação com a realidade vivida. A questão racial pode ser um tema tratado em todas as propostas de trabalho, projetos e unidades de estudo ao longo do ano letivo.

Foi exposto pelos professores que na escola há um trabalho contínuo, porém com as observações, entende-se que ainda há um caminho há ser percorrido, é necessário um contínuo trabalho com atividades mais efetivas, não somente no mês da consciência negra, novembro, de ações que aconteçam durante todo o ano letivo, em todas as disciplinas do currículo, envolvendo toda a comunidade escolar e local. É necessário propostas que valorizem o coletivo, não

somente o individual, que direcione a uma memória da localidade, da região, do país e dos ancestrais.

Gráfico 03 - Percebe alguma resistência por parte dos estudantes em abordar temas vinculados à diversidade étnico-racial, conforme preconizado pela lei



Questionário aplicado pelos pesquisadores, 2024.

Nas respostas, nota-se que de alguma maneira há resistência ao trabalhar com os conteúdos relacionados a africanidade, talvez seja pela forma que ainda seja abordado em sala de aula, em que eles não se sintam como protagonista da sua história, esse papel seja dado a outros. Os educandos podem não se sentir como parte importante, não entender que a história da África é a sua, sentir-se também não pertencente a essa cultura afrodescendente, pois as questões raciais não devem ser trabalhadas de toda maneira, sem um contexto que aponte a grande importância de conhecer as suas origens e cultura.

No Manual de Orientações e Ações Para a Educação das relações Étnico-Raciais, (2006, p. 72) destaca-se: “Tratar as questões raciais no ambiente escolar de forma simplificada, em algumas áreas, ou em algumas disciplinas, etapa determinada ou dia escolhido, não é a melhor estratégia (...) ação reflexiva e crítica da realidade em que estão inseridos”. Na contextualização das situações, eles aprenderão conceitos, analisarão fatos e poderão se capacitar para intervir na sua realidade para transformá-la.

Pode-se perceber no PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural, que:

Para os alunos, o tema da Pluralidade Cultural oferece oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiro e como participante de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas que estão presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua auto-estima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que poderiam ser prejudiciais. Por meio do convívio escolar possibilita conhecimentos e vivências que cooperam para que se apure sua percepção de injustiças e manifestações de preconceito e discriminação que recaiam sobre si mesmo, ou que venha a testemunhar e para que desenvolva atitudes de repúdio a essas práticas. (Brasil, 1997, p. 39)

Dessa maneira, os conteúdos devem ser efetivos apontando um caminho para uma cultura não racista, em que os valores individuais sejam respeitados, em que os temas que abordam a discriminação devem ser tratados em sala de aula com muita segurança, não algo solto, proporcionando ao aluno a compreensão do seu valor, que saiba se defender e criando atitudes de repúdio sobre as práticas preconceituosas e discriminatórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a Lei 10.639/03 emergiu como um marco crucial na trajetória educacional brasileira, promovendo a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Seus efeitos positivos na promoção da igualdade racial e na desconstrução de estereótipos demonstram um progresso significativo em direção a uma educação mais inclusiva e diversificada.

Contudo, os desafios persistem, desde a necessidade de aprimorar a formação de professores até a produção de materiais didáticos mais abrangentes. À medida que celebramos os avanços conquistados, é imprescindível olhar para o futuro com uma perspectiva de continuidade, buscando fortalecer a implementação da lei e explorar oportunidades para expandir a inclusão de outras

temáticas étnico-culturais no cenário educacional. Somente através do compromisso contínuo e da reflexão crítica poderemos assegurar que a diversidade seja, não apenas reconhecida, mas também integrada na organização da educação brasileira. Houve sim avanços significativos, como uma maior conscientização sobre a herança cultural afro-brasileira, é vital reconhecer os desafios remanescentes.

Mas, ainda tem obstáculos que demandam atenção contínua, a capacitação dos docentes e a escassez de recursos específicos. Para garantir uma mudança duradoura, é necessário que a implementação da Lei seja acompanhada de investimentos consistentes em formação e recursos, assegurando que as gerações futuras cresçam com uma compreensão enriquecida e respeitosa da diversidade que compõe a cultura do Brasil.

O reconhecimento da cultura afro-brasileira não se limita às salas de aula, mas deve transcender para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade verdadeiramente plural e igualitária. Nesse sentido, a jornada para uma educação mais inclusiva e representativa é contínua, exigindo esforços persistentes e colaborativos de educadores, gestores e comunidades em geral. Reconhecer a cultura afro-brasileira não é apenas um compromisso pedagógico, mas uma contribuição essencial para a formação de cidadãos conscientes, capazes de promover a igualdade e a justiça em uma sociedade cada vez mais plural. O desafio reside não apenas na implementação das políticas existentes, mas na construção de uma mentalidade coletiva que celebre e respeite a diversidade cultural brasileira.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.; PIOTTO, D.C.; CORREA, B.C. Relações étnico-raciais e formação docente: situações de discriminação racial na educação infantil. Revista Eletrônica de Educação, v.9, n.2, 2015. Disponível

em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/issue/view/19>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GOLDEMBERG, Mírian. A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências sociais. 4ª ed. Rio de Janeiro. Record, 2000.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. Brasília: SECAD, 2005.

CAPÍTULO 5

IDENTIDADE ÉTNICO -RACIAL: MUDANÇA DE PARADIGMA E RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Alana Jatobá de Sousa Bispo¹
Naara Lourenço Rodrigues Felix²

RESUMO

Este trabalho discute algumas concepções sobre os quilombos no Brasil: ancestralidade africana, território e cultura, identidade étnico-racial. O objetivo foi conhecer a auto declaração destas comunidades relacionadas à cor. Explorar a importância da história e desenvolvimento de um povo que desde o princípio lutam contra o racismo, discriminação e segregação racial, defendendo a igualdade e a melhoria de vida. As pessoas entrevistadas são de idades entre 23 à 65 anos homens e mulheres. Metodologicamente, é um estudo qualitativo, o instrumento de coleta foi um questionário. Os sujeitos da pesquisa são moradores das comunidades quilombola Gameleira do Dida e Mulungu. A base teórica está fundamentada em Munanga (2000), Bourdieu (2004), Fernandes (2016), entre outros. Procura-se apresentar, no decorrer do texto a delimitação do universo de pesquisa, a definição de critérios para a seleção dos sujeitos a serem entrevistados, elaboração de roteiros de entrevistas e sua realização, organização e análise de dados qualitativos, entre outros, visando contribuir com as discussões relativas à adoção desse tipo de metodologia no campo educacional. Foi possível identificar que ainda há uma resistência onde parte dos cidadãos apresentam um certo receio

¹ Mestrando Internacional em Ciências da Educação. Graduada em Pedagogia, pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Educação do Campo, pela Instituição (FLATED) Faculdade Latino Americana de Educação. alanajatoba67@gmail.com

² Mestrando Internacional em Ciências da Educação. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Presbiteriana Augusto Galvão – FPAG. Pós-Graduada em Lato Sensu em Alfabetização e Letramento e a Psicopedagoga Institucional, pelo Centro Universitário TORRES. naaralourenco94@gmail.com

referente à declaração da cor da pele, mesmo se tratando da região descendente. Logo, é importante salientar que o preconceito ou seja o conceito realizado antecipadamente muitas vezes parte do próprio indivíduo que precisaria reconhecer a sua origem, essa questão é um tanto complexa de difícil entendimento que vai se desenvolvendo aos poucos, sendo trabalhada nas comunidades através de formações, rodas de conversa, projetos entre outros.

Palavras – chaves: Quilombo; Identidade; Cultura.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento, que deve ser desenvolvido mediante a temática abordada. O presente trabalho busca a reflexão e objetiva da luta histórica da comunidade negra. O contexto histórico mostra que o povo não se manteve inerte frente às questões da escravidão havendo sempre lutas para garantia de sua dignidade, direitos naturais e reconhecimento. Explorar a importância da história e desenvolvimento de um povo que desde o princípio lutam contra o racismo, discriminação e segregação racial, defendendo a igualdade e a melhorias condições de vida. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada em duas comunidades Quilombolas.

A temática é relevante e gera conhecimento significativo para o desenvolvimento das comunidades quilombolas e demais outras. Será desenvolvido uma pesquisa através de um questionário contendo três perguntas direcionadas para as duas comunidades Quilombolas. Através das mesmas será possível ter uma visão de como as comunidades se autodeclaram frente à sua origem. É importante salientar que esse é um tema abrangente e polêmico, cada pessoa vê por um ângulo diferente e tem o seu ponto de vista porém se tratando de racismo é interessante enfatizar que precisa ser muito bem trabalhado. Pois muitas vezes o preconceito está dentro da própria pessoa e chega a querer negar as suas origens, quando as pessoas aceitam facilita o processo de ir em busca dos

seus direitos garantindo uma qualidade de vida melhor e melhorias nas comunidades em favor de toda população.

Ao longo dos tempos as pessoas afro descendentes vem sofrendo situações difíceis e até mesmo desumanas, porém nesse mesmo percurso diante de muita luta tem adquirido seu lugar na sociedade, respeito e muitas conquistas, tem evoluído através de projetos que são elaborados e informações que são repassadas, suas culturas e costumes vem ganhando forças cada vez mais. Isso garante que as comunidades sejam reconhecidas e respeitadas. Ao desenvolver essa pesquisa para a elaboração desse artigo serão escritas muitas ideias que contribuirão para o desenvolvimento de quem ler.

QUILOMBOS NO BRASIL: ANCESTRALIDADE, TERRITÓRIO E CULTURA

A palavra “quilombo” é uma versão aportuguesada de “kilombo” originária dos povos de língua banto. Assim, um dos significados de “quilombo” está relacionado como local, acampamento ou a casa sagrada. Os quilombos no Brasil surgiram no século XVI, quando os escravos, majoritariamente negros, fugiam das senzalas e reuniam-se em assentamentos denominado “quilombos”.

As comunidades quilombolas se apropriaram dos territórios e dos recursos naturais para a transmissão das suas práticas culturais de matriz africana para as futuras gerações. A cultura, a natureza, a ancestralidade e as relações sociais constituem, concretamente, o quilombo. Para o quilombo, “o território é espaço de apropriação material e cultural, base física (chão), material (fonte de recursos) e imaterial (cultos e representações simbólicas)” (Silva, 2015, p. 57).

O território possui um valor cultural usado para reafirmar a identidade étnico-racial. “As definições de quilombos, portanto, (...) remetem a cultura, identidade, territórios, propriedades, bens econômicos, sociais, culturais e políticos” Silva (2015, p. 163). No

entanto, habitação, saúde e educação das comunidades de quilombos são mutáveis em função das produções conceituais” .

As comunidades quilombolas são frutos de um processo histórico de resistência contra a ideologia racista, que escravizou, desumanizou e objetificou o negro, tendo início com a colonização das terras brasileiras e estendendo-se até os dias de hoje na exploração dos seus territórios por multinacionais ou pelas oligarquias locais. Neste local de confronto, essas comunidades buscam, “ o reconhecimento de seus modos de vida, a titulação de suas terras e a garantia de seus direitos” (Fernandes, 2016 p. 35).

Essas populações carregam uma história de privação, injustiça e invisibilidade perante a sociedade e o poder público. Os quilombos possuem determinantes de sua saúde relacionados a sua história de exploração de seu povo, suas vidas e seus territórios. Estando assim inseridos em um sistema excludente, que não respeita cultura e modo de vida e que ainda busca impor, por meio de uma lógica racista estrutural branca hegemônica, outra cultura e outras formas de viver.

IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

De acordo com Pereira (1978) o estudo de História do Brasil possuiu uma herança derivada do colonialismo cultural, que supervaloriza os feitos europeus e minimiza ou exclui qualquer referência à história afro-asiática. O autor em destaque afirma que os currículos são em sua maioria eurocêntricos e a população brasileira sofreria de miopia e astigmatismo cultural, no sentido de que não consegue estabelecer relações, nem no plano imediato, nem ao longo do processo histórico entre o Brasil e a África. O modo como à África, os africanos e os seus descendentes no Brasil são vistos constituem exemplos desse colonialismo cultural.

Conseqüentemente, a visão sobre o continente africano se desdobra aos seus habitantes e descendentes que formam a população brasileira. No caso do Brasil, a formação da nacionalidade é escamoteada relegando a contribuição africana

apenas a culinária, folclore, misticismo e língua. A África para a maioria dos brasileiros é reduzida à imagem dos quatro “T”: Tribo, Tambor, Terreiro e Tarzan. E assim, os brasileiros deixam de reconhecer uma parte importante de suas raízes históricas. Segundo Bernd (1987: 38) a “[...] busca pela identidade do negro é a busca de auto definição”, pois encontra-se em meio a valores de um mundo branco, de um padrão eurocêntrico, que os aliena em relação às suas referências históricas.

Por não possuírem uma identidade coletiva mobilizadora, os oprimidos, no caso deste trabalho a população negra, não identificam o opressor em seus pensamentos e em suas ações e por isso possuem atitudes fatalistas. Acreditam na realidade opressora como algo fixo e pré-determinado por forças exteriores, percebem-se, pois, desvalorizados. É a interiorização da visão opressora incidente sobre ela. Diante do exposto, e levando-se em consideração o processo histórico e os mecanismos de reprodução da ideologia dominante, veiculada em especial pela escola, a população negra brasileira além de ter impedimentos à formação de sua identidade, se vê estigmatizada frente aos valores que negam sua história, suas lutas e seus modos de viver.

Com relação à sociedade brasileira existe todo um estereótipo de normalidade e beleza. Ser branco(a), se possível loiro(a), de olhos azuis, ter curso superior, ser cristão, constituem atributos vistos como bons e desejáveis. Um negro(a) subempregado(a) ou desempregado(a), de formação escolar incompleta, morador de periferia, pelo contrário, foge completamente ao estereótipo considerado desejável por grande parte da população brasileira. Daí surgem os estigmas referentes aos negros(as) vistos como desocupados, preguiçosos ou marginais. Quanto mais nos aproxima-se do referencial desejado, mais a chance de fugir da estigmatização e dos efeitos sociais dela decorrentes.

Nesse contexto, duas saídas apresentam-se: ou os oprimidos fazem de tudo para se parecerem com o opressor; ou reconquistam suas dimensões negadas. Na primeira resposta, o oprimido se enxerga com o olhar do opressor, com o qual quer parecer o

máximo possível. A vergonha de si mesmo torna-se a marca de sua personalidade.

Na mesma linha de raciocínio, referente à identidade dos grupos dominados, Bourdieu (2004) concebe duas perspectivas. Ou aceitam a definição de sua identidade pela classe dominante buscando, inclusive, sua assimilação por meio da recusa de suas características identitárias (linguagem, vestuário, estilo de vida, religião, etc.); ou por meio de uma luta coletiva, eliminam a valoração dos seus estigmas no sentido de impor uma reviravolta nas definições produzidas pelas classes dominantes e com isso definir, de forma autônoma, os princípios de organização do mundo social e de sua identidade. A luta, nesse sentido, contra a dominação simbólica que impõe uma visão negativa sobre a identidade dos dominados, não intenta apenas conquista ou reconquista da identidade, mas o poder de definir sua própria identidade do qual havia abdicado em detrimento da visão dominante, no momento em que se negaram para serem reconhecidos. “O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema, [...]” (Bourdieu, 1989, p. 125).

A identidade negra surge, então, da dinâmica conflituosa entre a visão dominante eurocêntrica, que nega os referenciais negros, e a busca pela valorização desses referenciais por esse segmento da população. Ou seja, de um sentimento de perda, negação, constrói-se uma autoimagem positiva e ativa da pessoa negra. É uma resposta política à situação de opressão na qual a população negra, descendente de africanos escravizados, se encontrou ao longo da história do Brasil.

Seguindo a análise de Munanga (2000), a identidade étnico-racial não passanecessariamente pelo aspecto cultural, mas é um posicionamento político frente à situação comum de opressão. A identidade não existe, pois, somente a partir de um referencial empírico, a exemplo da cor da pele, mas define-se pela relação estabelecida com a sociedade hierarquizada e as visões de mundo dominantes.

Neste sentido, a população negra, ao recuperar sua identidade, no sentido de se perceber com sujeito transformador e construtor da realidade, deixa de ser menos receptora das diretrizes dominantes e se transforma em agente histórico. Percebe-se, então, que a identidade étnico - racial constituída não se configura apenas como uma referência de afirmação, autoestima, mas, constitui-se num instrumento de organização e mobilização.

METODOLOGIA

Durante o percurso metodológico a fim de alcançar os objetivos suscitados, estruturou-se este artigo em três seções. A primeira seção os quilombos no Brasil: Ancestralidade africana, território e cultura. A segunda seção discorre sobre identidade étnico-racial. A terceira seção faz uma análise sobre resultados e discussão da pesquisa.

A produção desse artigo, consistiu em uma pesquisa-bibliográfica e de campo a fim de desenvolver a reflexão teórica com a prática através dos autores que discutem os conhecimentos relativos à temática em destaque, assim como, a análise dos discursos em pesquisa.

Os instrumentos de coleta de dados foram questionário *online* e presencial com alguns moradores das comunidades quilombolas de Gameleira do Dida e Mulungu com o objetivo de conhecer como os moradores da comunidade se declaram em relação a identidade étnico- racial já que os mesmos são de comunidade quilombola.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas junto aos sujeitos, significando um procedimento formal de se obter informações por meio da fala dos atores sociais. Segundo Barros & Lehfeld (2000, p.58).

A entrevista semiestruturada estabelece uma conversa amigável com o entrevistado, busca levantar dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, selecionando-se os aspectos mais relevantes de um problema de pesquisa. As entrevistas com os sujeitos foram registradas com o uso de resposta remotas por meio

do *WhatsApp* e presencial, objetivando garantir a autenticidade dos depoimentos representados pela fala dos entrevistados e transcritas conforme seu consentimento.

A utilização das entrevistas é relevante por provocar ricas contribuições dos sujeitos conforme afirma Pádua (1997, p.64-65) “ a entrevista é um procedimento mais usual no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores.

Logo, a entrevista não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. A realização das entrevistas contou com a aplicação de um formulário semiestruturado, com perguntas abertas e abrangentes. Teve a finalidade de obter o máximo de informações ligadas ao objeto de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

São apresentadas neste item os resultados da pesquisa de campo realizadas com os moradores das comunidades quilombolas Gameleira do Dida e Mulungú, cujo objetivo é conhecer a auto declaração destas comunidades relacionadas à cor. As pessoas entrevistadas são de idades entre 23 à 65 anos. Buscando conhecer a auto declaração de cor, foi enviado um questionário com três perguntas aos moradores sendo elas:

- 1.Você se considera quilombola?
- 2.Para você o que é um quilombo?
- 3.Como você se declara com relação a sua cor?

Como visto anteriormente as comunidades quilombolas se apropriaram dos territórios e dos recursos naturais para a transmissão das suas práticas culturais de matriz africana para as futuras gerações. A cultura, a natureza, a ancestralidade e as relações sociais constituem, concretamente, o quilombo.

Em relação ao questionamento você se considera quilombola? Dos trinta e quatro (34) voluntários, trinta e três (33) consideram-se quilombolas, apenas uma (01) não se considera.

Gráfico nº 01 – Identidade quilombola



Fonte: pesquisa realizada, 2024.

Isso leva a refletir que mesmo a sua história sendo carregada de privação, injustiça e invisibilidade perante a sociedade e o poder público os moradores não se obtêm em declarar sua cor. E como fala Fernandes, essas comunidades buscam, o reconhecimento de seus modos de vida, a titulação de suas terras e a garantia de seus direitos(Fernandes, 2016).

É importante salientar que hoje há muitas garantias fundamentais que assegura em relação a cor presente no ordenamento jurídico, pode-se citar o art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece como objetivo o Estado brasileiro promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, além de determinar a garantia dos direitos sociais por meio de políticas e ações.Quanto ao enfrentamento do racismo, o art. 5º institui que:

Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade,

a segurança e a prosperidade [...]. – XLI A lei punirá a qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. (BRASIL, 1988).

Como se pode observar, após a Constituição Federal de 1988, os direitos sociais devem ser garantidos pelo Estado brasileiro a todos os cidadãos. Contudo, com o projeto neoliberal, presente na sociedade brasileira a partir da década de 1990, tem-se o crescimento da pauperização, do desemprego, assim como retrocessos no campo das liberdades públicas.

Sendo assim, perante lei as pessoas sentem-se mais confiantes e motivadas a declarar sua genealogia como quilombola, pois, mesmos diante de muitas lutas ainda enfrentadas há um grande avanço. No que se refere a pergunta: Para você o que é um quilombo? todas as resposta foramna mesma linha de pensamento, sendo um local onde negros moravam.

Quadro nº 01

“Quilombo é um lugar formado por escravos que fugia dos seus senhores.” Local onde as pessoas se reuniam para lutar contra a segregação, um local de resistência contra a escravidão e outras tantas lutas sociais”, “lugar de refúgio, onde negros que sofriam com a escravidão fugiam e se abrigavam”, “lugar onde os negros moravam”, “local de refúgio”

Fonte: pesquisa realizada, 2024.

Logo, todas as pessoas indagadas apresentam a noção do que é um Quilombo, embora respostas com palavras diferentes mais todas com o mesmo objetivo, os participantes da pesquisa possuem conhecimento de que quilombo é o nome que se dá as comunidades formadas majoritariamente por remanescentes de fugitivos da escravidão, sendo que o maior quilombo do Brasil foi o Quilombo dos Palmares, formado por africanos escravizados e seus descendentes. Neste sentido, nos afirma Munanga que:

Quilombo é uma palavra originária dos povos de língua bantu. Esses povos provenientes principalmente de Angola e do Congo foram trazidos para cá e escravizados. Eram os Lundas, Ovibundu, Mbundu, Kongo, Imgbala, entre outros. Na África, esses povos viviam em comunidades e tinham uma organização coletivista, sendo governados por chefes e linhagens (famílias) e por um rei que em geral era um grande guerreiro (MUNANGA, 1995, p. 58).

A formação territorial do Brasil dá-se sob a égide colonial. A Pindorama, terra das palmeiras, como era chamado este país por seus povos originários, foi conquistada pelo colonizador europeu que aqui desenvolveu sua prática de dominação marcada pela apropriação dos espaços e pela exploração intensa dos recursos naturais, bem como dos povos aqui encontrados e que foram considerados seres inferiores, portanto, passíveis de serem consumidos. Os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito.

Com relação a pergunta como você se declara com relação a sua cor? Dos trinta e quatro

(34) participantes dessa pesquisa, vinte e um (21) declararam sua cor preta, quinze (15) parda. Branco, indígena e amarelos não houve declaração.

Gráfico nº 02 – autodeclaração da cor



Fonte: pesquisa realizada, 2024.

É possível notar que ainda existe uma resistência na autodeclaração em relação à cor da pele, muitas pessoas consideram-se Quilombolas, porém no momento de falar “eu sou preto”, é visível uma resistência, dão respostas tardias depois de calar e pensar bastante ou então dizem “eu sou pardo”.

Esta questão é algo que necessita ser trabalhado constantemente, pois é um processo que leva tempo para obter um bom resultado, e esse resultado precisa partir de dentro de cada um. Sendo assim poderá ser construída uma sociedade livre de preconceito. Diante da pesquisa percebeu-se que as pessoas possuem um conhecimento satisfatório em suas palavras em relação ao assunto mais é algo que não é o bastante ser falado e sim praticado porque é dia todas as ações de cada um que a comunidade vai se desenvolver e um dos passos mais importantes é se autodeclarar e aceitar.

É importante salientar que ainda aquelas pessoas que possuem o tom de pele mais clara e de uma raiz afrodescendente e trazem os traços e as culturas que nunca são esquecidos por que é algo que corre nas veias. Diante das opiniões é crucial a elaboração de projetos, desenvolvimento de estudos e formações nas

comunidades. Pois, se houver pessoas bem informadas então haverá uma sociedade melhor capaz de lutar pelos seu objetivos e direitos.

O tema da classificação racial no Brasil é uma questão bastante explorada dentro do campo de estudos das relações raciais. A fluidez das classificações e a multiplicidade de termos para se descrever atributos raciais mobilizados cotidianamente seriam características marcantes do sistema brasileiro. Nota-se o privilégio do uso de cor ao invés da raça, um esfacelamento da linha de cor ou das fronteiras raciais e um acentuado grau de indefinição em torno da classificação dos grupos de aparência miscigenada (Sansone, 1996, Petrucelli, 2013; Bailey, 2016).

Para além da aparência, outros fatores influenciam a classificação racial atribuída a si e a outras pessoas: a região geográfica (composição racial e nível de urbanização), classe social, familiaridade, idade e geração (Wagley, 1952; Harris, 1964; Hordge-Freeman, 2015). Há também indícios de que a maneira como as pessoas se identificam e são identificadas racialmente é influenciada pelo gênero, com maior estigma na atribuição da categoria “preta” a mulheres e acionamento mais frequente da conotação negativa ao termo “negra” (Wood, 1991; Telles, 2002; Bastos *et al.*, 2009).

Tais características convivem com a hierarquização das pessoas não brancas de acordo com o tom da pele, textura do cabelo e da avaliação de proximidade dos demais traços fenotípicos do que se convencionou serem características próprias dos grupos populacionais brancos e negros (Telles; Perla, 2014; Dixon; Telles, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho possibilitou conhecer de forma mais aprofundada as histórias em geral de povos escravizados seus desenvolvimento, reconhecimento e suas conquistas ao longo do tempo, ainda hoje é visível os vestígios que a colonização e a

escravidão deixaram nos formatos sociais e políticos no Brasil. o racismo e a desigualdade social estão arraigados na sociedade e precisam ser combatidos, é necessário que essa ideia seja trabalhada dentro de cada indivíduo, só então quando houver a aceitação e a auto declaração da sua origem a sociedade poderá ser diferente com respeito e menos preconceito.

Diante da pesquisa de campo realizada em duas comunidades Quilombolas foi possível perceber que ainda há uma resistência mesmo se tratando da região descendente, então é importante salientar que o preconceito ou seja o conceito realizado antecipadamente muitas vezes parte do próprio indivíduo que deveria reconhecer a sua origem. Essa questão é um tanto complexa que vai se desenvolvendo aos poucos, sendo trabalhada através das comunidades, de formações, rodas de conversa, projetos entre outros. Para garantir os seus direitos em uma sociedade que tem o seu padrão, é necessário contribuir para que os negros e demais raças travem uma luta diária desde o início, embora venham conquistando os seus direitos, ainda há muito o que desejar e buscar. incessantemente, pois a sociedade só mudará se os indivíduos buscarem essa mudança.

E, assim, para contribuir com o desenvolvimento da sociedade e do próprio indivíduo em si, diante de pesquisas e estudos voltados para a temática abordada percebe-se a importância de dar-se o respeito e respeitar o próximo diante de qualquer tipo de desigualdade, racial, social entre outros, pois as dificuldades só serão vencidas se a sociedade se posicionar em busca de respostas que almejam encontrar.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Aidil e LEHFLD, Neide. (2000). *Fundamentos da metodologia científica*. SãoPaulo: Makron Book
- BERND, Zilá. *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto,1987.

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2004.
- BRASIL. *Congresso Nacional. Estatuto da Igualdade Racial: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.
- FERNANDES, S. L. *Itinerários terapêuticos e política pública de saúde em uma comunidade quilombola do Agreste de Alagoas, Brasil*. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade, etnia*. Niterói: EDUFF, 2000.
- MUNANGA, Kabengele. *Origem e histórico do quilombo na África*. Revista USP. 1996, p. 56-63
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas (2008).
- PEREIRA, José Maria Nunes. *Colonialismo, racismo, descolonização*. In: *Estudo Afro-asiáticos*, Cândido Mendes, Ano 1, nº 2, 1978.
- SANSONE, Livio. *Nem somente preto ou negro: o sistema de classificatório racial no Brasil que muda*. *Afro-Ásia*, v. 18, p. 165-187, 1996. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i18.20904>
- SILVA MNS. *Território: uma revisão teórico-conceitual*. InterEspaço. 2015; 1(1):49-76.

CAPÍTULO 6

CONCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADE RACIAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE ALUNOS DA CIDADE DE CAMPO FORMOSO - BA E DO DISTRITO QUILOMBOLA DE LAGE DOS NEGROS

Girleide de Almeida Souza dos Santos¹

Jader Antônio dos Santos²

Josué Luiz da Silva Alves³

RESUMO

A temática da percepção de igualdade racial entre estudantes é fundamental para compreender os desafios e as oportunidades na promoção de ambientes escolares inclusivos e dinâmicos. O presente artigo possui como objetivo propor uma análise comparativa, explorando como as experiências cotidianas moldam as percepções dos alunos sobre a desigualdade racial. A metodologia utilizada foi uma pesquisa quantitativa com aspectos qualitativos, usando como instrumento de

¹ Mestrando (a) em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. licenciada em Geografia – Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Especialização em Geografia, Cultura e Diversidade, Faculdade Vasco da Gama – FVG. Professora Rede Estadual da Bahia e Rede Estadual de Campo Formoso- BA e -mail: girley_almeida@hotmail.com

² Mestrando (a) em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. Graduado em Letras – Inglês pela Faculdade de Tecnologia e Ciências -FTC. Pós Graduado em Metodologia da Língua Portuguesa e Literatura pela faculdade Internacional do Delta. Pós Graduado em Escola da Terra pela UFBA, Pós Graduado em Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar com Ênfase na BNCC pela FUNDACEM. Profrrsor da Rede Municipal de Ensino de Umburuanas e Campo Formoso BA- e -mail: jardellages@hotmail.com

³ Mestrando (a) em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. Graduado em Ciências da Natureza pela Universidade Federal do Vale do São Francisco -UNIVASF . Pós Graduado em Ensino de Biologia pela Universidade Internacional – UNINTER. Professor da Rede Estadual da Bahia. e -mail: josue.alves2023@hotmail.com

coleta de dados questionários aplicados pela ferramenta *google forms*, tendo a participação de 27 estudantes da rede pública de educação da sede do município de Campo Formoso/BA. Bem como, estudantes da rede pública de educação do interior do município, a saber, o Distrito de Lage dos Negros. Inicialmente, o trabalho destaca a importância da contextualização da igualdade racial nas escolas, uma análise detalhada sobre atitudes e preconceitos, enfatiza também o papel do corpo docente na construção de percepções. A influência do currículo na formação de concepções raciais, as dinâmicas interétnicas e as relações sociais. Também, as disparidades em ambientes urbanos e rurais. A base teórica está fundamentada em Aquino (1998), Freire (1980), Munanga (1996), Queiroz (1996), entre outros. Além de revelar as divergências nas concepções sobre as desconformidades raciais, também identificou-se convergências, áreas de atenção e oportunidades para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e conscientes das nuances da desigualdade racial no Brasil, levando em consideração qual ambiente o indivíduo se encontra e suas interações sociais. Dessa forma, a análise comparativa visou contribuir para uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados na promoção da igualdade racial nas instituições educacionais.

Palavras-chave: Desigualdade racial; legislação; educação; currículo.

INTRODUÇÃO

O Brasil, ao longo de sua história, traz consigo as marcas profundas de uma desigualdade racial penetrada, cujas origens remontam ao período colonial, caracterizado pela instituição da escravidão. Durante séculos, a exploração e o tráfico de africanos moldaram as bases econômicas do país, construindo uma sociedade permeada por estruturas discriminatórias. A escravidão, que persistiu por mais de três séculos, deixou um legado de desigualdade estrutural e racial, afetando não apenas a condição socioeconômica, mas também a percepção cultural e social das diversas etnias presentes no Brasil.

A contextualização da igualdade racial nas escolas brasileiras remete a uma complexa trama histórica, enraizada na herança da

escravidão e permeada por persistentes desigualdades sociais. A trajetória do país, marcada por séculos de discriminação racial, ressalta a urgência de abordagens educacionais que promovam a equidade.

Este artigo possui como objetivo propor uma análise comparativa das concepções sobre desigualdade racial, lançando um olhar entre alunos de uma escola na sede do município de Campo Formoso/BA e estudantes de uma comunidade quilombola do distrito de Lage dos Negros, que fica cerca de 90 km da sede do município Campo Formoso. A escolha de examinar essas duas realidades distintas não apenas reconhece a complexidade do panorama racial brasileiro, mas também busca compreender como as experiências cotidianas moldam as percepções dos alunos sobre desigualdade racial.

A sede urbana representa o contexto mais amplo da sociedade, enquanto a comunidade quilombola oferece um ponto de vista singular, marcado por uma história de resistência e identidade cultural única. Ao explorar as concepções desses dois grupos, almeja-se contribuir para uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados na promoção da igualdade racial nas instituições educacionais.

A análise comparativa não apenas revelará as divergências, mas também as possíveis convergências nas percepções dos alunos, destacando áreas de atenção e oportunidade para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e conscientes das nuances da desigualdade racial no Brasil.

ESPAÇO ESCOLAR: LOCAL DE DIÁLOGO

O espaço escolar desempenha um papel crucial, sendo necessário promover conscientização, diálogo e práticas inclusivas para combater a discriminação racial. A formação de professores, o envolvimento das famílias e o reconhecimento da importância de representatividade são elementos fundamentais para a construção de uma educação verdadeiramente igualitária, onde cada

estudante, independentemente de sua origem étnico-racial, possa sentir-se reconhecido, respeitado e valorizado. De acordo com Aquino (1998, p. 138),

(...) a escola é o lugar não só de acolhimento das diferenças humanas e sociais encarnadas na diversidade de sua clientela, mas fundamentalmente o lugar a partir do qual se engendram novas diferenças, se instauram novas demandas, se criam novas apreensões acerca do mundo já conhecido.

O Brasil, reconhecendo a necessidade imperativa de confrontar as profundas diversidades raciais, estabeleceu um marco legal e políticas específicas voltadas para a promoção da igualdade. A Constituição Federal de 1988 consagrou a igualdade como um princípio fundamental, rejeitando qualquer forma de discriminação e proclamando a dignidade de todos os cidadãos.

Logo, a nossa carta magna determinou a instituição de um Estado Democrático, tendo a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. O art. 3º, por sua vez, enunciou como valores fundamentais da República a “construção de uma sociedade livre, justa e solidária” para “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

O princípio da educação brasileiro é imperado pela Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), onde é possível constatar em vários artigos, a valorização da diversidade, referenciado a tolerância, como objetivo básico da educação para a dignidade humana e a democracia. A ênfase na consideração com a diversidade étnico-racial, conforme incorporada no Artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sublinha o compromisso do sistema educacional em reconhecer, respeitar e promover a diversidade étnica e racial como parte integrante dos princípios fundamentais que orientam a oferta de educação no Brasil.

Em um passo importante, a legislação brasileira evoluiu para abordar questões específicas relacionadas à igualdade racial, destacando-se a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases, ao incluir os artigos 26-A e 79 -B. O artigo 26-A estabelece que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, (...)

Esta lei, complementada pela Lei 11.645/2008, determina a inclusão obrigatória de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Tal medida representa um avanço significativo na desconstrução de estereótipos e na promoção de uma educação mais inclusiva e plural. Além disso, políticas afirmativas, como cotas em instituições de ensino superior, têm sido implementadas para enfrentar as desigualdades históricas no acesso à educação. Contudo, a efetiva implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios, e a diversidade presente nas salas de aula muitas vezes não se reflete de maneira equitativa nos espaços de poder e representatividade.

As instituições de ensino no Brasil constituem um microcosmo diversificado em termos étnico-raciais, espelhando a riqueza intrínseca à composição demográfica da nação. Nas salas de aula, convivem estudantes provenientes de variadas origens étnicas, criando um ambiente propício para a troca de experiências culturais e a construção de um entendimento mais profundo sobre as diferentes facetas da sociedade brasileira.

É necessário pôr em xeque essa temática da diversidade com a responsabilidade de formar os cidadãos, que traga em seu bojo o respeito e tolerância, tendo o Estado (a escola como meio) de promulgar e perpetua, de tal forma que essa criticidade seja vivida nas atitudes do indivíduo. Paulo Freire, nos reforça que:

é preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens, relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história. (FREIRE, 1980. p.39).

Essa diversidade é um testemunho da complexidade e pluralidade que caracterizam o país, onde influências culturais africanas, indígenas, europeias e de outras origens se entrelaçam, formando a identidade única da nação. Contudo, é fundamental destacar que a mera presença de diversidade étnica nas escolas não garante automaticamente a equidade e a inclusão. É necessário um esforço consciente e em conjunto entre governo, escola e família para assegurar que essa diversidade seja valorizada, respeitada e integrada às práticas educacionais, promovendo um ambiente verdadeiramente inclusivo e enriquecedor para todos os estudantes.

O modo como a história é apresentada no currículo desempenha um papel significativo na formação de percepções raciais. Uma abordagem inclusiva que examina diferentes perspectivas e contextos históricos proporciona uma compreensão mais rica das complexidades das relações raciais. Por outro lado, uma narrativa unilateral ou excludente pode perpetuar preconceitos e estereótipos.

Os educadores exercem uma função importante na influência do currículo na formação de percepções raciais. Sua abordagem, sensibilidade cultural e compromisso com a diversidade têm um impacto direto na forma como os estudantes percebem sua própria identidade racial e a dos outros. O desenvolvimento de uma

consciência cultural por parte dos educadores é fundamental para transmitir uma visão inclusiva aos alunos.

Reconhecer os desafios inerentes à influência do currículo na formação de percepções raciais é o primeiro passo para enfrentá-los. A falta de diversidade nos materiais didáticos, a ênfase inadequada em certos eventos históricos e a escassez de diálogo sobre questões raciais contemporâneas são desafios a serem superados. No entanto, esses desafios também representam oportunidades para reformular e enriquecer os currículos, promovendo uma educação inclusiva e equitativa. Nesse sentido, Gomes (2004) alerta:

Talvez, um primeiro passo a ser dado pelas educadoras e pelos educadores que aceitam o desafio de pensar os vínculos entre educação e identidade negra seja reconhecer que qualquer intervenção pedagógica a ser feita não pode desconsiderar que, no Brasil, vivemos sobre o mito da democracia racial e padecemos de um racismo ambíguo. A partir daí, é preciso compreender que uma das características de qualquer racismo é sustentar a dominação de determinado grupo étnico-racial em detrimento da expressão da identidade de outros. É no cerne dessa problemática que estamos inseridos, o que significa estarmos em uma zona de tensão (Gomes, 2004 p. 6).

A influência do currículo na formação de percepções raciais é uma responsabilidade significativa da comunidade educacional. Ao reconhecer o poder do currículo como uma ferramenta formativa, pode-se trabalhar para promover uma abordagem equitativa e representativa na educação. Ao fazê-lo, não apenas capacita-se os estudantes com conhecimentos mais amplos e contextualizados, mas também contribui-se para a construção de uma sociedade justa e consciente das complexidades das relações raciais.

Os desafios nas dinâmicas referente as etnias frequentemente surgem de estereótipos e preconceitos enraizados. Explora-se como esses estereótipos podem moldar as percepções, influenciando as interações cotidianas. A conscientização sobre esses desafios é

fundamental para promover uma abordagem inclusiva e quebra de barreiras entre diferentes grupos étnicos.

Assim, concorda-se com Munanga (1996) quando destaca que:

A partir de um povo misturado desde os primórdios, foi elaborado, lenta e progressivamente, o mito de democracia racial. Somos um povo misturado, portanto, miscigenado; e, acima de tudo, é a diversidade biológica e cultural que dificulta a nossa união e o nosso projeto enquanto povo e nação. (...) Trata-se de um mito, pois a mistura não produziu a declarada democracia racial, como demonstrado pelas inúmeras desigualdades sociais e raciais que o próprio mito ajuda a dissimular, dificultando, aliás, até a formação da consciência e da identidade política dos membros dos grupos oprimidos (MUNANGA, 1996, p.17-24).

O papel das políticas públicas na promoção da inclusão e igualdade é examinado, considerando como medidas governamentais podem influenciar positivamente as dinâmicas raciais. Abordagens que visam a igualdade de oportunidades e a proteção dos direitos fundamentais são essenciais para construir sociedades verdadeiramente justas e inclusivas. A questão do preconceito racial transcende os limites geográficos, mas sua expressão e dinâmica muitas vezes variam entre ambientes urbanos e rurais as disparidades de preconceito racial em reconhecendo as complexidades inerentes a essas experiências distintas.

Ambientes urbanos frequentemente se tornam centros de identidade cultural vibrante, proporcionando espaços para expressão e resistência contra o preconceito. Nas áreas rurais, onde a identidade cultural pode ser mais arraigada, a resistência ao preconceito muitas vezes ocorre através da preservação de tradições culturais e narrativas comunitárias, mas enfrenta desafios distintos devido à falta de visibilidade e apoio.

Abordar as disparidades de preconceito racial requer esforços educacionais em ambos os ambientes. Nas áreas urbanas, a diversidade nas escolas pode ser uma oportunidade para promover a compreensão e a aceitação. Nas áreas rurais, é essencial

implementar programas que abordem estereótipos e forneçam uma educação inclusiva que reconheça e celebre a diversidade racial.

A apreciação das distinções de preconceito racial em ambientes urbanos e rurais destaca a necessidade de uma abordagem holística e sensível ao contexto. Enfrentar o preconceito racial requer um entendimento profundo das dinâmicas únicas desses ambientes, bem como um compromisso contínuo com a promoção da igualdade e justiça em todas as comunidades, independente de sua localização geográfica.

METODOLOGIA

O presente trabalho visa entender como ambientes escolares distintos podem influenciar nas percepções sobre diferentes temas por parte dos alunos, a pesquisa buscou investigar e comparar as concepções sobre desigualdade racial entre alunos da sede de um município e alunos de uma comunidade quilombola de seu interior.

O público alvo da pesquisa foi estudantes da rede estadual de educação da sede do município de Campo Formoso/BA, assim como estudantes de uma comunidade quilombola do interior do município, também da rede estadual de educação, no Distrito de Lage dos Negros. O instrumento para coleta de dados foi um questionário utilizando a plataforma *Google Forms*. O questionário possui perguntas de múltipla escolha, abordando concepções de desigualdade étnica e racial, incluindo temas como acessibilidade a educação, percepções sobre oportunidades de trabalho, experiências de discriminação e representatividade.

Em ambas as escolas, foi escolhida uma turma de terceiro ano para envio do link do questionário em grupos de *WhatsApp*. Estabeleceu-se um período de uma semana para recebimento de respostas, durante o qual os participantes tiveram a oportunidade de responder ao questionário, sendo as respostas registradas automaticamente.

A análise das respostas abrangeu uma abordagem mista, levando em consideração padrões e temas recorrentes, destacando

as diferenças e semelhanças nas respostas, além da utilização de gráficos para melhor visualizar as tendências identificadas.

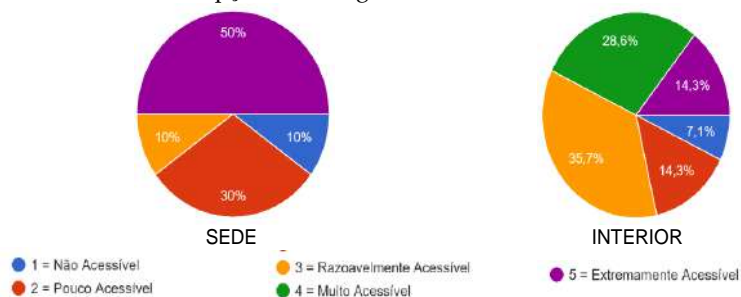
RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados foi realizada durante o recesso escolar, registrando as respostas de 27 alunos das escolas analisadas, sendo 12 da sede de Campo Formoso e 15 da comunidade quilombola do interior. Com esses dados já foi possível realizar uma análise comparativa das percepções sobre desigualdade racial entre esses alunos, oferecendo um panorama das diferentes experiências e perspectivas desses grupos.

As diferenças observadas entre os dois grupos refletem contextos distintos de vida, experiências e perspectivas únicas que moldam suas concepções sobre a temática da diversidade étnica racial, além de pontos convergentes que os dois grupos possuem. Foi observado que os alunos da sede do município possuem uma maior diversidade étnica e uma maior distribuição homogênea de gênero, representando um espectro variado de experiências. Em contrapartida, os alunos participante da comunidade quilombola, majoritariamente negros e predominantemente femininos, refletem a homogeneidade étnica característica dessas comunidades. Vamos explorar essas concepções em detalhes:

A primeira questão quanto as concepções de desigualdade racial foi: “Em uma escala de 1 a 5, como ele avalia a acessibilidade igualitária à educação para todos os grupos étnicos?”

Gráfico nº 01: Concepções de desigualdade



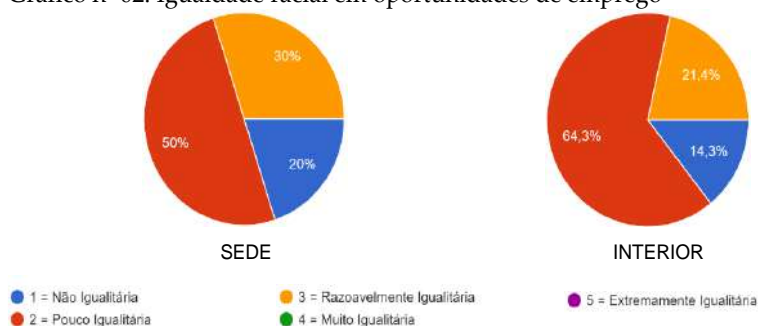
Fonte: Questionário aplicado pelos autores (2024).

As respostas obtidas revelam que ambos os grupos expressaram preocupações com a acessibilidade da educação. Porém, percebe-se que a maioria dos alunos da sede possuem uma concepção de que a acessibilidade à educação é igualitária para todos os grupos étnicos, por sua vez, o grupo de alunos da comunidade quilombola do interior possui uma crença um pouco menor nesse aspecto.

Acredita-se que os alunos da comunidade quilombola possuam uma visão diferente devido principalmente fazerem parte de um contexto excludente. É o que afirmam dados do IBGE (2021), onde apontam que mesmo existindo um aumento de acessibilidade à educação dos negros, as taxas continuam inferior em relação as pessoas brancas.

Sobre a percepção da igualdade racial em oportunidades de emprego, foi questionado o seguinte: “Em uma escala de 1 a 5, quão igualitárias você acredita ser as oportunidades de trabalho ao sair da escola para os diferentes grupos étnicos.”

Gráfico nº 02: Igualdade racial em oportunidades de emprego



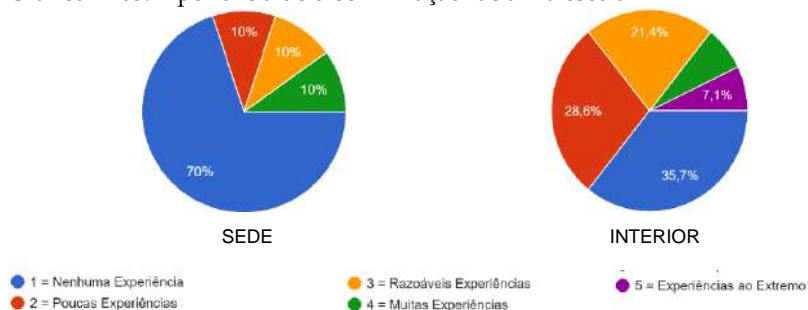
Fonte: Questionário aplicado pelos autores (2024).

Percebeu-se que as respostas foram parecidas, os dois grupos acreditando que as oportunidades de emprego são pouco igualitárias entre diferentes grupos étnicos, seguindo de oportunidades “razoáveis” e “não igualitárias”.

As opiniões em comum entre os alunos são reflexo de toda uma sociedade, dados do IBGE (2021) afirmam que, apesar de serem maioria no país, os negros ocupam apenas 29,5% de cargos gerenciais no Brasil, em contrapartida os brancos ocupam 69% desses cargos. Essa percepção convergente predominante destaca uma conscientização sobre as disparidades no mercado profissional, demonstrando a importância de abordar questões estruturais que implicam para essa desigualdade, ressaltando a necessidade de esforços contínuos para promover a igualdade de oportunidades profissionais, independentemente da origem e das minorias étnicas.

Seguindo a pesquisa, foi questionado aos alunos se eles já sofreram ou vivenciaram alguma experiência de discriminação racial na escola. Os alunos da sede relatam menos experiências pessoais de discriminação racial. Em contrapartida, a maioria dos alunos da comunidade quilombola do interior compartilham experiências mais frequentes desse tipo de discriminação, indicando um ambiente mais desafiador e a necessidade de enfrentar questões estruturais mais profundas.

Gráfico nº 03: Experiência de discriminação racial na escola



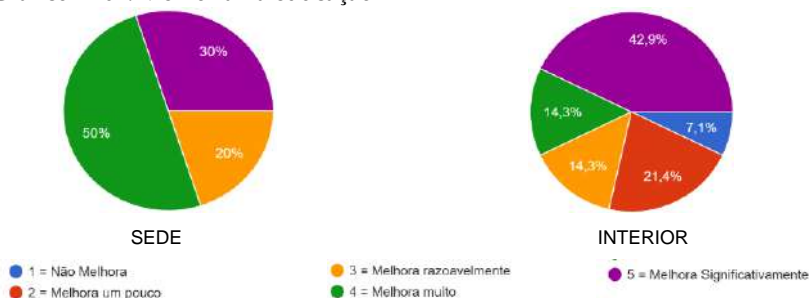
Fonte: Questionário aplicado pelos autores (2024).

Esse questionamento foi importante para entender o contexto que os alunos se encontram, pois é a partir de experiências pessoais de discriminação que o indivíduo constroi seus pensamentos e percepções sobre essa temática.

A pesquisa apontou que os alunos da comunidade quilombola sofrem mais experiências de discriminação racial em detrimento aos alunos da sede, sendo a escola um dos ambientes mais suscetíveis a discriminação racial. O site de noticiário G1 realizou uma reportagem sobre dados de uma pesquisa feita pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica) que mostra que a cada 10 pessoas que relatam ter sofrido racismo no Brasil, 3,8 foram vítimas da violência racial em ambientes escolares, sendo um espaço que merece atenção e campanhas de conscientização mais eficazes.

Sobre a melhoria da educação, foi questionado se a representatividade de diferentes grupos étnicos no contexto escolar melhora a experiência de aprendizagem. Nesse tópico foi possível perceber que a grande maioria dos alunos da comunidade quilombola acreditam que a representatividade pode melhorar significativamente o aprendizado escolar. O grupo de alunos da sede também acredita nesse impacto, porém a maioria dos votos foi para “melhora muito” seguido do “melhora significativamente”.

Gráfico nº 04: Melhoria na educação



Fonte: Questionário aplicado pelos autores (2024).

Outro ponto que foi observado foi que algumas respostas dos alunos da comunidade quilombola variam, sugerindo que nem todos percebem melhorias significativas nesse aspecto. Isso pode refletir diferenças nas abordagens educacionais adotadas ou na implementação de políticas inclusivas. De modo geral, os dois grupos acreditam, mesmo que em diferentes graus, que a representatividade pode influenciar na aprendizagem.

Na literatura muito se fala dessa temática, por exemplo, SILVA (p.52, 2014) afirma que “É por meio da representação que a identidade e a diferença passam a existir”, dessa forma, é através dessa visibilidade que acontece a formação da identidade do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa das percepções sobre desigualdade racial entre os alunos da sede do município e da comunidade quilombola do interior proporciona uma compreensão das diferentes realidades, experiências e perspectivas desses dois grupos. Essa investigação revela a existência de desigualdades estruturais distintas em cada grupo. Os alunos da sede enfatizam sensibilidades à discriminação, enquanto os alunos da comunidade quilombola enfrentam experiências mais diretas de discriminação racial, apontando para desafios mais palpáveis em seu cotidiano.

A discussão sobre a representatividade na melhoria do aprendizado destaca a importância de abordagens inclusivas nos materiais didáticos. As percepções divergentes refletem variações nas abordagens educacionais, destacando a necessidade de ajustar estratégias para melhor atender às expectativas e realidades específicas de cada grupo escolar.

Ambos os grupos, independentemente de suas experiências específicas, demonstram uma consciência generalizada sobre a importância da igualdade racial no ambiente de aprendizagem. Essa percepção comum destaca a compreensão compartilhada de que a desigualdade racial influencia adversamente a qualidade da educação e a experiência dos alunos. As diferenças observadas ressaltam a necessidade de práticas diferenciadas para abordar as disparidades raciais, promovendo a igualdade de oportunidades e a justiça social em ambos os contextos educacionais.

Assim, verifica-se que existem diferentes tipos de concepções sobre as desigualdades raciais, a depender em qual ambiente o indivíduo se encontra e as vivências desse com a sociedade. Essa análise comparativa serve para reconhecer as realidades distintas de cada grupo e buscar construir um sistema educacional verdadeiramente equitativo, destacando a necessidade urgente de abordar questões estruturais que impactam diretamente a experiência educacional e social desses alunos.

REFERÊNCIAS

Ambiente escolar é o mais citado por brasileiros entre os locais onde já sofreram o racismo, diz pesquisa. Portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/08/15/> . Acesso em 09 de fevereiro de 2024.

AQUINO, J. G.. *Ética na escola: a diferença que faz diferença*. In: J. G. Aquino (Coord.), *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas* (p. 135-151). São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*, 4. Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GOMES, N. L. *Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. A cor da cultura*, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2024.

MUNANGA, K. *As facetas de um racismo silenciado*. In: SCHWARCZ, L. K. M.; 1996.

QUEIROZ, R. da S. (Org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, Denise Almeida. *De epistemicídio, (in) visibilidade e narrativa: reflexões sobre a política de representação da identidade negra em cadernos negros*. Ilha Desterro [online]. 2014, n.67, pp.51-62. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ides/a/BZjtdzSppnhR7CsQtwmggCQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2024.

CAPÍTULO 7

A CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA CULTURA QUILOMBOLA: UM ESTUDO DE CAMPO EM BEBEDOURO

Ricardo Souza Araújo¹
Francisca Vilani de Souza²

RESUMO

Esta pesquisa discute a contribuição da associação quilombola na preservação e revitalização da cultura quilombola: um estudo de campo em Bebedouro, localizada no município de Campo Formoso BA. O objetivo é investigar a contribuição desempenhada pela Associação para a preservação, revitalização e transmissão da cultura quilombola. Destacando práticas, desafios e estratégias adotadas para fortalecer a identidade cultural e promover o desenvolvimento sustentável dessa comunidade. Os objetivos específicos incluem analisar as práticas e ações promovidas pela Associação na preservação das tradições culturais específicas da comunidade, identificar os principais desafios enfrentados pela Associação em seus esforços para revitalizar e preservar a cultura quilombola, destacar as estratégias adotadas para transmitir conhecimentos ancestrais às gerações mais jovens da comunidade e compreender como as ações contribuem para o fortalecimento da identidade cultural e para o desenvolvimento socioeconômico sustentável em Bebedouro. A abordagem metodológica utilizada é de natureza qualitativa, exploratória e contextualizada, utilizando o estudo de campo como estratégia para mergulhar nas complexidades da dinâmica cultural da comunidade. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário *online* aplicado com 20 pessoas onde buscou-se informações

¹ Mestrando (a) em Ciências da Educação World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. e-mail ricardolgaraujo@gmail.com

² Professora Doutora World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. Disciplina Educação e Relação de Gênero Étnico Racial I e II e-mail professoravilani@gmail.com

com os Membros da Associação e líderes comunitários. A base teórica está fundamentada em: Almeida (2013), Anjos, (2004), Ikeda (2008); Pellegrini Filho (2008) e Castells (1999). A pesquisa levanta a seguinte questão. De que maneira a atuação da Associação influencia efetivamente a preservação e revitalização da cultura quilombola, considerando as práticas culturais tradicionais, os desafios contemporâneos e o envolvimento da comunidade nas iniciativas promovidas? Compreende que a pesquisa reitera a importância não apenas da preservação, mas também da revitalização ativa dessa cultura, destacando a continuidade do conhecimento afrodescendente que tem sido vivenciado e transmitido ao longo de gerações na comunidade quilombola.

Palavras-chave: Identidade; Preservação; Quilombola.

INTRODUÇÃO

A preservação e revitalização da cultura quilombola desempenha uma contribuição importante na manutenção da identidade, coesão social e desenvolvimento sustentável das comunidades afrodescendentes no Brasil. Nesse contexto, a Associação emerge como um ator fundamental, desempenhando uma função vital na transmissão de tradições, na defesa e no fortalecimento cultural. Esta pesquisa propõe um estudo de campo detalhado, direcionado a compreender qual é a contribuição da associação na preservação e revitalização da cultura quilombola.

Ao mergulhar nesse estudo, busca-se desvelar as práticas e ações desenvolvidas pela Associação, explorar os desafios que confrontam e examinar como suas iniciativas impactam a comunidade local. Por isso pode-se questionar: De que maneira a atuação da Associação influencia efetivamente a preservação e revitalização da cultura quilombola, considerando as práticas culturais tradicionais, os desafios contemporâneos e o envolvimento da comunidade nas iniciativas promovidas pela associação? A análise destes aspectos proporcionará conhecimentos fundamentais para compreendermos não apenas o estado atual da cultura quilombola, mas também como a associação

contribui para o fortalecimento da identidade cultural e para o desenvolvimento sustentável.

Ao desbravar esse terreno, pretende-se não apenas documentar a vitalidade da cultura, mas também destacar a importância de estratégias eficazes promovidas pela Associação. Como objetivo geral, investigar o papel desempenhado pela Associação Quilombola na comunidade de Bebedouro, com o propósito de analisar sua contribuição efetiva para a preservação, revitalização e transmissão da cultura quilombola, destacando práticas, desafios e estratégias adotadas para fortalecer a identidade cultural e promover o desenvolvimento sustentável dessa comunidade. Como objetivos específicos; Analisar as práticas e ações promovidas pela Associação na preservação das tradições culturais específicas da comunidade; Identificar os principais desafios enfrentados pela Associação em seus esforços para revitalizar e preservar a cultura quilombola; destacar as estratégias adotadas para transmitir conhecimentos ancestrais às gerações mais jovens da comunidade e compreender como as ações contribuem para o fortalecimento da identidade cultural e para o desenvolvimento socioeconômico sustentável em Bebedouro.

Por tanto, este estudo não apenas responde à demanda crescente por investigações centradas na preservação cultural, mas também visa contribuir para a formulação de políticas e ações práticas que fortaleçam as comunidades quilombolas em sua jornada de resgate e revitalização cultural.

IDENTIDADE CULTURAL E COMUNIDADE QUILOMBOLA

A identidade cultural é fundamental na preservação da rica herança do povo quilombola, constituindo-se como um elemento intrínseco à sua existência. Em especial, ao explorar, percebe-se que não é apenas uma expressão de tradições e costumes, mas uma teia intrincada que conecta o passado, o presente e o futuro dessas comunidades.

Segundo Castells (1999, p. 24), "a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder". Ressalta que as estruturas sociais, como instituições governamentais, mídia e sistemas educacionais, desempenham um papel central na formação da identidade. Criadas por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. Destaca a diversidade de experiências identitárias, enfatizando que diferentes grupos enfrentam relações de poder únicas. "Quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade."

Os territórios quilombolas, marcadas por sua história de resistência e luta pela liberdade, trazem consigo uma identidade única forjada por gerações que moldaram suas vidas ao longo do tempo. Essa intrinsecamente ligada às práticas culturais, às manifestações artísticas, à língua, à espiritualidade e às relações sociais que caracterizam suas vidas cotidianas. Assim:

Patrimônio territorial e cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo Estado, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais. Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as construções (...) dentre outras formas de expressão cultural e tecnológica (ANJOS, 2004, p. 4).

A preservação da identidade quilombola torna-se, então, uma missão essencial, não apenas resguarda suas tradições, mas também as vive de maneira dinâmica, adaptando-as aos desafios contemporâneos. Nesse contexto, as Associações promovendo iniciativas que buscam não apenas preservar, mas revitalizar aspectos culturais, garantindo a transmissão intergeracional de saberes e práticas. Além disso, fortalece os laços. A comunidade encontra na preservação de sua identidade um alicerce para a

coesão social, promovendo o senso de pertencimento e a solidariedade entre seus membros.

Em suma, a comunidade é um mero aspecto folclórico. É um legado vivo, uma narrativa em constante evolução que enriquece não apenas a própria localidade, mas também toda a sociedade, ao celebrar a diversidade e a resiliência de um povo que, ao preservar suas raízes, contribui para a construção de um presente e futuro mais inclusivos e justos.

DESAFIOS À PRESERVAÇÃO CULTURAL QUILOMBOLA

A preservação cultural quilombola, embora vital para a manutenção de tradições e valores, enfrenta uma série de desafios que demandam atenção e ação efetiva. As populações afrodescendentes, marcadas por uma rica história de resistência e resiliência, veem-se diante de obstáculos que impactam diretamente a salvaguarda de suas heranças. Para Almeida:

Qualquer tipo de expressão, como objeto de análise histórica, pode ser considerada uma forma de permanência que traduz memória e reverbera politicamente na vida de determinados grupos sociais, influenciando, interferindo, alterando ou preservando. O que se poderia chamar descrição global na discussão das brincadeiras de adultos remete à discussão sobre as necessidades e princípios dos indivíduos e grupos praticantes, a significação para a comunidade onde é praticada e as possibilidades de oferecer uma abordagem contextualizada e contemporânea dos novos problemas enfrentados para a produção de conhecimento (ALMEIDA, 2013, p.15).

Destaca -se a importância da análise histórica de qualquer expressão cultural como uma forma de permanência que transcende o tempo, refletindo memória e tendo implicações políticas significativas para grupos sociais específicos. O texto sugere que a discussão sobre brincadeiras de adultos, ao adotar uma abordagem global, vai além de uma simples descrição. Ela se aprofunda nas necessidades e princípios dos praticantes, explora o

significado para a comunidade onde ocorre e considera as possibilidades de oferecer uma abordagem contextualizada e contemporânea diante dos desafios enfrentados na produção de conhecimento.

Isso ressalta a complexidade e a riqueza das expressões culturais, destacando seu papel dinâmico na compreensão da sociedade e na construção da identidade dos grupos envolvidos. Para enfrentar esses desafios, é essencial promover a conscientização, a educação e a mobilização tanto dentro das comunidades quanto em âmbito mais amplo. A busca por políticas inclusivas, o fortalecimento das associações e o diálogo intercultural são ferramentas necessárias na luta pela preservação cultural. Superar esses desafios não apenas assegura a continuidade das tradições, mas também fortalece a identidade e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

ASSOCIAÇÕES QUILOMBOLAS COMO AGENTES DE PRESERVAÇÃO

As Associações Quilombolas emergem como pilares fundamentais na preservação e promoção cultural desses grupos historicamente marginalizados. Estas organizações desempenham uma função necessária na salvaguarda de tradições, valores e práticas que definem a identidade quilombola, contribuindo para a resistência cultural e a construção de um futuro mais inclusivo. Como cita Carlos Ari Sundfeld:

Trata-se de identificar a forma pela qual o grupo remanescente de quilombo conseguiu manter o seu modo de vida, resistindo às influências externas e mantendo os seus traços culturais e habitacionais ao longo das gerações. A partir da identificação desse modo de vida, conclui-se, em regra, que a titulação deve recair não só sobre os espaços que o grupo mora e cultiva, mas também sobre aqueles necessários ao lazer, à manutenção, da religião, à

perambulação entre as famílias do grupo e também aqueles destinados ao estoque de recursos naturais.

Abordar a identificação do modo de vida do grupo remanescente de quilombo, focando na capacidade desse grupo de preservar suas características culturais e habitacionais ao longo das gerações, resistindo às influências externas. Essa perspectiva destaca a integralidade, a multiplicidade e necessidades de práticas que compõem a vivência e a preservação da cultura quilombola, indo além das fronteiras físicas e abrangendo diferentes aspectos que sustentam a identidade e a continuidade desse grupo.

Esses núcleos culturais são ativos na promoção de práticas culturais. Através de eventos, festivais e programas educacionais, elas buscam manter viva a tradição oral, a música, a dança e outras expressões culturais que formam o tecido da identidade quilombola. Ao fazê-lo, não apenas preservam, mas também compartilham com as gerações presentes e futuras o rico patrimônio cultural que carregam. De acordo com Ikeda e Pellegrini:

As festas representam momentos da maior importância social. São instantes especiais, cíclicos, da vida coletiva, em que as atividades comuns do dia-adia dão lugar às práticas diferenciadas que as transcendem, com múltiplas funções e significados sempre atualizados. As diversas espécies de práticas culturais populares podem ser a ocasião da afirmação ou da crítica de valores e normas sociais; o espaço da diversão coletiva; do repasto integrador; do exercício da religiosidade; da criação e expressão de realizações artísticas; assim como o momento da confirmação ou da conformação dos laços de identidade e solidariedade grupal (IKEDA; PELLEGRINI FILHO, 2008, p. 207).

Ressalta que diversas manifestações culturais populares durante as festas podem servir como veículos para afirmar ou criticar valores e normas sociais, proporcionar diversão coletiva, promover a integração através de refeições compartilhadas, permitir o exercício da religiosidade e servir como palco para a

criação e expressão artística. Outro aspecto fundamental é a atuação dessas associações como catalisadoras do desenvolvimento sustentável. Ao promoverem a autonomia econômica e social, contribuem para a preservação das tradições, ao mesmo tempo em que capacitam os membros para enfrentar os desafios contemporâneos.

As Associações não são apenas guardiãs do passado; são agentes de transformação e preservação ativa. Seu trabalho incansável não apenas resiste às ameaças externas, mas também promove uma reafirmação constante da cultura quilombola. Reconhecer não apenas a importância de preservar o legado, mas também a capacidade resiliente dessas comunidades de moldar seu próprio destino e contribuir significativamente para a diversidade cultural do nosso país.

METODOLOGIA

A pesquisa visa explorar a dinâmica cultural e as práticas da Associação Quilombola de Bebedouro, situada no município de Campo Formoso - Ba. Para abordar essa temática, foram realizadas discussões com os membros da Associação e líderes comunitários, adotando uma abordagem exploratória que permitirá uma compreensão aprofundada das contribuições para a preservação cultural.

O método empregado foi qualitativo, envolvendo um estudo de campo com observação participativa. Essa abordagem possibilitou uma imersão efetiva no contexto da comunidade de Bebedouro, proporcionando uma compreensão mais abrangente das práticas culturais e atuação da associação. Para coleta de dados, será aplicado um questionário *online* com três questões para os sócios da associação e representantes da comunidade. As respostas obtidas ao longo do processo de pesquisa serão analisadas para identificar e compreender as contribuições da Associação na preservação e revitalização da cultura de Bebedouro. Esse método busca captar as percepções e experiências dos envolvidos,

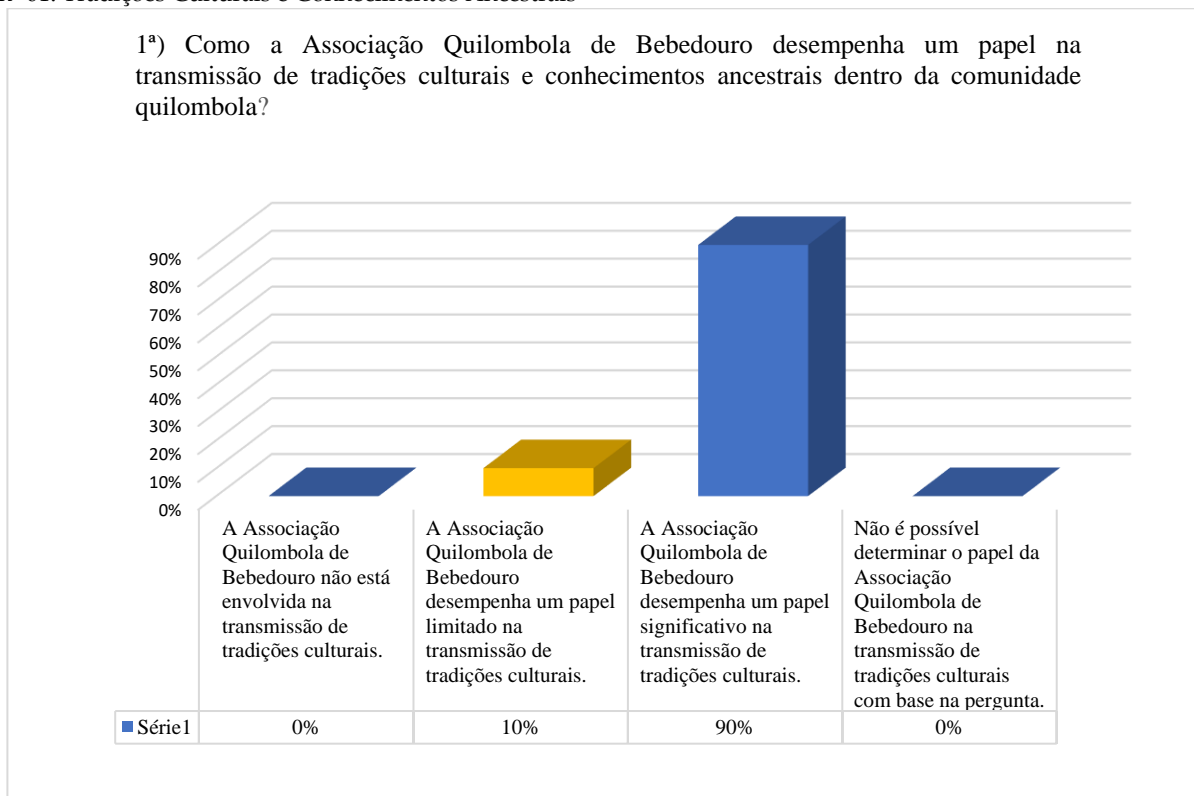
contribuindo para uma análise mais aprofundada e contextualizada do tema em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa tem uma abordagem predominantemente qualitativa, exploratória e contextualizada, utilizando o estudo de campo como estratégia para mergulhar nas complexidades da dinâmica cultural de Bebedouro e nas ações da Associação Quilombola. Assim, compreender a fundo as contribuições desempenhadas na preservação cultural e na transmissão de conhecimentos na comunidade.

Na metodologia aborda-se a realização de um questionário *online* com os membros da Associação Quilombola e líderes comunitários, para obter uma compreensão mais ampla do contexto histórico, político e cultural. Com base nos resultados coletados na pesquisa, espera-se alcançar várias contribuições significativas que contribuam para uma compreensão mais profunda da função da Associação na preservação cultural. Os resultados expressos nos gráficos evidenciam de maneira clara e objetiva as tendências que permeiam a dinâmica cultural de Bebedouro, proporcionando compreender o impacto de suas iniciativas na preservação cultural quilombola.

Gráfico nº 01: Tradições Culturais e Conhecimentos Ancestrais



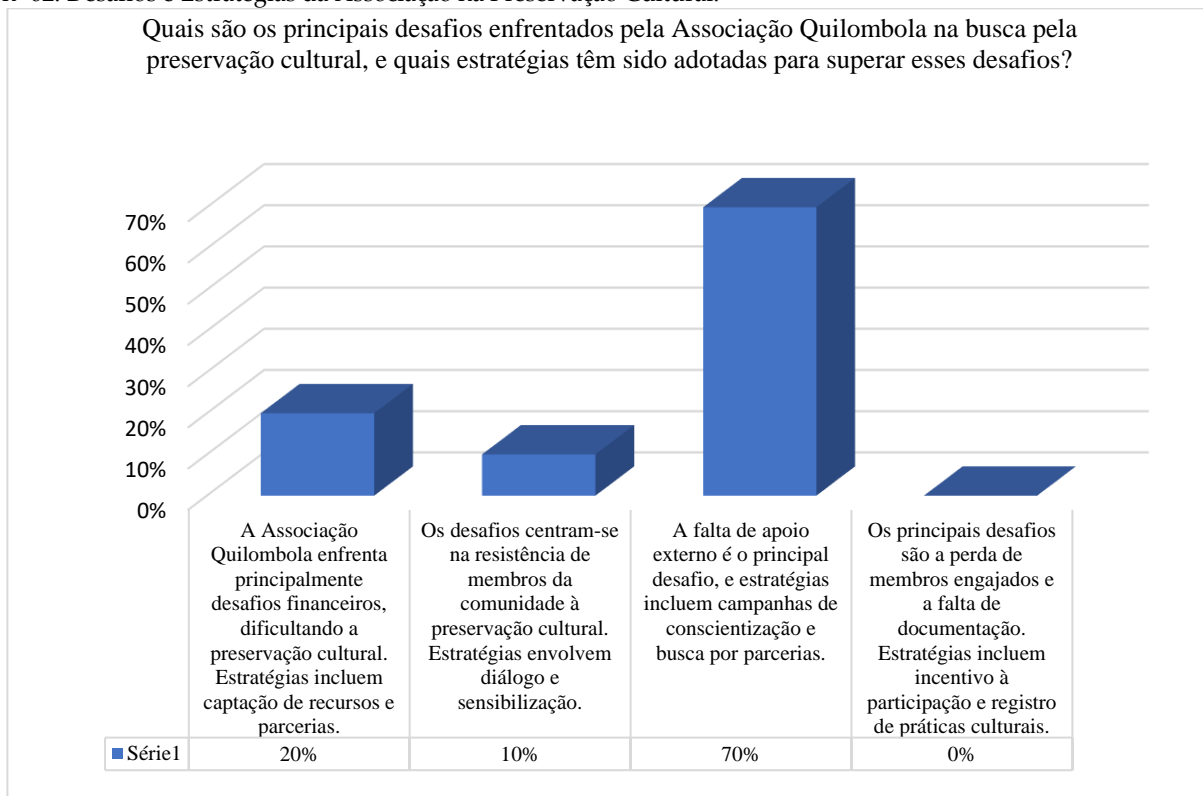
Fonte: Questionário realizado pelo pesquisador (2024).

A representação visual dos dados coletados sobre a questão permite uma análise mais detalhada e acessível das percepções da comunidade em relação ao papel da Associação. A distribuição dos resultados evidencia padrões e variações nas respostas, fornecendo uma visão abrangente sobre a eficácia percebida da Associação na preservação cultural. É possível identificar áreas de consenso e também divergência entre os membros da comunidade quanto à efetividade da Associação na transmissão de tradições culturais e conhecimentos ancestrais.

Essa análise visual enriquece a compreensão qualitativa, destacando percepções e respostas variadas que podem não ser totalmente capturadas por uma abordagem puramente textual. Dessa forma, fortalece a base argumentativa, proporcionando uma visão mais completa das perspectivas culturais de Bebedouro.

Em seguida, fez necessário conhecer sobre as estratégias e desafios para preservação da associação. O achado está expresso no gráfico a seguir.

Gráfico nº 02: Desafios e Estratégias da Associação na Preservação Cultural.



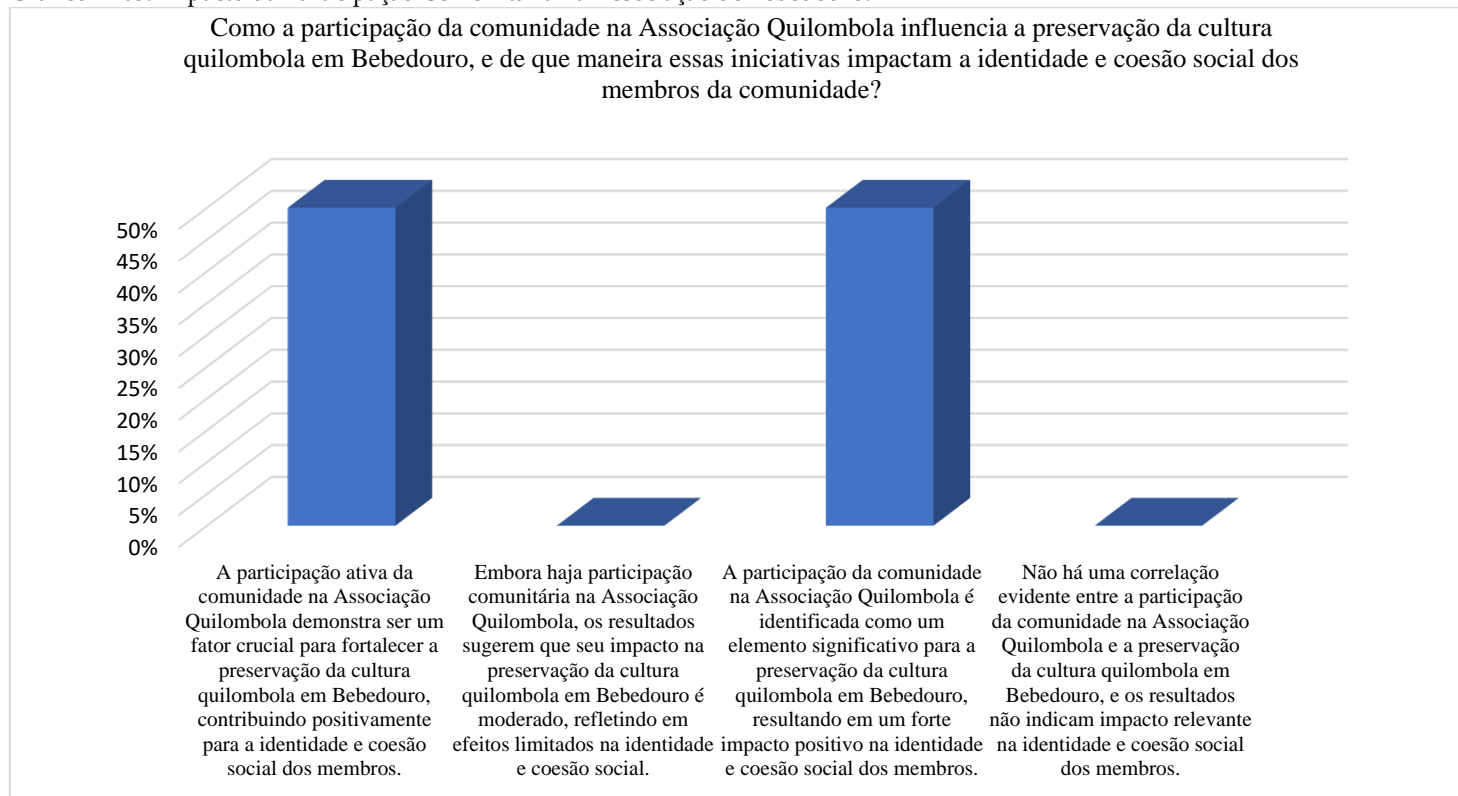
Fonte: questionário realizado pelo pesquisador (2024).

O gráfico apresenta que preservação cultural é essencial para compreender os obstáculos enfrentados pela comunidade na manutenção de suas tradições. Ao abordar os principais desafios, é possível identificar as áreas específicas que demandam atenção e intervenção.

Essa abordagem proporciona uma visão abrangente das complexidades enfrentadas pela Associação Quilombola, permitindo uma análise aprofundada das condições que impactam a preservação cultural. Além disso, ao destacar as estratégias adotadas, a pergunta busca inspirar aprendizados e inspirações para outras comunidades quilombolas que enfrentam desafios semelhantes. Em suma, a análise desse resultado revela os desafios enfrentados, mas também a resiliência e a capacidade de inovação. Essa compreensão é fundamental para orientar futuras ações e políticas que visem sustentar e fortalecer a cultura quilombola em meio a desafios contemporâneos.

Em seguida foi perguntado também sobre a participação comunitária na comunidade pesquisada. O resultado está expresso no gráfico a seguir.

Gráfico nº 03: Impacto da Participação Comunitária na Associação de Bebedouro.



Fonte: questionário realizado pelo pesquisador (2024).

Os resultados do gráfico revelam a significativa influência positiva da participação da comunidade na Associação. A forte adesão e engajamento dos membros demonstram o reconhecimento da importância na preservação da cultura quilombola.

Além disso, os dados sugerem que as iniciativas promovidas pela associação têm impactos significativos na identidade e coesão social dos membros da comunidade, indicando uma conexão profunda participação ativa. Em suma, o resultado coletado deve fornecer uma base robusta para responder à pergunta central do problema de pesquisa, contribuindo para um entendimento mais completo e informado as contribuições da mesma na preservação cultural.

Nos objetivos específicos percebe-se desafios significativos, estratégias eficazes. As ações da associação não apenas contribuem para a identidade cultural, mas também têm impactos positivos no desenvolvimento socioeconômico sustentável. Esses resultados fornecem uma compreensão abrangente na preservação cultural e no fortalecimento da localidade.

Apresenta-se no referencial teórico uma abordagem integrada, oferecendo uma base sólida para a pesquisa sobre a preservação cultural. Cada texto contribui de maneira única, proporcionando uma compreensão profunda dos elementos fundamentais para a pesquisa em questão. A análise conjunta desses textos enriquece a investigação, permitindo uma ação mais contextualizada sobre a temática. Os resultados da pesquisa revelaram uma série de práticas e ações promovidas pela Associação na preservação das tradições culturais específicas de Bebedouro. Destacam-se eventos culturais, como festivais, rituais religiosos e celebrações que fortalecem a identidade cultural quilombola. A realização dessas atividades foi identificada como uma estratégia eficaz para manter viva a herança cultural.

Os dados coletados indicaram que a mesma enfrenta desafios significativos em seus esforços para revitalizar e preservar a cultura. Questões como falta de recursos financeiros, pressões

externas sobre o território quilombola e o impacto da globalização foram identificadas como obstáculos que demandam abordagens estratégicas para superação. Emprega diversos métodos para transmitir conhecimentos ancestrais às gerações mais jovens da comunidade. Além da oralidade, a associação investe em programas educacionais, oficinas culturais e materiais audiovisuais para garantir a continuidade da transmissão de saberes tradicionais.

A pesquisa apontou que as ações da Associação desempenham um fortalecimento da identidade cultural e no desenvolvimento socioeconômico sustentável em Bebedouro. A promoção da cultura quilombola não apenas preserva tradições, mas também estimula a economia local e fortalece a comunidade. Esse estudo proporcionou importantes descobertas que enriqueceram o entendimento sobre a dinâmica cultural, desafios enfrentados.

Abaixo estão as principais descobertas destacadas: A identidade cultural nas comunidades quilombolas é intrinsecamente ligada às tradições ancestrais, sendo preservada por meio de práticas cotidianas, celebrações e rituais, desafios contemporâneos, como pressões econômicas, mudanças no ambiente social e discriminação, impactam negativamente a preservação cultural quilombola e as associações contribuí na preservação cultural, promovendo eventos, programas educacionais e iniciativas econômicas sustentáveis.

As descobertas citadas fornecem uma base sólida para a compreensão da preservação cultural nesse processo. Os próximos passos da pesquisa incluirão a formulação de recomendações práticas para fortalecer ainda mais as iniciativas de preservação cultural, promovendo o bem-estar das comunidades quilombolas e a sustentabilidade de suas tradições ao longo do tempo.

Por fim, os resultados e discussão destaca não apenas a diversidade de práticas culturais, desafios e estratégias, mas também a importância da Associação como agente de preservação cultural e o desenvolvimento sustentável em Bebedouro. Esses

achados reforçam a necessidade contínua de apoio e reconhecimento das iniciativas quilombolas na construção de um futuro mais resiliente e culturalmente rico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa dedicada a investigar a contribuição da Associação de Bebedouro, visando analisar sua contribuição efetiva para a preservação, revitalização e transmissão da cultura quilombola, proporcionou vários momentos significativos sobre a dinâmica cultural e o impacto das ações da associação. Ao abordar os objetivos específicos estabelecidos, é possível observar as práticas promovidas pela Associação na preservação das tradições culturais específicas, foram identificadas como elementos fundamentais para manter a vitalidade cultural na comunidade. A realização de eventos, celebrações e atividades culturais revelou-se eficaz na preservação dessas tradições.

Os principais desafios enfrentados pela Associação Quilombola foram identificados, destacando limitações financeiras e pressões externas. A compreensão desses desafios é crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes e sustentáveis que visem superar obstáculos à preservação cultural. A pesquisa revelou estratégias adotadas pela Associação para transmitir conhecimentos ancestrais às gerações mais jovens. A ênfase em programas educacionais e práticas participativas demonstrou ser essencial na continuidade dos saberes tradicionais.

As ações mostraram contribuir significativamente para o fortalecimento da identidade cultural. Além disso, iniciativas socioeconômicas sustentáveis, como programas de geração de renda, evidenciaram uma abordagem holística que vai além da preservação cultural, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Em suma, as conclusões desta pesquisa não apenas oferecem uma compreensão aprofundada da realidade em Bebedouro, mas também apontam para caminhos promissores para fortalecer a preservação cultural e promover o desenvolvimento sustentável

nas comunidades quilombolas. Esses dados são valiosos para pesquisadores, líderes comunitários e formuladores de políticas que buscam apoiar iniciativas similares em outras comunidades.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia e cultura: territórios dos remanescentes quilombolas no Brasil. Disponível em: < www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/rafaelsanzio.pdf > Acesso em 12 mar. 2012.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- IKEDA, Alberto Tsuyoshi; PELLEGRINI FILHO, Américo. *Celebrações populares: do sagrado ao profano*. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ação Comunitária (org). Terra paulista: histórias, artes, costumes, v. 3, Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial; CENPEC, 2008. p. 201-229.
- SUNDFELD, Carlos Ari. *Comunidades quilombolas – direito à terra* (artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias). Brasília: Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura: Editorial Abaré, 2002.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Cartografia e cultura: territórios dos remanescentes quilombolas no Brasil*. Disponível em: < www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/rafaelsanzio.pdf > Acesso em 12 mar. 2012.

CAPÍTULO 8

O RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: PERCEPÇÕES, REALIDADES E CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGE DOS NEGROS

Rodrigo Vicente da Silva¹

RESUMO

Este artigo explora o racismo estrutural no Brasil, com foco na comunidade quilombola de Lage dos Negros, em Campo Formoso, Bahia. O objetivo é investigar as percepções e experiências de professores, pais e líderes comunitários. É uma pesquisa qualitativa, o instrumento de coleta de dados foi um questionário aplicado pela plataforma *Google forms* e também de forma presencial com professores, líderes comunitários e pais. Uma quantidade de 47 sujeitos participou da pesquisa. A base teórica está fundamentada em: Ribeiro (1995), Lima (2005), Munganga (2001) entre outros. A pesquisa revela desafios significativos em educação, marginalização econômica e representatividade cultural. Os resultados destacam a necessidade de políticas públicas inclusivas e educação que valorize a história e cultura afro-brasileira, visando combater o racismo e promover a igualdade. A resiliência da comunidade quilombola frente às adversidades emerge como um ponto chave, ilustrando a busca por empoderamento e transformação social. Para combater efetivamente o racismo estrutural, é necessária uma abordagem abrangente, incluindo mudanças políticas, educacionais e culturais, políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades raciais e uma educação antirracista que resista aos estereótipos e preconceitos. Este artigo enfatiza a urgência de enfrentar o racismo estrutural e trabalhar coletivamente em prol de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, onde todas as pessoas, independentemente de cor de sua pele tenham oportunidades iguais e

¹ Mestrando Internacional em Ciências da Educação, Bacharel em Teologia, Licenciada em História, Pós Graduação em Gestão Pública e Educação Escolar Quilombola, Professor da Rede Municipal de Ensino no Município de Campo Formoso – Bahia, E-mail: rodrigovicente@outlook.com

sejam tratadas com dignidade. Assim, enfatiza a urgência de enfrentar o racismo estrutural e trabalhar coletivamente em prol de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, onde todas as pessoas, tenham oportunidades iguais e sejam tratadas com dignidade.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; Educação; Comunidade Quilombola.

INTRODUÇÃO

O racismo estrutural no Brasil, uma chaga na história e na atualidade da nação, é um fenômeno complexo que permeia as várias camadas da sociedade. Desde a chegada dos portugueses e o subsequente comércio transatlântico de escravos. O Brasil construiu uma estrutura social marcada por profundas desigualdades raciais. Este estudo busca explorar a evolução histórica do racismo no país e identificar suas causas e analisar suas consequências na sociedade contemporânea.

O racismo no Brasil é frequentemente mascarado por uma narrativa de harmonia racial e miscigenação. Contudo, essa percepção superficial esconde uma realidade de segregação e discriminação. Ao longo deste estudo, destaca-se o legado da escravidão e as políticas subsequentes à abolição que contribuíram para a formação de um racismo estrutural, e que continua a impactar a vida dos afro-brasileiros.

A metodologia adotada neste estudo envolve uma análise detalhada da literatura existente sobre o assunto, incluindo trabalhos acadêmicos, relatos históricos e dados estatísticos. Além disso, serão explorados estudos de caso e exemplos concretos que ilustram como o racismo se manifesta em diferentes esferas da sociedade brasileira, como educação, emprego, saúde e representação política. Portanto, não busca não só iluminar as raízes históricas do racismo no Brasil, mas também proporcionar um entendimento mais profundo de suas implicações atuais. Ao fazer isso, espera-se contribuir para o diálogo e a conscientização

sobre as questões raciais, incentivando a busca por soluções que promovam uma sociedade mais justa e igualitária.

Como metodologia a presente pesquisa iniciou-se com uma investigação bibliográfica focada na identificação de autores cujas contribuições teóricas abrangem a temática do racismo, com ênfase particular na sua manifestação dentro da estrutura social brasileira. Esta revisão literária foi conduzida utilizando tanto livros digitais quanto impressos, visando uma compreensão holística e atualizada do assunto.

Posteriormente, procedeu-se à fase de coleta de dados. Para os participantes localizados a distância consideráveis, foram empregados questionários virtuais, administrados através da plataforma *Google Forms*. Em contrapartida, para aqueles situados nas proximidades do local de estudo, optou-se por entrevistas presenciais. Esta metodologia dual foi essencial para o enriquecimento da pesquisa, especialmente dada a natureza do lócus investigado: a comunidade quilombola de Lage dos Negros. Este povoado, situado no município de Campo Formoso, no norte do Estado da Bahia, representa um contexto significativo para a exploração do racismo estrutural no Brasil, fornecendo uma perspectiva única a partir da vivência de sua população. Além disso, serão explorados estudos de caso e exemplos concretos que ilustram como o racismo se manifesta em diferentes esferas da sociedade brasileira, como educação, emprego, saúde e representação política.

O PROCESSO HISTÓRICO DO RACISMO NO BRASIL

O racismo no Brasil, profundamente entrelaçado no tecido da história nacional, é um legado complexo e doloroso. Desde o início do período colonial, com a chegada dos portugueses e o subsequente estabelecimento do comércio transatlântico de escravos, a estrutura social brasileira foi construída sobre fundamentos de desigualdade e discriminação racial. A escravidão, que perdurou por mais de três séculos, não somente forjou um

abismo socioeconômico entre brancos e negros, mas também incutiu uma hierarquia racial que se manifesta até os dias de hoje.

A abolição da escravatura em 1888, representou uma mudança legislativa, mas não uma transformação nas atitudes sociais ou na estrutura socioeconômica. Como Darcy Ribeiro aponta em "O Povo Brasileiro", a abolição foi um processo incompleto, que deixou os libertos sem terra, educação ou recursos, perpetuando assim um ciclo de marginalização. Esta realidade é evidenciada na seguinte observação de Ribeiro que na sua visão a abolição jogou nas ruas da cidade uma massa enorme de homens e mulheres que tinham sido escravos, sem lhes dar nenhuma possibilidade de sobrevivência digna. Eles se tornaram o que ainda hoje são os seus descendentes: o proletariado marginal das nossas cidades.

A abolição da escravatura, continuaram atuando sobre o negro livre, como fatores de redução de sua expansão demográfica, as terríveis condições de penúria a que ficou sujeito. Basta considerar a miserabilidade das populações brasileiras das camadas mais pobres, dificilmente suportável por qualquer grupo humano, e que afeta ainda mais duramente os negros, para se avaliar o peso desse fator. (Ribeiro, 1995, p. 230).

Essa marginalização institucionalizada criou as bases para o racismo estrutural que observa-se na sociedade brasileira contemporânea. A falta de políticas de integração efetivas para os libertos e seus descendentes perpetuou um ciclo de pobreza e exclusão social. A era pós-abolição no Brasil também foi marcada por um movimento que buscava "embranquecer" a população. O incentivo à imigração europeia, como uma tentativa de diluir a influência africana e indígena na sociedade, refletiu uma crença na superioridade branca. Essa política não apenas reforçou a marginalização dos afro-brasileiros, mas também aprofundou a crença em uma hierarquia racial onde a brancura estava associada à modernidade e progresso, e a negritude à atraso e barbárie.

No entanto, o legado da escravidão e a persistência do racismo no Brasil não são apenas histórias de opressão, mas também de resistência e resiliência. A cultura afro-brasileira, com suas raízes profundas na música, dança, religião e gastronomia, é um testemunho da força e da riqueza cultural dos africanos escravizados e seus descendentes. Schwarcz, (2018), em seu artigo " A dialética do isso. Ou a ladainha da democracia racial", expõe essa dualidade quando destaca que se esse fosse um mantra que acompanha a história nacional brasileira, independentemente do que os dados da realidade venham a mostrar.

Esta realidade dual do racismo no Brasil, onde uma aparente harmonia racial convive com uma desigualdade estrutural profunda, é um desafio contínuo para a sociedade brasileira. A história do racismo no Brasil não é apenas um registro de injustiças passadas, mas um espelho que reflete as desigualdades presentes e um alerta para a necessidade de mudanças significativas nas atitudes e políticas sociais.

PRINCIPAIS CAUSAS DO RACISMO ESTRUTURAL

O racismo estrutural no Brasil, um fenômeno complexo e multifacetado, é sustentado por uma série de causas históricas, socioeconômicas e culturais. Estas causas estão intrinsecamente ligadas à história do país e continuam a moldar as experiências e realidades dos afro-brasileiros na sociedade contemporânea.

Historicamente, o legado da escravidão estabeleceu as bases para um sistema de desigualdade racial. Após a abolição, não houve um esforço significativo para integrar os libertos na sociedade brasileira. Esta falta de integração efetiva criou um ciclo de marginalização e pobreza, que ainda hoje impacta as comunidades afro-brasileiras. Como Eunice Prudente destaca em seu trabalho, "A escravização e racismo no Brasil, mazelas que ainda perduram", a pesquisadora enfatiza que a marginalização econômica dos afro-brasileiros é um reflexo direto dessas políticas históricas. E argumenta também que mesmo conquistando a

cidadania, os negros brasileiros passaram à invisibilidade, ausentes em todas as instituições públicas e privadas. Exceto nas cadeias públicas, manicômios e nas verdadeiras extensões das favelas e periferias das cidades brasileiras. (Prudente, 2020.)

Socioeconomicamente, o racismo estrutural manifesta-se através da desigualdade no acesso à educação, emprego e moradia. A discriminação no mercado de trabalho, onde os afro-brasileiros muitas vezes enfrentam limitações no acesso a empregos bem remunerados e posições de liderança, perpetua um ciclo de pobreza e exclusão social. Essa desigualdade é evidente nas estatísticas de emprego e renda, que mostram consistentemente uma disparidade racial.

Culturalmente, o racismo no Brasil é alimentado por estereótipos e preconceitos raciais arraigados. A mídia e a cultura popular muitas vezes retratam os afro-brasileiros de maneira estereotipada, o que contribui para a perpetuação de atitudes racistas. Livio Sansone, em "Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil.", explora como os conceitos de raça e cor são socialmente construídos no Brasil, influenciando a percepção e o tratamento das pessoas negras. Ele observa que:

Quando se fornecem exemplos de discriminação racial, é comum estes se referirem apenas a terceiros, ou até a alguma notícia ouvida na mídia. Entre os pretos, como seria de se prever, os que se declaram negros são os mais explícitos na condenação do racismo no Brasil. (Sansone, 2003. p.84)

A intersecção desses fatores históricos, socioeconômicos e culturais cria um ambiente onde o racismo estrutural é mantido e perpetuado. A falta de representatividade política e o acesso limitado a sistemas judiciais justos para os afro-brasileiros são outras facetas dessa realidade. Juntas, estas causas formam a base do racismo estrutural no Brasil, um sistema que continua a afetar negativamente a vida de milhões de afro-brasileiros, limitando seu

acesso a oportunidades, recursos e um tratamento justo na sociedade. De acordo com Araújo.

a cultura negra é vista como folclore, e não como parte da cultura popular e da constituição do imaginário e das preferências do povo brasileiro. Dentro deste aspecto, o negro só tem espaço na mídia como representante de grupos carnavalescos, sambista ou pai-de-santo nas cerimônias religiosas aceitas pela sociedade brasileira como um todo, como a festa de iemanjá. (Araújo, 2000, p.72).

A narrativa que frequentemente coloca o negro em posições de inferiorização, marginalização e sujeito a estereótipos prevalece em nossa sociedade.

CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO ESTRUTURAL NA SOCIEDADE ATUAL

As consequências do racismo estrutural no Brasil são profundas e multifacetadas, afetando a vida dos afro-brasileiros em diversos aspectos. O legado da discriminação racial tem impactos diretos na educação, no emprego, na saúde e na representatividade política, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social. Na educação, as disparidades são evidentes. Afro-brasileiros frequentemente têm acesso limitado a educação de qualidade, o que resulta em taxas mais baixas de conclusão escolar e oportunidades educacionais inferiores. Esta desigualdade educacional limita seu acesso a empregos bem remunerados e carreiras promissoras, perpetuando um ciclo de desvantagem socioeconômica.

No mercado de trabalho, o racismo estrutural manifesta-se através da segregação ocupacional e da desigualdade salarial. Afro-brasileiros são desproporcionalmente representados em empregos mal remunerados e têm menos probabilidade de ocupar posições de liderança. Essa realidade é agravada por preconceitos raciais no processo de contratação e promoção.

A saúde é outra área crítica. Afro-brasileiros enfrentam desigualdades significativas no acesso a serviços de saúde de qualidade e têm piores indicadores de saúde em comparação com a população branca. Essas disparidades são exacerbadas por fatores socioeconômicos e por um sistema de saúde que muitas vezes não atende às necessidades específicas das comunidades afro-brasileiras. Além disso, o racismo estrutural também se manifesta na forma de violência e brutalidade policial, desproporcionalmente direcionada aos afro-brasileiros. Isso não apenas reforça o medo e a desconfiança nas instituições, mas também perpetua estigmas e preconceitos raciais.

A representatividade política é outra consequência do racismo estrutural. A sub-representação dos afro-brasileiros em cargos políticos e em outras posições de poder limita sua capacidade de influenciar políticas públicas e decisões que afetam diretamente suas vidas. Essa falta de representatividade contribui para a manutenção de políticas e práticas que perpetuam a desigualdade racial. As consequências do racismo estrutural são, portanto, abrangentes, afetando não apenas a vida individual dos afro-brasileiros, mas também a estrutura e o funcionamento da sociedade brasileira como um todo. O reconhecimento e a compreensão dessas consequências são passos cruciais para o desenvolvimento de políticas e estratégias eficazes para combater o racismo e promover uma sociedade mais igualitária e justa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os resultados de uma pesquisa realizada com 47 cidadãos de Lage dos Negros, uma comunidade quilombola em Campo Formoso, Bahia, a amostragem incluiu professores, pais e líderes comunitários, fornecendo uma visão abrangente das diversas perspectivas dentro da comunidade. Essa pesquisa teve como objetivo entender as percepções e experiências relacionadas ao racismo estrutural, particularmente no contexto de educação, impacto comunitário e representatividade cultural.

A maioria dos participantes expressou preocupações significativas sobre a qualidade da educação em Lage dos Negros. Eles relataram a falta de recursos educacionais adequados, como livros didáticos que refletem a história e a cultura afro-brasileira, e uma escassez de professores qualificados. Muitos pais e educadores enfatizaram a importância da educação como um veículo para o empoderamento, mas lamentaram que as disparidades educacionais continuam a limitar as oportunidades para os jovens da comunidade. Um professor comentou:

Quadro nº 01 Educação e Desafios Enfrentados

"Nossos alunos precisam de uma educação que os valorize e prepare para o mundo. No entanto, enfrentamos uma constante falta de materiais que representem nossa cultura e história." Esta declaração ressalta a necessidade de uma educação mais inclusiva e representativa, que aborde as raízes e as consequências do racismo estrutural.

Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador (2024).

Munanga, (2005), apresenta uma visão crítica e profundamente reflexiva sobre a educação, destacando os desafios enfrentados no contexto contemporâneo. Ele ressalta a importância da inclusão e da representatividade no ambiente educacional, argumentando que a educação deve ser um reflexo da diversidade cultural e histórica da sociedade. Enfatizando ainda que o ensino não deve apenas transmitir conhecimentos, mas também promover a consciência crítica e o respeito às diferentes identidades, histórias e culturas. Esta abordagem, segundo ele, é fundamental para superar as barreiras de desigualdade e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. MUNGANGA (2005, p 16)

Os participantes da pesquisa também discutiram o impacto do racismo estrutural na dinâmica comunitária e no desenvolvimento. Muitos líderes comunitários apontaram para a marginalização econômica e social como uma barreira ao progresso. Eles descreveram como o racismo limita o acesso a oportunidades de emprego e reforça estereótipos negativos sobre a comunidade quilombola.

Sobre os impactos do racismo estrutural na comunidade logo abaixo há o comentário de uma mãe e um líder comunitária local.

Quadro nº 02 - Impacto do Racismo Estrutural na Comunidade

"O racismo não é apenas uma palavra; é uma barreira que nos impede de alcançar nosso pleno potencial."; "Racismo não é só uma palavra ruim; é um empecilho de verdade que nos segura de ser tudo que a gente pode ser." Essas falas ilustram as percepções de que o racismo estrutural é um obstáculo tangível ao crescimento e ao bem-estar da comunidade.

Fonte: Questionário aplicado pelo pesquisador (2024).

Almeida (2019) descreve o racismo como uma força sistêmica que permeia e molda as instituições e as relações sociais e afeta profundamente as comunidades. Ele argumenta que o racismo estrutural vai além dos atos individuais de preconceito e é parte integrante das estruturas políticas, econômicas e sociais. Isto resulta em desigualdades persistentes em áreas como a educação, a saúde e o emprego, marginalizando as comunidades afrodescendentes. Ressaltando ainda que o impacto do racismo estrutural é tanto material, na forma de barreiras socioeconômicas, quanto psicológico, afetando a autoestima e a identidade cultural dos negros. Reconhecer e combater o racismo estrutural é, portanto, essencial para alcançar uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva.

Em relação às estratégias de enfrentamento do racismo, os participantes sugeriram várias iniciativas. Estas incluíram a implementação de programas educacionais que enfatizem a história e a cultura afro-brasileira, a criação de espaços para discussões sobre igualdade racial e o fortalecimento da representatividade política da comunidade. Além disso, houve um

forte consenso sobre a necessidade de valorizar e promover a cultura quilombola. Muitos pais e educadores enfatizaram a importância de transmitir um senso de orgulho e identidade às gerações mais jovens. "Precisamos ensinar nossos filhos sobre nossas raízes, para que eles cresçam sabendo quem são e de onde vieram", disse um pai.

Os dados coletados em Lage dos Negros fornecem *insights*² valiosos sobre como o racismo estrutural é vivenciado e percebido em uma comunidade quilombola específica. As respostas destacam desafios significativos relacionados à educação, emprego e representatividade. No entanto, também revelam um forte senso de resiliência comunitária e um desejo de mudança. As estratégias sugeridas pelos participantes para enfrentar o racismo estrutural oferecem um caminho promissor para o empoderamento e a transformação social em Lage dos Negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste artigo sobre o racismo estrutural no Brasil revelam uma realidade complexa e multifacetada. As raízes históricas do racismo, profundamente entrelaçadas na sociedade brasileira, criaram desigualdades que persistem até hoje, afetando a vida dos afro-brasileiros em diversos aspectos. É prudente reconhecer que, apesar dos avanços em algumas áreas, ainda há um longo caminho a ser percorrido na luta contra o racismo.

As consequências do racismo estrutural são abrangentes, impactando negativamente a educação, o emprego, a saúde e a representatividade política dos afro-brasileiros. Para combater efetivamente o racismo, é necessário um esforço conjunto que envolva mudanças políticas, educacionais e culturais. As políticas

² A palavra *insight* vem do inglês e significa: capacidade de obter uma compreensão intuitiva precisa e profunda de uma pessoa ou coisa.

públicas devem ser direcionadas para reduzir as desigualdades raciais e promover a inclusão social.

Além disso, é essencial promover uma educação antirracista que não apenas aborde as questões históricas e contemporâneas do racismo, mas também celebre a diversidade cultural e a contribuição dos afro-brasileiros para a sociedade. A mudança cultural, por sua vez, requer um esforço para resistir a estereótipos e preconceitos raciais, promovendo uma representação mais justa e igualitária nas mídias, na literatura e nas artes.

Este estudo destaca a necessidade urgente de reconhecer e enfrentar o racismo estrutural no Brasil. Através de um compromisso coletivo com a igualdade racial e justiça social, pode-se aspirar a construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, onde todas as pessoas, tenham as mesmas oportunidades e sejam tratadas com dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Joel Zito. *A Negação do Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na Escola*. Brasília : SECAD, 2005.

PRUDENTE, Eunice. *A escravização e racismo no Brasil, mazelas que ainda perduram*. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/a-escravizacao-e-racismo-no-brasil-mazelas-que-ainda-perduram/>> Acesso em 15/02/2024.

RACIONAIS MC'S. *Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 1997.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1995.

SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Tradução Vera Ribeiro. Salvador: EDUFBA, Pallas, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *A dialéticado isso, Ou a ladinha da democracia racial*. Disponível em; <<https://www.liliaschwarz.com.br/conteudos/visualizar/A-dialetica-do-isso-Ou-a-ladainha-da-democracia-racial>> Acesso: 13/01/2024.

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

CAPÍTULO 9

EMPREENDEDORISMO DAS MARIAS QUILOMBOLAS DO POVOADO DE SÃO TOMÉ - BA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Cleide Alves dos Santos Conceição de Souza ¹

Gilze Lidiane de Carvalho Barbosa Vieira²

Maristela Batista Gomes dos Santos³

Francisca Vilani de Souza ⁴

RESUMO

Este artigo aborda o empreendedorismo feminino quilombola, direcionando sua atenção para as mulheres associadas à comunidade de São Tomé, situada no município de Campo Formoso, Bahia. A pesquisa busca compreender como as Marias Quilombolas superam desafios, transformando-os em oportunidades para fortalecer seus empreendimentos na comunidade. A justificativa se fundamenta na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as experiências singulares dessas empreendedoras em um contexto quilombola, destacando a complexidade e a riqueza de suas trajetórias. A pergunta problema norteadora da investigação: "Como as Marias Quilombolas superam barreiras, transformando desafios em oportunidades para o

¹Mestranda em Ciências da Educação, Pedagoga, Licenciada em Letras, Psicopedagoga, Especialista em AEE, Tutoria EAD. E-mail: cleidecads@yahoo.com.br

²Mestranda em Ciências da Educação, Psicopedagoga, Especialista em gestão escolar, Graduada em normal superior, Professora da educação infantil. E-mail: gilzelevi@gmail.com

³Mestranda em Ciências da Educação, Pedagoga, Licenciada em Letras, Psicopedagoga, Especialista em AEE, Tutoria EAD. E-mail: maristelambg@yahoo.com.br

⁴Professora Doutora World University Ecumenical -WUE Flórida/EUA. Disciplina Educação e Relação de Gênero Étnico Racial I e II e-mail professoravilani@gmail.com

fortalecimento do empreendimento em sua comunidade?". A metodologia adotada é qualitativa, utilizando questionário estruturado aplicado com 34 voluntárias, dentre elas lavradoras, professoras, donas de casa, autônomas, Agente Comunitária de Saúde, Bibliotecária, Técnica de Análise de Laboratório, Manicure e Pedicure, Secretária e Atendente tendo a Associação Marias Quilombolas como *locus* da pesquisa. A abordagem teórica foi fundamentada em Santos (2019) que destaca a resiliência das mulheres quilombolas, Herédia (2017), Mazzarol (2021) e Aguiar (2022) que contribuem para a compreensão do empreendedorismo e da evolução dos papéis de gênero. O estudo apresenta contribuições significativas para o campo do empreendedorismo feminino quilombola, destacando a resiliência como elemento-chave na superação de obstáculos. A pesquisa revela nuances importantes sobre as estratégias adotadas pelas Marias Quilombolas para transformar desafios em oportunidades concretas. Os resultados apontam para a relevância de fatores como a busca ativa por capacitação, a participação em programas de acesso ao crédito, a efetiva divulgação e estratégias de marketing, além do impacto positivo das ações empreendedoras na comunidade de São Tomé. Esses elementos corroboram a importância do apoio institucional e da conscientização coletiva para o fortalecimento dessas iniciativas, sugerindo direções promissoras para pesquisas futuras e para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam o empreendedorismo feminino quilombola.

Palavras-chave: Empreendedorismo feminino; Mulheres Quilombolas; Resiliência.

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa explorar e compreender o empreendedorismo feminino quilombola, com foco nas mulheres associadas à comunidade do Povoado de São Tomé, Campo Formoso, Bahia. Este artigo apresenta a temática: O Empreendedorismo das mulheres pretas quilombolas, seus desafios e oportunidades. E, assim conhecer os caminhos percorridos pelas mulheres negras empreendedoras da associação Marias Quilombolas, cuja trajetória cruza com a rica trama cultural

das comunidades quilombolas. A justificativa para esta pesquisa surge da necessidade de aprofundar o entendimento sobre os desafios e oportunidades enfrentados por essas empreendedoras em um contexto quilombola, reconhecendo a singularidade de suas experiências.

A pergunta problema que norteia esta investigação é: Como as Marias Quilombolas superam as barreiras e transformam desafios em oportunidades para o fortalecimento do empreendimento em sua comunidade? Para responder a essa indagação, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando questionário estruturado como procedimento técnico para o levantamento de dados. A escolha da Associação Marias Quilombolas como *lócus* da pesquisa se justifica pela representatividade de mulheres negras em suas atividades empreendedoras e por ser pertencente a uma comunidade quilombola.

Os principais autores que embasam este estudo incluem Santos (2019), destacando a resiliência e determinação das mulheres quilombolas como elementos-chave para superar barreiras e transformar desafios em oportunidades. A abordagem teórica incorpora as contribuições de Tessari e Herédia (2017), Mazarol (2021) e Aguiar (2022), que discutem a evolução do empreendedorismo, a inclusão de minorias, e a transformação dos papéis de gênero ao longo da história.

A estrutura deste artigo contempla em um primeiro momento uma revisão bibliográfica sobre o empreendedorismo feminino quilombola, em seguida, aponta a metodologia adotada na pesquisa. Posteriormente, apresentam-se os resultados e discussões, destacando os desafios enfrentados pelas mulheres da Associação, as oportunidades que fortalecem o empreendedorismo e os impactos das ações empreendedoras na comunidade.

RESILIÊNCIA NO EMPREENDEDORISMO FEMININO QUILOMBOLA

O empreendedorismo é um processo dinâmico que engloba a identificação de oportunidades de negócio, o desenvolvimento de ideias inovadoras e a criação de novos empreendimentos. Essa abordagem não se limita apenas aos aspectos econômicos, mas também incorpora considerações sociais ao propor a criação de produtos ou serviços destinados ao mercado. O objetivo não é apenas a geração de lucro, mas também a busca por impactos positivos na sociedade.

Nesse contexto, o empreendedorismo ultrapassa o campo econômico, exercendo influência no contexto mais amplo em que o empreendedor está inserido. Essa influência se estende às relações sociais e políticas do ambiente que acolhe o empreendedor, evidenciando a ligação entre o empreendedorismo e as dinâmicas sociais e políticas que moldam o entorno do empreendedor. (Santos 2019).

A história atesta que o empreendedorismo inicialmente se configurou como uma atividade destinada principalmente a homens brancos com recursos financeiros, marginalizando a população minoritária, mulheres brancas e negros (Aguiar 2022 apud Jackson, 2020). No entanto, ao longo do tempo, essas disparidades foram sendo atenuadas, permitindo a inclusão progressiva dessas minorias no cenário empreendedor. Através de persistente luta antirracista e antidiscriminatória, essas comunidades têm fortalecido cada vez mais suas iniciativas comerciais (Aguiar 2022, apud Mazzarol, 2021).

Durante a era colonial, a mulher encontrava-se em uma posição de discriminação, sujeita às normas da estrutura familiar patriarcal. Nesse contexto, estava limitada a papéis tradicionais e não desempenhava atividades profissionais. A transformação desse cenário ocorreu apenas a partir do Século XIX, quando elas começaram a assumir posições em profissões liberais, como medicina, educação, advocacia, entre outras (Tessari e Herédia 2017).

Esse fenômeno marcou uma significativa mudança social, representando a conquista gradual de espaços profissionais antes restritos às mulheres e evidenciando a evolução das dinâmicas de gênero ao longo da história.

O empreendedorismo feminino se dá entre a trajetória da mulher, o gênero e os desafios inerentes à conciliação da vida pessoal com a atuação no mercado de trabalho. Ao explorar essa perspectiva, observam-se inúmeras desigualdades que permeiam o universo empreendedor das mulheres. Elas estão vinculadas a obstáculos significativos enfrentados, incluindo dificuldades para obter financiamento, preconceito no mercado de trabalho e desafios na harmonização entre a vida familiar e profissional.

Estes, por sua vez, dificultam a estabilização e equilíbrio necessários para o estabelecimento de negócios bem-sucedidos. Neste cenário, é importante destacar, conforme Santos (2019) que a resiliência e a determinação das mulheres quilombolas são elementos-chave para superar as barreiras impostas e transformar os desafios em oportunidades para o fortalecimento do empreendimento. Essa resiliência não apenas destaca a capacidade de enfrentamento das adversidades, mas também evidencia a habilidade de reconfigurar as adversidades em impulsionadores positivos, catalisando o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas.

MARIAS QUILOMBOLAS: MÃOS QUE GERAM SUSTENTABILIDADE

A função das mulheres negras no mercado de trabalho ao longo da história destaca-se pelo elo entre as tradições ancestrais e o empreendedorismo contemporâneo. As Marias Quilombolas são protagonistas de uma narrativa histórica e cultural, ultrapassando as barreiras em suas comunidades. Atualmente as Marias Quilombolas têm se destacado por criar oportunidades de desenvolvimento econômico. Por meio de suas atividades elas não apenas promovem a geração de renda, mas também fortalecem a

identidade e a autonomia. Elas se dedicam ao empreendedorismo como estratégia para buscar ascensão social e expressar o anseio por liberdade.

Através de práticas cooperativas, elas promovem a solidariedade e a colaboração, consolidando uma abordagem coletiva para o desenvolvimento sustentável. Conforme as proposições de Natividade (2009), as mulheres envolvidas em iniciativas empreendedoras fundamentam seu conhecimento predominantemente em uma construção coletiva, apoiada em três pilares essenciais: o cultural, o familiar e o local.

Esse entendimento implica que o saber aplicado por essas mulheres é resultado de uma base compartilhada, onde essas dimensões desempenham papéis interligados na formação e execução de suas práticas empreendedoras. Além disso, a dimensão cultural desse empreendedorismo ressalta a importância da preservação identitária.

Ao fundirem suas práticas empreendedoras com elementos culturais enraizados em suas tradições, as Marias Quilombolas não apenas revitalizam e preservam suas heranças, mas também desafiam narrativas históricas que tentaram silenciar suas vozes. Esse compromisso com a cultura contribui para a construção de uma identidade coletiva fortalecida, que serve como alicerce para a resistência cultural e a promoção de valores fundamentais em suas comunidades.

A transmissão desses saberes para as gerações futuras não apenas assegura a continuidade cultural, mas também reforça a importância do patrimônio quilombola na construção de identidades sólidas e resistentes. Dessa forma, o empreendedorismo das Marias vai além do âmbito econômico, atuando como uma força motriz para a transformação social e cultural na localidade.

METODOLOGIA

Segundo Mazukato, (2018) a pesquisa não é realizada apenas para sanar ou corrigir problemas sociais, mas também para entender tudo aquilo que está próximo. Pesquisar, portanto, é se debruçar sobre as causas e os efeitos de um determinado fenômeno. Dessa forma, o conhecimento científico se constrói na relação estabelecida entre os questionamentos levantados e a busca de respostas sistematizadas para respondê-los.

Este estudo, do ponto de vista teórico e metodológico possui uma abordagem qualitativa. Utilizou-se como procedimento técnico o questionário estruturado para levantamento de dados, aplicado com 34 voluntárias, dentre elas estão agricultoras, domésticas, funcionárias públicas, autônomas e aposentadas, tendo a Associação Marias Quilombolas como *lôcus* da pesquisa, pois segundo Lüdke e André (1986, p.34), “a grande vantagem dessa técnica em relação às outras é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. Esta escolha visa responder a seguinte questão: Como as Marias Quilombolas superam as barreiras e as transformam em oportunidades para o fortalecimento do empreendimento em sua comunidade?

Os dados de pesquisa foram coletados no período de 28 de dezembro de 2023 a 02 de janeiro de 2024. Esse processo ocorreu através de questionário *online* envolvendo trinta e quatro mulheres pertencentes a Associação das Marias Quilombolas do Povoado de São Tomé. A Associação foi selecionada como *lôcus* da pesquisa, por ser constituída por mulheres negras em sua maioria e pertencer ao povoado que é uma comunidade reconhecidamente quilombola.

O estudo teve como objetivo compreender quais desafios as mulheres da Associação enfrentam e quais as oportunidades recebidas por elas para empreenderem seus negócios, bem como identificar como elas percebem o impacto de suas ações na comunidade onde vivem. A análise e interpretação dos dados

ocorreram após a coleta dos mesmos. As respostas dadas às três questões que constituíram o questionário aplicado foram analisadas cuidadosamente no intuito de obter a resposta para a questão problema da pesquisa.

Conforme Gil, (1999) a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

PERFIL DAS EMPREENDEDORAS

A faixa etária das mulheres participantes da pesquisa abrange diferentes grupos, com a representação entre 30 e 69 anos. A composição da Associação reflete a diversidade de experiências entre seus membros. Abrange uma variedade de ocupações: lavradoras, professoras, donas de casa, autônomas, Agente Comunitária de Saúde, Bibliotecária, Técnica de Análise de Laboratório, Manicure e Pedicure, Secretária e Atendente.

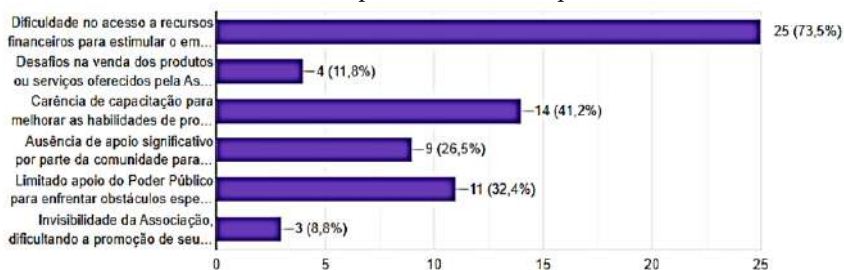
Esta heterogeneidade ocupacional dentro da associação evidencia a versatilidade das participantes, destacando a relevância de reconhecer e valorizar as distintas contribuições individuais para o dinamismo e a vitalidade tanto da associação quanto de sua comunidade. Santos (2019), afirma que só ter uma pessoa negra envolvida no empreendedorismo já é algo transformador, que está voltado para a reconstrução da identidade e da saúde da população negra, de acordo com o que fortalece os processos de integração social e autovalorização.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, está apresentado o resultado e realizada a análise e a interpretação dos dados obtidos por meio da aplicação do questionário *online*, composto por três questões objetivas e de

múltipla escolha. Este enfoque permitirá uma compreensão abrangente dos fatores que permeiam o cenário empreendedor das mulheres associadas, fornecendo visão para o desenvolvimento de estratégias e políticas que promovam a eficácia e a sustentabilidade de seus empreendimentos. Ao serem questionadas sobre os desafios enfrentados pelas mulheres da Associação Marias Quilombolas, obteve-se o resultado que está expresso no gráfico a seguir.

Gráfico nº 01 Desafios Enfrentados pelas mulheres empreendedoras



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

O gráfico acima proporciona uma representação visual dos principais desafios identificados na pesquisa. Cada segmento do gráfico corresponde a um desafio específico, destacando a prevalência de cada obstáculo. As porcentagens associadas a cada setor refletem a frequência com que os desafios foram mencionados nas respostas, permitindo uma compreensão das áreas que demandam intervenção estratégica.

As respostas para a primeira pergunta revelam uma série de desafios para as mulheres da Associação Marias Quilombolas em seu empreendimento. De modo expressivo, (73,5%) das respostas apresentaram a dificuldade no acesso a recursos financeiros, o que sugere que a falta de capital pode estar impactando negativamente a capacidade das mulheres de impulsionar seus negócios.

A carência de capacitação para aprimorar as habilidades de produção formais foi apontada com (41,2%) das respostas. Isso destaca a importância de investir em programas de treinamento e capacitação para fortalecer as competências das empreendedoras, possibilitando uma melhoria na qualidade de seus produtos ou

serviços. O limitado apoio do Poder Público, (32,4%) e a ausência de apoio significativo por parte da comunidade, (26,5%) são desafios apontados pelas Marias. Neste sentido, observa-se a necessidade urgente do suporte externo.

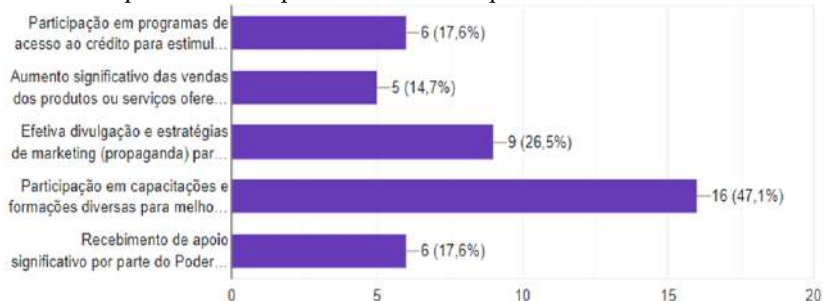
A venda dos produtos ou serviços oferecidos pela associação, são apontados como desafio por (11,85%) das entrevistadas. Esse aspecto indica a necessidade de estratégias de marketing e comercialização para superar obstáculos. E como último desafio, a invisibilidade da Associação, mencionada por (8,8%) das respostas, destaca a importância da promoção e visibilidade da associação e de seus produtos. Estratégias de marketing e comunicação podem ser fundamentais para melhorar o reconhecimento da Associação e, conseqüentemente, impulsionar suas atividades comerciais.

Os desafios identificados na pesquisa, com destaque para a prevalência da dificuldade no acesso a recursos financeiros, evidenciam a necessidade de intervenções estratégicas para superar essa barreira. A resiliência é parte da superação, (Aguiar, 2022). As respostas também indicam a carência de capacitação e o limitado apoio institucional e comunitário, apontando para a importância de estratégias de treinamento e suporte externo. (Aguiar, 2022) aponta para o uso de habilidades pessoais para lidar com o estresse provocado por adversidades.

Essas constatações convergem com as reflexões de Tessari e Herédia (2017), que afirmam que a mulher empreendedora é aquela que promove transformações, encara riscos e introduz inovações, modificando ambientes comuns em necessários e tornando visíveis os invisíveis. Os obstáculos, conforme apontados, não se configuram como impeditivos para que as “Marias” persistam em suas atividades.

Foi solicitado as participantes da pesquisa para apresentarem as oportunidades que fortalecem o empreendedorismo das mulheres associadas. O achado está expresso no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Oportunidades que fortalecem o empreendedorismo das associadas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

O gráfico acima representa as estratégias para fortalecimento do empreendedorismo da Associação Marias Quilombolas, identificados na pesquisa como oportunidades. A análise das respostas, teve uma expressiva representação de (47,1%), onde apontou a participação em capacitações e formações diversas para melhorar as habilidades empreendedoras. Esta informação indica que as mulheres da associação têm uma tendência a buscar aprimoramento e desenvolvimento de habilidades através da educação continuada; o que sugere uma conscientização sobre a importância do conhecimento e da capacitação como instrumentos fundamentais para impulsionar os empreendimentos.

Uma análise comparativa entre as respostas evidencia uma interligação entre a participação em programas de acesso ao crédito e o apoio por parte do Poder Público para o desenvolvimento dos empreendimentos, conforme demonstra o Gráfico 2 com percentuais de (17,6%) cada uma. Essa relação sugere uma correlação entre a busca por recursos financeiros externos, por meio de programas de crédito, e o reconhecimento da importância do suporte governamental.

O destaque dado à efetiva divulgação e estratégias de marketing, mencionado por (26,5%) das associadas, revela que não há apenas uma busca por visibilidade, mas sim uma compreensão profunda de que a presença marcante no mercado é vital para o êxito dos empreendimentos. As mulheres quilombolas entendem a

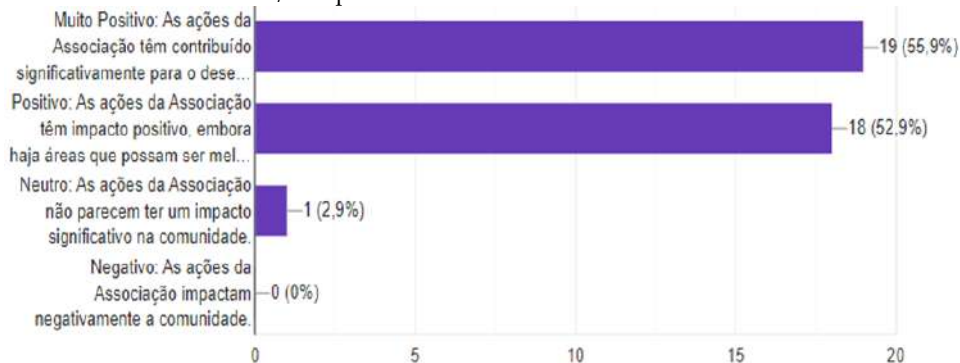
importância de se destacar, utilizando táticas de marketing eficazes para alcançar públicos mais amplos e diversificados.

A busca por qualificação não apenas evidencia o comprometimento das associadas com o aprimoramento pessoal e profissional, mas também ressalta a relevância de estratégias educacionais específicas para fortalecer o empreendedorismo dentro da comunidade quilombola.

Inseridas em dois grupos minoritários ao mesmo tempo, as mulheres e negras, estabelecem seus empreendimentos em um ambiente social com poucas oportunidades (Aguiar, 2022). Nesse sentido, Tessari e Herédia (2017) afirmam que o comportamento empreendedor apresenta dois elementos: a habilidade de reconhecer a oportunidade e explorá-la para em seguida comercializá-la. A teoria ganha vida nas práticas empreendedoras das mulheres quilombolas, mostrando que o empreendedorismo vai além da mera busca pelo lucro, sendo, na verdade, um catalisador de transformações sociais e econômicas.

Em seguida as participantes da pesquisa foram solicitadas a destacar os impactos das ações empreendedoras das associadas na Comunidade de São Tomé. O achado está destacado no gráfico a seguir.

Gráfico Nº 3 – Impactos das ações empreendedoras das Associadas na comunidade de São Tomé/Campo Formoso



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

O impacto das iniciativas empreendedoras promovidas pela Associação Maria Quilombolas na comunidade de São Tomé é considerável, conforme evidenciado pelos resultados da pesquisa. A análise dos dados revela que a maioria das participantes, (55,9%) avaliou os efeitos das ações como “muito positivo”, indicando que os esforços da associação têm contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento local. Outros (52,9%) expressaram uma perspectiva positiva em relação ao impacto, embora tenham apontado áreas que poderiam ser aprimoradas.

Nenhum dos participantes expressou uma visão negativa em relação ao impacto das ações da associação na comunidade, isso pode indicar uma forte aceitação e aprovação geral das iniciativas empreendedoras ou pode sugerir que aqueles que têm preocupações podem não ter participado ativamente da pesquisa. Observa-se que o trabalho desenvolvido pelas mulheres da associação gera impactos sociais positivos na comunidade. As considerações de Tessari e Herédia (2017), ressaltam que a mulher tem desempenhado um papel central em diversas iniciativas sociais que provocaram transformações nos papéis desempenhados na sociedade, sendo protagonistas de inúmeras ações sociais.

É importante destacar que, embora a maioria tenha avaliado positivamente as ações da Associação Maria Quilombolas, a presença de *feedback* construtivo sobre áreas de melhoria indica a necessidade contínua de avaliação, para garantir uma abordagem mais abrangente e eficaz; considerando a força do associativismo como elemento propulsor do desenvolvimento, conforme apontado por Tessari e Herédia (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou o empreendedorismo feminino quilombola, destacando as experiências das mulheres associadas à comunidade de São Tomé, Campo Formoso, Bahia. Ao analisar os resultados, ficou evidente que as Marias Quilombolas enfrentam

desafios significativos, sendo o acesso a recursos financeiros uma barreira constante. A resiliência e determinação, são elementos-chave para superar tais desafios.

Os desafios identificados incluem a carência de capacitação, limitado apoio do Poder Público e a necessidade de estratégias de *marketing* para ampliar a visibilidade da Associação Marias Quilombolas. A diversidade de ocupações dentro da associação, como lavradoras, professoras e autônomas, ressalta a versatilidade das participantes, contribuindo para a vitalidade da comunidade.

As oportunidades identificadas apontam para a relevância da participação em capacitações, formação e acesso ao crédito para fortalecer as habilidades empreendedoras. A ênfase na efetiva divulgação e estratégias de *marketing* reflete o reconhecimento da importância da visibilidade para o sucesso dos empreendimentos. Os impactos das ações empreendedoras são predominantemente positivos, com mais da metade das participantes avaliando como muito positivo. Isso sugere que as iniciativas da Associação Marias Quilombolas têm contribuído para o desenvolvimento local.

Para pesquisas futuras, sugere-se a continuidade do acompanhamento do impacto das ações empreendedoras ao longo do tempo, aprofundando a compreensão das estratégias de marketing mais eficazes e explorando parcerias potenciais com órgãos governamentais para ampliar o suporte. Espera-se que este trabalho inspire outras investigações e ações práticas para fortalecer ainda mais o empreendedorismo feminino, especificamente, em comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Heraldo Márcio de. *Mulheres negras empreendedoras no Brasil: suas barreiras e comportamento de superação para empreender*. 2022. 94 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2022.

- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MAZUKATO, Thiago (Org.). *Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico*. Penapólis. FUNEPE, 2018.
- NATIVIDADE, D. R. *Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise*. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p.231-256, fev. 2009.
- SANTOS, E. *A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, e184961, 2019.
- SANTOS, M. A. *O lado negro do empreendedorismo: afroempreendedorismo e movimento black money*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- TESSARI, Anthony Beux; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Mulheres empreendedoras: a construção de uma caminhada*. Porto Alegre: Educs, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CAPÍTULO 10

A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL EM COMBATE AO RACISMO

Odimar Lima de Oliveira Carvalho Bartilotti¹

Pedrito Monteiro²

Francisca Vilani de Souza³

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo evidenciar a relevância da articulação e promoção da igualdade racial como ferramentas fundamentais no enfrentamento ao racismo. Partindo de uma contextualização histórica, explora-se a persistência das disparidades raciais e as diversas manifestações contemporâneas do preconceito. A base teórica está fundamentada em: Almeida (2018), Campo Formoso Ba (2022 e 2023), Brasil (2010) e Gonzalez (1981 e 1988). Ao examinar modelos de sucesso, são destacados os impactos positivos da promoção da igualdade racial, evidenciando a importância de políticas afirmativas, educação antirracista e iniciativas culturais. A análise de resultados concretos provenientes dessas estratégias reforça a argumentação em favor de uma abordagem holística, capaz de instigar mudanças estruturais e culturais duradouras. Apesar dos avanços, a pesquisa também identifica desafios persistentes no caminho para a equidade racial, oferecendo sugestões para superá-los. O estudo demonstrou a necessidade de ressaltar a responsabilidade coletiva na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Como também a necessidade de um compromisso contínuo para superar as barreiras que perpetuam o racismo. O achado dessa pesquisa contribui

¹ Mestranda em Ciências da Educação World University Ecumenical - WUE Flórida/EUA. E-mail odimarloliveira@gmail.com

² Mestrando em Ciências da Educação World University Ecumenical - WUE Florida/EUA. E-mail pedrito.monteiro@msn.com

³ Professora Doutora World University Ecumenical - WUE Flórida/EUA. Disciplina Educação e Relação de Gênero Étnico Racial I e II e-mail professoravilani@gmail.com

também para a compreensão crítica do papel crucial da articulação e promoção da igualdade racial como instrumentos essenciais na luta contra a discriminação racial.

Palavras-chave: Racismo; Remanescentes Quilombolas; Promoção; Igualdade Racial.

INTRODUÇÃO

A persistência do racismo como uma manifestação nociva na sociedade contemporânea é um desafio que requer abordagens multifacetadas e comprometidas. Em resposta a esse cenário, diversas ações têm sido implementadas visando o combate efetivo e à promoção da igualdade racial. Essas iniciativas buscam não apenas confrontar as manifestações evidentes de discriminação, mas também desmontar as estruturas sistêmicas que perpetuam desigualdades históricas.

A persistência do racismo como uma força corrosiva nas estruturas sociais exige uma resposta coletiva e incisiva. À medida que comunidades e a sociedade enfrentam esse desafio, torna-se imperativo não apenas reconhecer as formas evidentes de discriminação racial, mas também abordar as raízes sistêmicas que perpetuam desigualdades profundamente enraizadas ao longo da história.

Nesse contexto, diversas ações de combate ao racismo têm sido implementadas, visando criar um ambiente mais inclusivo e equitativo. Essas iniciativas não se limitam apenas a correções pontuais, mas buscam dessaturar as estruturas que sustentam práticas discriminatórias e promover uma mudança cultural significativa. É nesse cenário que a atuação de uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial ganha destaque.

Essa entidade desempenha um papel central na coordenação de esforços, agindo como catalisadora de ações, promovendo a conscientização e implementação de políticas que visam não apenas reparar injustiças passadas, mas também construir alicerces

sólidos para uma sociedade mais justa e um futuro mais equitativo. Este trabalho explora tanto a persistência do racismo quanto as ações em andamento no combate a essa problemática, destacando a importância crucial de uma secretaria ativa e engajada, capaz de estabelecer parcerias inter-setoriais para alcançar resultados duradouros e significativos.

RACISMO: COMO IDENTIFICAR E COMBATER

Segundo Gonzalez (1981) o racismo não se limita a atitudes individuais de ódio ou preconceito, mas é um sistema estrutural de opressão que permeia todas as instituições e relações sociais de uma sociedade. Ela argumentava que o racismo é enraizado na história colonial e escravocrata do Brasil e se manifesta de várias formas, desde discriminação explícita até formas mais sutis de exclusão e marginalização.

Para Gonzalez (1988), o racismo não se restringe apenas às relações interpessoais, mas está presente nas estruturas políticas, econômicas e culturais que perpetuam a desigualdade racial. Ela defendia a necessidade de uma análise crítica dessas estruturas e ações afirmativas para combater as desigualdades raciais e promover a justiça social. Em resumo, a pesquisadora concebia o racismo como um sistema de opressão que vai além de atitudes individuais e engloba as estruturas e relações sociais de uma sociedade, sendo fundamental uma abordagem interseccional para compreender suas complexidades e enfrentá-lo de forma eficaz.

A concepção de raça pode variar dependendo do contexto e do critério adotado. Do ponto de vista biológico, a raça é uma categoria utilizada pela biologia para classificar subgrupos de espécies vivas, representando um conjunto de indivíduos que compartilham características similares transmitidas por hereditariedade. Já do ponto de vista social, raça é um conceito outrora empregado para diferenciar grupos étnicos com base em características genéticas, como cor da pele e traços físicos.

Contudo, essa abordagem foi abandonada pela comunidade científica devido a estudos genéticos que demonstraram a inexistência de subgrupos humanos distintos, invalidando a classificação de negros, asiáticos, indígenas, entre outros, como diferentes raças. Raça “é uma relação social, o significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutural social marcada por conflitos antagônicos” (ALMEIDA, 2018.p. 40).

No contexto brasileiro, a classificação da cor da pele atualmente se baseia em categorias reconhecidas, a saber: branca, preta, parda, amarela e indígena. Essas categorias são definidas considerando a aparência física e a autoidentificação racial dos indivíduos. A autoidentificação racial é um direito e uma escolha pessoal, permitindo que cada indivíduo se classifique de acordo com sua própria percepção racial. Portanto, a definição de raça requer a consideração do contexto e do critério utilizados, além do respeito à autodeclaração de cada pessoa. Raça é um conceito complexo e polêmico, envolvendo aspectos biológicos, históricos, culturais e sociais. Almeida (2018) aponta três conceitos para o racismo, sendo eles o individualista, o institucional e o estrutural.

O racismo estrutural manifesta-se quando a discriminação racial constitui um dos elementos fundamentais na organização política e econômica de uma sociedade. Essa designação é empregada devido à sua presença nas estruturas das instituições. Essa forma de racismo abrange um conjunto de práticas discriminatórias, seja de natureza cultural, institucional, econômica ou outras, que favorecem um grupo em detrimento de outro, resultando em prejuízos.

Pode-se afirmar que todo racismo é, de certa forma, estrutural, uma vez que sua existência em uma sociedade pressupõe a constante produção e disseminação de preconceitos, aliada a uma discriminação sistemática. O racismo estrutural constitui a base que alimenta a reprodução e manutenção de desigualdades e violências. Sua presença é tão intrínseca ao tecido social, integrando-se à história e à cultura, que muitas vezes é

normalizado, tornando-se quase invisível para aqueles que não fazem parte dos grupos vitimizados.

Para identificar o racismo estrutural, é essencial observar as disparidades raciais presentes em uma sociedade. Através dessas observações e do conhecimento adquirido, o racismo se revela, possibilitando a implementação de medidas e políticas públicas para combatê-lo.

O combate ao racismo deve-se a prática de ações que promovam a equidade e igualdade das chamadas “raças” por meio de Políticas públicas de igualdade e ações afirmativas em que pode-se citar a Lei 12.990/2014 – Lei das cotas determina 20% das vagas em concursos públicos; Iniciativas na Educação; Lei 12.711/2012 – Lei das cotas na educação que prevê 50% das vagas em universidades e institutos federais a estudantes oriundos de escolas públicas; a Lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira e leis antirracismo: Lei 7.716/1989 – Lei do racismo e a recente Lei 14.532/23 que equipara injúria racial ao racismo.

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Quilombos são comunidades formadas, historicamente, por descendentes de africanos escravizados que buscaram refúgio e autonomia em áreas remotas durante o período da escravidão no Brasil, de acordo com o senso comum. Essas comunidades eram autossustentáveis, muitas vezes localizadas em regiões distantes e de difícil acesso, onde os membros podiam preservar sua cultura, língua, religião e formas de organização social.

As comunidades remanescentes de quilombos, por sua vez, são os descendentes desses quilombos originais que persistem até os dias atuais. Muitas dessas comunidades continuam a viver nas áreas que foram ocupadas por seus antepassados, mantendo uma forte ligação com suas raízes históricas e culturais. O Estado brasileiro reconhece a existência e declara suas obrigações para com tais grupos: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade

definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

No contexto brasileiro, a luta pela preservação e reconhecimento dos quilombos e comunidades remanescentes de quilombos tem sido uma questão importante. A Constituição Brasileira de 1988 reconhece o direito dessas comunidades à propriedade de suas terras ancestrais, garantindo-lhes a posse permanente e coletiva desses territórios.

Considerando o Decreto nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (Decreto 6040/2007), grupos étnico-raciais autodeclarados como "remanescentes de quilombo" são reconhecidos com base em critérios de autoatribuição. Esses grupos possuem uma trajetória histórica própria, estabelecendo relações territoriais específicas e apresentando uma presunção de ancestralidade negra associada à resistência à opressão histórica vivenciada (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007).

A identificação e certificação de uma comunidade como remanescente de quilombo no Brasil envolve um processo que inclui a análise histórica, antropológica e sociológica para verificar sua origem e a continuidade de práticas culturais específicas. O reconhecimento oficial proporciona às comunidades acesso a políticas públicas específicas e proteção legal de suas terras.

Campo Formoso, município do Piemonte Norte do Itapicuru, interior da Bahia possui, cronologicamente certificadas, 21 comunidades quilombolas. Dentre elas: Lage dos Negros, Alagadiço, Lagoa Branca, Patos II, Casa Nova dos Ferreiras, Casa Nova dos Marinheiros, Casa Nova dos Amaros, Lage de Cima II, São Tomé, Buraco, Saquinho, Sangradouro I, Sangradouro II, Barrocas, Pacuí, Patos I, Patos III, Bebedouro, Poço da Pedra, Pedra e Gameleira do Dida

O município de Campo Formoso, com suas comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombo, apesar dos avanços, há desafios a serem superados. A recente criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial destaca-se como uma

iniciativa importante, ampliando sua atuação no enfrentamento ao racismo e à discriminação racial, buscando conquistar progressos significativos.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A Bahia foi pioneira no Brasil ao criar, em 2006, uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, que tinha como foco as políticas públicas para mulheres e pessoas negras, conforme a Lei nº 10.549/2006. Essa iniciativa foi um marco na luta política contra as desigualdades sociais e raciais no estado. Em 2011, com a reforma administrativa baseada na Lei nº 12.212/2011, a Secretaria de Políticas para Mulheres foi criada, e as questões de gênero passaram a ser de sua competência.

A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial tem uma grande importância por vários motivos, entre eles:

- **Combate ao Racismo:** mostra o compromisso institucional com o enfrentamento ao racismo, e pode elaborar e executar políticas, programas e ações que visam combater a discriminação e promover a inclusão.

- **Diagnóstico das Desigualdades:** pode fazer um trabalho essencial de identificar e entender as desigualdades raciais que afetam diversos setores da sociedade, como educação, trabalho, saúde e segurança.

- **Desenvolvimento de Políticas Públicas:** atuação no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas que têm como objetivo promover a igualdade racial, buscando diminuir as diferenças e criar chances iguais para todos.

- **Estímulo à Participação Social:** envolver a comunidade e as organizações da sociedade civil na formulação e na implementação das políticas, garantindo que as estratégias sejam adequadas às demandas reais das pessoas impactadas.

- **Educação e Conscientização:** papel importante na promoção de programas educacionais que procuram conscientizar a

população sobre a relevância da igualdade racial, desfazendo estereótipos e preconceitos.

- **Monitoramento e Avaliação:** responsável por monitorar e avaliar a efetividade das políticas implementadas, fazendo ajustes conforme necessário para assegurar resultados positivos e duradouros.

- **Valorização da Diversidade:** contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as pessoas são respeitadas independentemente de sua origem étnica ou racial.

A criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial em Campo Formoso, estabelecida pela Lei 030 de 14 de dezembro de 2022, representa uma conquista significativa para o município. Anteriormente, a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer enfrentava desafios em lidar eficientemente com as necessidades de um município que abrange uma extensão territorial de 7.161 km², com comunidades distantes a mais de 100 km da sede.

Com a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade, que considera as comunidades reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombos, o município agora dispõe de uma entidade dedicada a atender especificamente às demandas relacionadas à promoção da igualdade racial. Essa medida é necessária, dada a complexidade e diversidade das comunidades quilombolas, permitindo uma abordagem mais focalizada e efetiva para atender às suas necessidades e promover a equidade

Quadro nº 01 - Compete à Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial

I – garantir o respeito à dignidade de todo ser humano e o direito do cidadão à autonomia e à convivência comunitária; II – garantir a não discriminação de qualquer natureza no acesso a bens ou a serviços públicos e privados; III – afirmar o caráter multiétnico da sociedade de Campo Formoso; IV – reconhecer os diferentes grupos étnicos, com ênfase na cultura indígena e na afro-brasileira, com elementos integrantes da nacionalidade e do processo civilizatório nacional; V – reconhecer e garantir o respeito às religiões, em consonância com o princípio constitucional da liberdade religiosa; VI – contribuir para a regularização de documentos, de modo a assegurar aos

remanescentes das comunidades quilombolas, a propriedade de suas terras; VII – implantar ações que assegurem, de forma eficaz, a proibição da discriminação, do preconceito racial e do assédio moral em ambientes de trabalho e de educação, dentre outros, respeitando-se a liberdade de crença no exercício dos direitos culturais ou de qualquer direito ou garantia fundamental; VIII – enfrentar desigualdades raciais e promover a igualdade racial como premissa e pressuposto a ser considerado no conjunto das políticas de governo; IX – sustentar a formulação e o monitoramento da política de promoção da igualdade racial, por meio de ações que visem à eliminação das desvantagens de acesso a bens e serviços públicos existentes entre os grupos raciais; X – planejar, organizar, executar e avaliar as atividades, as ações e os programas de políticas públicas de promoção da igualdade racial, os quais terão caráter intersetorial, de modo a garantir a unidade da ação política dos vários órgãos municipais; XI – contribuir para que as instituições da sociedade assumam papel ativo como protagonistas na formulação, na implantação e no monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial. (CAMPO FORMOSO - BA 2022, p.7).

Fonte: Pesquisa realizada em 2024.

Posteriormente com a Lei 059/2023 foi criado o Conselho Municipal de Promoção a Igualdade Racial com membros pertencentes a diversos grupos, não somente quilombolas, mas também povos tradicionais, indígenas, de fundo e fecho de pasto que garante a estes representados direitos já adquiridos e que sem estas representações torna-se mais difícil.

AÇÕES DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Na busca incessante por uma sociedade mais justa e igualitária, a discussão sobre o racismo se torna fundamental. Ao analisar de forma crítica os desafios enfrentados, destaca-se a importância da conscientização, da educação e da promoção da igualdade racial como elementos-chave para a construção de um ambiente mais inclusivo. Neste contexto, a atuação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial emerge como um farol, direcionando esforços e implementando ações afirmativas que

visam não apenas combater o racismo, mas erradicá-lo de maneira eficaz. A seguir expomos algumas dessas.

- Promoção de educação quilombola na jornada pedagógica e de gestores: Essa ação busca elevar a qualidade da educação oferecida às comunidades quilombolas, respeitando sua diversidade cultural, histórica e territorial, e garantindo o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes quilombolas. Articulação junto à secretaria de assistência social: Essa ação visa integrar as políticas de promoção da igualdade racial com as políticas de assistência social, fortalecendo o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente as que sofrem discriminação racial, a geração de renda e a inclusão socioeconômica.

- Criação do FUNPIR com finalidade de captar recursos financeiros para realizar ações de promoção à igualdade racial: Essa ação tem como vantagem criar um fundo específico para financiar projetos e programas voltados para a promoção da igualdade racial, com recursos provenientes de dotações orçamentárias, doações, convênios, acordos e outras fontes.

- Criação do conselho COMPIR com participação de múltiplos agentes: Essa ação tem como vantagem estabelecer um órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, que tem por finalidade propor, acompanhar e avaliar as políticas de promoção da igualdade racial no âmbito municipal.

- Festival da cultura quilombola de Lages e de São Tomé: Essa ação tem como vantagem valorizar e divulgar a cultura quilombola, suas manifestações artísticas, religiosas e tradicionais, fortalecendo a identidade e a autoestima das comunidades quilombolas e promovendo o intercâmbio e o reconhecimento social.

- Homenagem aos mestres da cultura quilombola mestre Pedro Aniceto Celestino e mestre João Reis de Lage dos Negros e de São Tomé respectivamente: Essa ação tem como vantagem homenagear e preservar a memória de dois importantes mestres da

cultura quilombola, que se destacaram por sua atuação na resistência cultural, transmitindo seus saberes e fazeres às novas gerações.

- Exposição dos povos originários: Essa ação tem como vantagem mostrar a diversidade e a riqueza cultural dos povos originários do Brasil, reconhecendo sua contribuição para a formação da identidade nacional e respeitando seus direitos territoriais, sociais e culturais.

- Exposição permanente de cartas de certificação das comunidades reconhecidas como remanescentes quilombolas dando visibilidade e legitimidade às comunidades quilombolas, que se autodefinem como descendentes de escravos que fugiram das fazendas no período colonial, e que possuem uma forte identidade cultural, baseada em tradições, crenças e valores transmitidos de geração em geração.

- Instituição do dia da cultura quilombola no município: Essa ação tem como vantagem instituir uma data comemorativa para celebrar e difundir a cultura quilombola, suas expressões, seus símbolos e seus significados, incentivando o respeito à diversidade e o combate ao racismo e à discriminação.

- Identificação de escritores étnicos no município com registro de mais de 60 produtores de conhecimento étnico/racial/quilombola: Essa ação tem como vantagem identificar e valorizar os escritores étnicos, que produzem obras que abordam temas relacionados à sua etnia, raça ou origem quilombola, contribuindo para a ampliação do conhecimento, da representatividade e da cidadania desses grupos.

- Identificação de mais de 20 casas de religião afro: Essa ação tem como vantagem identificar e reconhecer as casas de religião afro, que são espaços de culto, de preservação e de transmissão da cultura africana e afro-brasileira, que envolve ritos, mitos, símbolos, valores, música, dança, arte e outras expressões, e que também exercem um papel social, educativo e assistencial nas comunidades.

- Adesão ao Conselho Estadual de Gestores Municipais de Promoção a Igualdade Racial: Essa ação tem como vantagem aderir a um conselho que reúne os gestores municipais responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade racial, com o objetivo de articular, integrar, apoiar e fortalecer as ações desenvolvidas nos municípios, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

- Estabelecer parceria com a IRPA para realização de projeto Agenda 2030 no semiárido: Essa ação tem como vantagem estabelecer uma parceria com a Iniciativa Regional de Promoção da Igualdade Racial no Semiárido (IRPA), que é uma rede de organizações da sociedade civil que atua na promoção dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das populações negras e quilombolas do semiárido brasileiro, e que desenvolve um projeto voltado para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que é um conjunto de 17 objetivos e 169 metas que visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade para todos.

- Resgate de manifestações culturais e tradicionais: Essa ação tem como vantagem resgatar e revitalizar as manifestações culturais e tradicionais das comunidades quilombolas e de outros grupos étnicos, que são formas de expressão de sua identidade, de sua memória, de sua resistência e de sua criatividade, e que também são patrimônios imateriais da cultura brasileira.

- *Workshop* Balé Afro e Amassa Barro: são duas modalidades de dança que envolvem elementos da cultura africana e afro-brasileira, como os ritmos, os movimentos, as cores, as vestimentas e os adereços, e que também trabalham aspectos físicos, emocionais, mentais e espirituais dos participantes, além de outras ações que possam promover a valorização, a difusão e a integração da cultura afro.

Ao apresentar estas ações afirmativas, busca-se ilustrar como a secretaria tem desempenhado um papel ativo na desconstrução de estereótipos, na promoção da diversidade e na criação de oportunidades equitativas. Através dessas práticas, a secretaria não

apenas reage às manifestações de racismo, mas proativamente trabalha na construção de uma sociedade que reconhece e celebra as diferenças. Reafirma-se assim, o compromisso de todos na construção de um futuro livre de preconceitos e marcado pela verdadeira igualdade racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A Importância da Articulação e Promoção da Igualdade Racial no Combate ao Racismo", é evidente que a busca por uma sociedade verdadeiramente justa e equitativa é uma jornada complexa e contínua. À luz das descobertas apresentadas, é possível destacar considerações essenciais como o reconhecimento da necessidade de mudança. O exame detalhado das raízes históricas e das manifestações contemporâneas do racismo reforça a necessidade crítica de mudanças profundas. É imperativo reconhecer que o status quo não apenas perpetua a desigualdade racial, mas também mina os fundamentos de uma sociedade justa.

A articulação entre diferentes setores da sociedade se revela como uma estratégia fundamental no combate ao racismo. Assim, como a colaboração entre instituições e organizações não governamentais e a sociedade civil é essencial para a implementação eficaz de políticas e ações que promovam a igualdade racial.

A análise das estratégias de promoção da igualdade racial, como políticas afirmativas e educação antirracista, demonstra seu impacto positivo na desconstrução de estereótipos e na redução das disparidades raciais. Essas estratégias não apenas abordam sintomas, mas também atingem as raízes do problema. Logo, a conscientização pública e a educação continuam a ser ferramentas cruciais na luta contra o racismo. Iniciativas que desafiam preconceitos, promovem o entendimento e celebram a diversidade desempenham um papel essencial na transformação cultural necessária para alcançar a igualdade racial.

Para efetuar mudanças duradouras, é essencial um compromisso contínuo de todos os setores da sociedade. Governos, instituições, comunidades e indivíduos compartilham a responsabilidade coletiva de promover a igualdade racial e combater o racismo em todas as suas formas.

Em síntese, este estudo reforça a ideia de que a igualdade racial não é apenas uma aspiração moral, mas uma necessidade imperativa para o avanço da sociedade. A articulação eficaz e a promoção de estratégias inclusivas são passos necessários em direção a um futuro onde a diversidade é não apenas aceita, mas celebrada. Bem como uma realidade indiscutível. Este é um chamado para uma ação coletiva constante, pois somente através da colaboração e do comprometimento conjunto pode-se verdadeiramente superar os desafios persistentes do racismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. *Estatuto da Igualdade Racial: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.* Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. *Constituição federal 1988.* [s.l: s.n.].

CAMPO FORMOSO (BA). Lei 030/2022, 14 de dezembro de 2022

CAMPO FORMOSO (BA) Lei 059/2023, 01 de dezembro de 2023

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988)

GONZALEZ, Lélia. *Democracia racial? Nada disso!* (1981).

CAPÍTULO 11

ANÁLISE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS ATRAVÉS DA LITERATURA INFANTO- JUVENIL

Adriana Vieira dos Santos¹
Jamara Ferreira dos Santos Jesus²

RESUMO

Esse estudo discute a literatura no que se refere ao conhecimento étnico racial. E, portanto o objetivo geral é compreender a importância da literatura nas reflexões das relações étnicas raciais. Metodologicamente, quanto a natureza é uma pesquisa qualitativa, quanto aos objetivos é exploratória. O instrumento de coleta de dados foi um questionário. Os sujeitos da pesquisa são quinze (15) professores que lecionam nas modalidades de ensino da Educação Infantil, do Ensino Fundamental anos Iniciais e Anos Finais e do Ensino Médio no município de Campo Formoso - BA, os quais responderem perguntas sobre questões étnico-raciais, o entendimento sobre a educação das relações étnico-raciais na infância e também sobre o objetivo das relações étnico-raciais. A Base teórica está fundamentada em BrasiL, (2009), Cortella, (2000), Dias,(2012) , Pavarino, Dell Prette, (2005) entre outros. Verificou-se que trabalhar com a literatura é uma excelente proposta para realizar intervenções, trabalhar de forma significativa na sala de aula oportuniza refletir a pluralidade, diversidade, inclusão e equidade. Além de agir com senso crítico e contribuir para realizar transformações na realidade local.

Palavras - chaves: Literatura infanto-juvenil; Identidade; Negritude.

¹ Mestranda em Ciências da Educação World University Ecumenical - WUE Flórida/EUA. e-mail: drica_vieirasantos@hotmail.com

² Mestranda em Ciências da Educação World University Ecumenical - WUE Flórida/EUA. e-mail: jamarafferreira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A Análise das relações étnico-raciais através da literatura infanto-juvenil é o tema central deste trabalho. Tendo como objetivo geral compreender a importância da literatura nas reflexões das relações étnicas raciais. E como objetivos específicos sensibilizar aos professores à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas ao combate, as discriminações raciais; possibilitar o reconhecimento de pessoas negras na cultura brasileira e refletir sobre as relações étnico raciais através da literatura.

Esta pesquisa foi realizada para atender uma proposta de atividade da Disciplina Educação e a relação de gênero E Étnico-racial I E II do Curso de Mestrado em Ciências da Educação da University Ecumenical, sendo uma excelente oportunidade de ampliar e aprimorar conhecimentos a partir da realização de leitura e de uma pesquisa com professores de diferentes seguimentos da educação básica. O desenvolvimento do trabalho pondera o estudo referente a cultura africana e afro-brasileira dentro da instituição escolar através da literatura, consolidando-se a relação entre a literatura e a formação do indivíduo, na perspectiva de a temática receber maior atenção e ser devidamente trabalhada.

A Literatura Infanto – juvenil é um rico material, repleto de histórias, memórias, diversidade cultural, fantasia, encantamento e valores humanos, considerada uma potência para o universo maravilhoso da leitura que permite refletir sobre as vivências e experiências, bem como se posicionar no mundo. Além disto, o texto literário é responsável por estimular a criatividade, a imaginação e por auxiliar na construção de diversos conhecimentos.

A abordagem das questões étnico-raciais na literatura infanto-juvenil pelos docentes fortalece o reconhecimento da diversidade e da identidade. As informações e as histórias nas obras literárias ajudam crianças e adolescentes a adquirir conhecimentos, bem como a valorizar e respeitar. E quanto as pessoas negras acrescenta-

se a importância de reconhecer-se, elevar sua autoestima e superar o complexo de inferioridade. Considera-se que essas ações contribuem para a construção de uma escola de qualidade socialmente referenciada.

O texto literário possui atributos importantes na interação com o leitor, sendo capaz de motivá-lo reviver na obra literária sua própria história. Nesta perspectiva nasce o interesse de realizar um artigo com o tema análise das relações étnico-raciais através da literatura infanto-juvenil. Se a temática é importante para o entendimento da identidade do povo brasileiro e para o rompimento de preconceitos existentes na sociedade, por que não trabalhar na escola?

É imprescindível realizar estudos e reflexões na escola referente ao tema citado e dentro de várias alternativas que possibilitam a concretização dos mesmos para criança e adolescente através da literatura infanto-juvenil que potencializa o saber e transforma realidade. O presente artigo traz uma reflexão para os leitores desta verdade.

BREVE HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL

A literatura é a arte da palavra que comunica, permite interação social, transmite conhecimento e cultura de uma comunidade. Envolve imaginação, mentalização, antecipação e aprendizagem. Enriquece o campo cultural, social, reflexivo, crítico e emocional. Promove crescimento pessoal e educacional. Ela é uma ferramenta importante, eficiente para informar e formar, auxilia no processo de transformação social e é indispensável para todas as faixas etárias, inclusive para as crianças.

A literatura infantil surgiu no século XVII e XVIII num período que acontecia transformações sociais na sociedade dando primazia a família e a escola. No século XVII, Fenélon (1651-1715), visando disciplinar as crianças contando as histórias maniqueístas, ou seja, concebia a realidade sob um ponto de vista dualista com dois princípios opostos, as quais tinham como finalidade transmitir aos

leitores a diferença entre o bem e o mal. Ainda no século XVII, Perrault coleta narrativas populares e lendas da Idade Média e adapta-as, atribuindo-lhes valores comportamentais da classe burguesa, constituindo os chamados contos de fadas (Cademartori, 1986).

Ao transcorrer dos anos, essa perspectiva passou a contar, informar também aos adolescentes, quando então se originou as histórias infanto-juvenis, em meados de 1750. No Brasil, surge a princípio com as adaptações de textos europeus feitos, por Alberto Figueiredo Pimentel, e só a partir de 1922, surge uma produção própria escrita por Monteiro Lobato e vem sendo aprimorada com muita luta para vencer as dificuldades. Nas últimas décadas, a literatura infantil brasileira mostra-se rica e diversificada, com vários enfoques e para todas as faixas etárias

As narrativas infantis proporcionam momentos alegres, descontraídos, novos conhecimentos; favorece a ludicidade e determina uma relação forte entre o mundo imaginário e a realidade. A partir das narrativas, a criança desenvolve habilidades de admirar, criar, compreender e produzir; age no intelecto, influenciando a maneira de pensar.

[...] estimula, nas crianças, interesses adormecidos que esperam que essa espécie de varinha mágica os desperte para aspectos do mundo que as rodeia; age sobre as forças do intelecto, como a imaginação ou o senso estético, que precisam do impulso de correntes exteriores para adquirir pleno desenvolvimento na evolução psíquica da criança. (JESUALDO, 1978, *apud* COSTA, 2005, p.61).

Entende-se que uma das funções na narrativa de obras literárias é alertar o leitor sobre as questões étnico raciais presentes no contexto ao qual é representada, seja para expressar suas vivências com o sistema social discriminador e explorador, o desenvolvimento cognitivo e emocional, luta e resistência do personagem pobre e negro. Por conseguinte, Francisco (2006, p.144) defende que, “implica reconhecer a existência da cultura negra e, por isso, compreender as ações e o sentido das ações do negro

brasileiro, na construção de sua identidade, afirmação política e resistência que o revelam como sujeito social e histórico.”

Felizmente hoje muitos estudos são realizados, muitas literaturas desenvolvidas visando a valorização da identidade e da cultura negra. Por isso, é de suma importância que os mesmos sejam compartilhados nas instituições escolares, para garantir força ao combate dos preconceitos, fortalecer o reconhecimento da identidade e da diversidade; e incentivar o aluno negro a prosseguir sua jornada com uma boa autoestima, a fim de formar cidadãos que atuam eficazmente, aptos a transformar a sua realidade social.

A representatividade racial é um instrumento imprescindível para o combate ao racismo e a construção de uma sociedade empática e inclusiva. De modo histórico, o compromisso com o ensino étnico na literatura infantil mostra alguns problemas relacionados ao personagem negro no Brasil. Há uma busca pela consolidação; uma literatura compreensível e tratável nas instituições escolares. Como afirma Cuti (2010, p. 33): “A par do surgimento da personagem negra em livros de autores brancos ou mestiços, mediada pelo distanciamento, a produção de autores negros segue sua trajetória de identidade e de consolidação gradativa de uma alteridade no ponto de emanação do discurso.”

Nota-se que mesmo com o avanço nas reflexões nas relações étnicas raciais, o processo para reconhecimento e valorização do negro acontece de forma gradativa com grandes superações. Sendo assim não pode haver ausência de personagens negros nas histórias infantis para não criar uma imagem preconceituosa e contribuir para uma ordem social desigual. Fazendo referência ao que Duarte (2010, p. 18) afirma, “há que se ressaltar a prevalência do trabalho com a linguagem sobre os valores éticos, culturais, políticos e ideológicos presentes no texto”.

Portanto, é notório compreender a importância de contar histórias étnico-raciais como uma ferramenta pedagógica que oportuniza várias possibilidades de aprendizagens para as crianças, pois por meio delas pode-se possibilitar o reconhecimento

(pertencimento) com a identidade e práticas do cotidiano. Ressalta-se que ainda em muitos países da África persiste as narrativas orais em detrimento das escritas, cultura esta relevante de ser adotada por demais povos.

E quando se pensa na questão da literatura afro-brasileira, a linguagem é de suma importância para instituir sua marca cultural, numa tentativa de “ruptura com os contratos de fala e escrita ditados pelo mundo dos brancos.” (DUARTE, 2010, p. 19).

Desta forma é positivo a prática da apresentação de literatura que abordem questões raciais, tendo em vista que tais tipos de relatos reforçam uma tradição e memória comuns. Para tanto, a cultura oral e escrita dos povos africanos não deve ser colocada enquanto retrógrada, mas sim como uma forma de sobrevivência de seus valores, na tentativa de resguardar seu patrimônio cultural, que vem sobrevivendo até os dias de hoje.

OS SABERES NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL

O texto literário introduz um universo que, por mais distanciado do cotidiano o leva a refletir sobre sua rotina e a incorporar novas experiências [...] o texto artístico talvez não ensine nada, nem se pretenda a isso; mas seu consumo induz a algumas práticas socializantes que, estimuladas, mostram-se democráticas, porque igualitárias (ZILBERMAN, 1998 p. 19).

Declara-se que o mundo construído na narrativa é fictício e paralelo ao contexto do educando; o mesmo permite ao leitor refletir e viver experiências que estão conectadas a sua realidade, também favorece aos envolvidos na educação entendimento suas aspirações, compreensão da coletividade e da história que determinam sua situação atual. O trabalho pedagógico utilizando as obras literárias pode formar pessoas críticas, participativas, humanas, empáticas e capazes de elaborar uma sociedade tolerante, pronta a viver com a diversidade. Trabalhar com a

literatura infanto-juvenil é uma forma de ampliar conhecimento, contribuir com a apropriação da linguagem, enriquecer o vocabulário, estimular a criatividade e compreender a realidade. A literatura infanto-juvenil como linguagem artística possibilita viver dramas e tragédias e pode contribuir para um processo de aprendizagem que se aplica a objetividade das ações em torno da temática das discussões étnico-raciais. (ROESCH e REAL, 2012, p. 4).

Os saberes nas narrativas também é uma oportunidade para reflexões e compreensão acerca das relações étnico-raciais na sociedade e incentiva o leitor a uma mudança de padrões determinado pela própria cultura. É importante apresentar para a criança narrativas e conhecimentos da cultura negra que ajudará a criança branca a conviver harmonicamente com as diferenças e permitirá a criança negra uma identificação cultural. Assim, Perroti (1986, p. 70) explica que,

por meio da literatura podemos ressignificar a realidade e a partir deste sentido, mostrar à criança negra leitora da história que embora pareçam fixos - o mito da democracia racial não permite visualizar esse problema - os lugares sociais podem ser alterados, ou seja, o negro pode ser símbolo de beleza, pode exercer qualquer profissão e gozar dos mesmos direitos dos brancos.

A oferta de literaturas infanto-juvenis que tratam personagens negras de forma positiva e como protagonistas das suas histórias são essenciais para a formação identitárias das crianças, mas principalmente para a toda a comunidade escolar que terá a oportunidade de conhecer uma personagem negra em um contexto diferente alargando a possibilidade de conceber o mundo. Certificando-se da potência que é trabalhar com texto ficcional em sala de aula é possível compreender o quão importante é trazer a literatura negra ou afro-brasileira e africana para escolas, “é de fundamental importância para pensar a formação de leitores-cidadão e uma sociedade antirracista” (DEBUS, 2017, p. 111).

LITERATURA INFANTO-JUVENIL E A NEGRITUDE

É possível encontrar discriminação, racismo na literatura infanto-juvenil relacionada a negritude, às questões étnico-raciais por razão do negro, normalmente, ser representado na literatura em posições sociais que reafirmam estereótipos cheios de preconceitos que excluem e não representam a vivência do indivíduo ou de determinado grupo. Também é importante ressaltar que o negro tem enfrentado e vencido muitos desafios para ter sua identidade reconhecida na construção social, histórica e cultural e junto com as lutas sociais, esse reconhecimento tem aumentado e chegado nas escolas com o objetivo de valorizar a participação da cultura africana na construção da sociedade.

(...) o negro, apesar de imerso em condições socioeconômicas e políticas adversas, logrou preservar, reelaborar e sustentar sua cultura e desdobrar a herança africana (...). Assim é que foi possível ao negro, coletiva e individualmente falando, recriar e restabelecer, no Brasil, sua identidade humana (FRANCISCO, 2006, p. 143).

Nesse contexto é imprescindível a aplicabilidade das literaturas que informam e também sensibilizam o educando, incluindo também as crianças, personagens interessadas nestas literaturas que não tem atuação efetiva na produção das mesmas; sua representação ocorre da perspectiva do adulto; e este como cidadão consciente precisa refletir, produzir, socializar, educar, oportunizar a criança a compreender a valorização e o respeito mútuo independente da cor.

Tanto os “Parâmetros Curriculares Nacionais” (PCNs) como as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana” têm hoje força de lei e representam uma vontade de democratização e correção de desigualdades históricas na sociedade brasileira. “Na prática, eles serão o que as escolas e os

professores que os implementarem fizerem. O que é possível fazer a partir deles”? (ABREU; MATTOS, 2008, p. 6).

É perceptível que existe um olhar diferenciado em relação a cultura africana, principalmente a partir da Lei 10.639/03. Atualmente muitos autores se debruçam em estudos incansavelmente com a finalidade de minimizar os estereótipos a qual as personagens negras são submetidas e motivar as pessoas a viverem uma democracia racial e efetiva.

Diante do exposto, os educadores precisam se apropriarem do conteúdo “etnias-raciais” através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, da Lei acima citada, da BNCC – Base Nacional Comum Curricular, das informações, das literaturas e trabalhar de forma efetiva nas escolas, tendo em vista que sua prática influenciará na democratização e correção das desigualdades sociais; e numa atitude compromissada enfatizará o negro como um ser que é humano dotado de saberes, competências, habilidades e que tem a mesma oportunidade de atuar em qualquer ambiente como um cidadão do bem, responsável, digno de respeito e excelentes reconhecimentos. Para isso, o uso da literatura deve ser compreendido como uma possibilidade de problematizar as questões étnico-raciais, o valor da negritude, com a perspectiva de uma sociedade com futuro menos preconceito.

METODOLOGIA

A metodologia adotada baseia-se em uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória. O *locus* dessa pesquisa foram escolas da Educação Básica do Município de Campo Formoso – BA. E o corpus da forma 15 professores que atuam nas modalidades de ensino da Educação Infantil, do ensino anos iniciais e finais e do ensino médio. O instrumento de coleta de dados foi um questionário aplicado através da ferramenta *google forms*, preenchimento virtual.

Os procedimentos de coleta dos dados supracitados tiveram o intuito de relacionar os dados para a interpretação, a partir das

contribuições e respostas atribuídas as seguintes perguntas: : O que eles (docentes) compreendem por questões étnico-raciais? Qual a visão que têm sobre a relação étnico – racial na infância? Como consideram a aplicabilidade das obras literárias infanto-juvenis em sala de aula?

Os dados analisados foram registrados em tabelas, constatando o entendimento que os profissionais da educação questionados têm em relação as questões étnico-raciais, além disto, inspirar a possibilidade da prática em sala de aula no desenvolvimento de várias atividades, reflexões a partir de obras literárias, proporcionando uma boa formação do ser humano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a reflexão das leituras realizadas, análise das afirmações dos professores colaboradores desta pesquisa e da compreensão da importância da literatura nas reflexões das relações étnicas raciais é considerável a aplicabilidade desta temática em sala de aula através de obras literárias, a qual contribui para uma educação formativa para além dos muros da escola.

Os resultados estão expressos a seguir através de quadros e fundamentada por autores que trazem informações pertinentes sobre a temática.

Quadro nº 01 – conhecimento sobre questões étnico-raciais.

1 Quais são as questões étnico-raciais?
Desigualdade social, racismo e a discriminação. Construção de uma sociedade justa. Desrespeito, desvalorização da pessoa negra frente ao branco em relação à capacidade, beleza, caráter por vezes empecilhos para um bom convívio social. Aprendizagem entre brancos e negros. Equidade, representatividade, identidade. Preconceito, bullying e machismo.

A construção de uma sociedade igualitária para todos, sem distinção de gênero, etnia, raça e cor.

Fonte: Pesquisa realizada em 2024.

Os argumentos acima mostram que em relações o teor étnico-raciais existem problemas, situações desagradáveis que interferem negativamente na vida de qualquer ser humano, principalmente nas pessoas negras que enfrentam muitas vezes a intolerância, rejeição, aversão no seu cotidiano. E também expõem ideias que são favoráveis a construção de uma sociedade mais justa, que apresentam convicções fortalecidas no senso de justiça e as virtudes da cidadania.

Existem várias virtudes; no ensejo destaco empatia – habilidade de se colocar no lugar do outro; é respeitar as diferenças, as crenças, os objetivos e os limites dos outros. Pavarino, Del Prette e Del Prette (2005) definem a empatia como o potencial de aprender sentimentos e identificar-se com a situação do outro, expressando essas características por meio de ações. Além disso, possui três aspectos básicos: cognitivos, afetivos e comportamental, sendo uma subclasse das habilidades sociais.

Diante do exposto, percebe-se que há necessidade de prosseguir a luta de conscientização em relação ao respeito mútuo independente de cor. Com empatia unir forças com a pessoa negra aceitando-a, valorizando e oportunizando a mesma se expressar e agir sem preocupação, timidez e temor. Nessa perspectiva é imprescindível priorizar os valores e permitir que na sociedade realmente haja com equidade.

Quadro nº 03 – Visão sobre a educação das relações étnicos raciais

2 Qual sua visão sobre a educação das relações étnico-raciais na infância?

Desde a infância, devemos refletir junto com as crianças, a importância do respeito às diferenças, do amor, da igualdade e garantia de direitos de todas as pessoas, independente da raça a qual pertence.

É importante ensinar as crianças sobre sua história, suas raízes e dar a elas inúmeros motivos para se orgulharem da sua pele, seu cabelo, seus traços e principalmente de toda riqueza cultural do seu povo.

Direitos igualitária

Momento em que começam a respeitar o próximo.

Oportunidade para desmistificar essa segregação racial visto que somos frutos da miscigenação, nativos de uma comunidade quilombola, de forma que ter preconceito racial significa negar a própria origem.

Aprender a conviver com as diferenças.

Muito necessária.

Deveria ter em todas as escolas quilombolas.

É necessário que as crianças reconheçam a sua cultura e seu povo para que firmem sua identidade em sua idoneidade.

Melhora a visão geral dos problemas raciais.

Extremamente importante, pois vivemos em um país miscigenado, cheio de cultura. Esse conhecimento precisa ser passado desde bem cedo, para que as crianças conheçam suas próprias histórias.

É um problema crônico e que precisa ser trabalhado desde cedo principalmente em casa, na escola e em círculos de convivência.

Trabalhar essa questão na infância ajuda na construção de uma sociedade igualitária, justa, onde o respeito prevalecerá.

Fonte: Pesquisa realizada em 2024.

Sobre a educação das relações étnico-raciais na infância, os colaboradores da pesquisa afirmaram que deve-se refletir junto com as crianças a importância do amor, da igualdade, dos direitos, do pertencimento de raça, sua história, suas raízes, cultura, miscigenação no país, comunidade quilombola, orgulho das próprias características físicas, identidade, origem e preconceito racial. Trabalhar essas questões desde esse período de vida ajudará resolver o problema crônico de preconceitos no país e ajudará a construir uma sociedade igualitária e justa. É importante trabalhar heranças culturais, ainda que seja de forma lúdica e/ou através da literatura.

Também acreditamos que o lúdico é fundamental ao abordamos a diversidade étnico-racial na educação infantil; não se trata aqui de falar para os pequenos sobre os malefícios da escravidão no Brasil ou de como é feio discriminar, deve-se buscar no patrimônio cultural

brasileiro referências que as levem a conhecer a história e a cultura afro-brasileira e indígena de modo que as valorizem. Trabalhar com esse patrimônio, com as suas diferentes linguagens, será de fato uma contribuição para se construir novos olhares sobre as histórias e as heranças culturais desses grupos ainda insuficientemente valorizadas no currículo da educação infantil (DIAS, 2012, p. 666).

Efetivamente o estudo de relações étnico raciais já na infância facilita o reconhecimento e a valorização da diversidade e da identidade; fortalece relações humanas e proporciona superação de discriminação. Nessa perspectiva é válido ressaltar Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), institucionalizada pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 5 de 2009, no qual orienta para que as propostas pedagógicas garantam:

A valorização da diversidade das culturas das diferentes crianças e de suas famílias, por meio de brinquedos, imagens e narrativas que promovam a construção por elas de uma relação positiva com seus grupos de pertencimento, deve orientar as práticas criadas na Educação Infantil ampliando o olhar das crianças desde cedo para a contribuição de diferentes povos e culturas. Na formação de pequenos cidadãos compromissados com uma visão plural de mundo. É necessário criar condições para o estabelecimento de uma relação positiva e uma apropriação das contribuições histórico culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América, reconhecendo, valorizando, respeitando e possibilitando o contato das crianças com as histórias e as culturas desses povos (BRASIL, 2009).

Quadro nº 03 – Objetivos da relações étnico raciais

3 Qual(is) o(s) objetivo(s) das Relações Étnico étnico-raciais?
Aprendizagem entre brancos e negros. Construção de uma sociedade mais justa, igual e equânime. Todas as alternativas são consideradas verdadeiras.

Fonte: Pesquisa realizada em 2024.

Ao questionar sobre o objetivo das relações étnico-raciais, das quinze pessoas que colaboraram com a pesquisa, apenas cinco acertaram o questionamento, afirmando que todas as questões são verdadeiras. Os objetivos são: Aprendizagem entre brancos e negros; trocas de conhecimentos, quebra de desconfiança, construção de uma sociedade mais justa, igual e equânime. Empenhar-se com muita dedicação ao conteúdo acima enfatizado desde cedo, seja em casa, na escola e em círculo de convivência possibilitará o crescimento intelectual, transformação na realidade social, deixando prevalecer a democratização e o respeito mútuo.

É importante enfatizar que é uma oportunidade de direcionar a formação de um adulto sábio, flexível, autônomo, reflexivo, prudente e respeitador. Cortella defende que os valores criados por uma comunidade produzem uma “moldura” na existência individual e coletiva, de modo a enquadrar atos e pensamentos, situando-os em uma visão de mundo (uma compreensão da realidade) que informe (dê forma) aos conhecimentos e conceitos (nossos entendimentos); é a partir de conceitos que guia-se a existência e, de uma certa forma, porque antecedem ações, também conceitos prévios, preconceitos (pré-conceitos). Entretanto, valores, conhecimentos e preconceitos mudam, porque humanos devem mudar; como vida é um processo e processo é mudança, ser humano é capaz de ser diferente.

A criança de hoje será o adulto de amanhã, portanto o cuidado, a atenção e a formação em diferentes áreas da vida e em diferentes assuntos, inclusive etnia racial, é extremamente importante para formação de caráter, torná-las emocionalmente e conscientemente

saudáveis e com práticas responsáveis, positivas e produtivas. Diante do exposto nota-se que é imprescindível os educandos refletirem, agirem continuamente sem preconceitos, sabiamente lutarem pela equidade e combaterem toda discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se a representação das relações étnico-sociais sob a perspectiva do adulto nos livros infanto-juvenis tem perpetuado a naturalidade com que é tratado na sociedade o preconceito racial. A literatura infanto-juvenil passa por questões formadoras, mas os saberes não devem ser a primeira e principal preocupação, pois eles se darão de forma indireta e diferente para cada indivíduo.

Para corroborar com uma educação que alcance as diversidades, a literatura transforma-se em um importante instrumento de formação para as questões étnico-raciais dentro da escola. Portanto, no presente estudo atribuiu-se especial atenção à dimensão formativa da literatura, fazendo dela parte integrante do corpus de análise por meio das respostas dos professores colaboradores diante de perguntas que abordam a temática étnico-racial, bem como o embasamento teórico de alguns autores que tecem importantes considerações a respeito das relações étnico-raciais e a literatura.

As contribuições desta pesquisa estão para a necessidade de práticas docentes inovadoras em sala de aula, a fim de contribuir com o combate e enfrentamento à discriminação e ao preconceito no ambiente escolar. A mesma possibilitou o reconhecimento e a valorização de pessoas negras na cultura brasileira, assim como o despertar para a multiplicação deste conhecimento dentro da escola através da literatura.

É interessante ressaltar que a prática pedagógica desenvolvida com compromisso ético e de forma responsável, muito influenciará na construção de uma educação infanto juvenil de qualidade. Garantirá aos alunos conhecimentos com diferentes linguagens que

permitem a conscientização da aceitação da própria identidade e o respeito a diversidade da cultura. Nesta pesquisa a valorização da literatura é uma ferramenta imprescindível para a atuação na sala de aula para a realização de reflexões e aprendizados.

Após finalizar este artigo expressa-se o desejo de que esta proposta seja para vocês leitores tão importante quanto foi para as autoras deste, enquanto propositoras da iniciativa, para professores participantes de práticas pedagógicas tão ímpares e necessárias. Que se constitua, reitera-se, como mais um mecanismo de resistência na busca pelo direito à educação de qualidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. *Em torno das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira: uma conversa com historiadores*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan.- jun. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica – Brasília: 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/subsidios_dcn.pdf acessado em 17/10/09.

CADEMARTORI, Lígia. *O que é literatura infantil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros Passos.

CORTELLA, Mário Sérgio. *A escola e o conhecimento – fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Cortez, 2000.

CUTI. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DEBUS, Eliane. *A temática da cultura Africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*. São Paulo: Cortez: Centro de

Ciências da Educação, 2017 DOSSIÊ - Educação e Relações Étnico-Raciais: o Estado da Arte • Educ. rev. 34 (69) • May-Jun 2018 • <https://doi.org/10.1590/0104-4060.5723>

DIAS, Lucimar Rosa. No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo. 2007. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura afro-brasileira: um conceito em construção*.

FRANCISCO, Dalmir. Comunicação, Identidade Cultural e Racismo. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PAVARINO, Michelle Girade; DEL PRETTE, Almir; DELL PRETTE, Zilda. *Agressividade e empatia na infância: um estudo correlacional com pré escolares*. *Interação em Psicologia*, v.9, n. 2, p.215-225, 2005. Disponível: <<http://pesquisa.bvs.br/Brasil/recource/pt/psi-33623>> Acesso em: janeiro 2017.

PERROTI, Edmir. *O texto sedutor na literatura infantil*. São Paulo: Ícone, 1986.

ROESCH, Isabel Cristina e REAL, Daniela Corte. BENEDITO e ZECA, *heróis negros: possibilidades de reflexão para a formação docente*. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2012/01/Isabel-Cristina-Roesch-e-Daniela-Corte-Real.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

TEDESCO, A.L., REBELATTO, D.M.B. *Qualidade social da educação: um debate em aberto* Perspectivas em Políticas Públicas | Belo Horizonte | Vol. VIII | Nº 16 | P. 173-197 | jul/dez 2015 IN: <http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/viewFile/1020/737>

ZILBERMAN, Regina. *Sim, a literatura educa*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

CAPÍTULO 12

DESGUALDADE RACIAL NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO DE LUTAS PARA SUPERAÇÃO DE PRECONCEITO

Cornelia Cristina das Virgens¹

Edineide Souza Santana²

RESUMO

Este estudo objetiva analisar a desigualdade racial brasileira, dentro do contexto histórico de lutas para superação de preconceitos. É uma pesquisa qualitativa. Os sujeitos voluntários são professores, totalizando seis profissionais os quais atuam na Educação Municipal, na cidade de Campo Formoso-Ba e um treinador esportivo que desenvolve um trabalho voluntário com crianças e adolescentes dos sexos masculino e feminino, em Tiquara, localidade rural da mesma cidade. o instrumento de coleta de dados foi um questionário. A base teórica esta fundamentadas em Cunha (2019), Guimarães. (2002). Hall, (2005). Através das informações coletadas, identificou-se possíveis posturas preconceituosas nas esferas social, pessoal e estrutural. Entre elas: o tratamento diferenciado sofrido por um dos sujeitos voluntários desse estudo, (treinador esportivo) por parte de um policial, uma abordagem violenta e desnecessária, tal postura demonstra preconceito social. Ao tratar diferente duas pessoas atribuindo desvantagem a uma delas, somente pela cor de sua pele (negra), o profissional de segurança, acentua uma própria característica preconceituosa. Com e situação vivenciada pela pessoa que aborda e o abordado, percebe-se que no Brasil, de forma estrutural, ainda perpetua a discriminação racial, ou seja, mesmo diante de várias tentativas em solucionar o problema, na prática ainda não surte

¹ Mestranda em Ciências da Educação World University Ecumenical - WUE Flórida/EUA. e-mail

² Mestranda em Ciências da Educação World University Ecumenical - WUE Flórida/EUA. e-mail edineide84@hotmail.com

muito efeito. Nas falas dos educadores, os quais participaram desse estudo a questão do preconceito, discriminação e desigualdade relacionados a cor da pele, são tratados como sendo problemas que ainda não foram superados no decorrer da história do povo brasileiro.

Palavras chave: Racismo; Preconceito racial; discriminação; desigualdade.

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi desenvolvido Para o Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela World University Ecumenical. Disciplina Educação e a Relação de Gênero e Étnico Racial, solicitado pela Profa. Dra. Francisca Vilani de Souza. A proposta abordada nesta pesquisa, a qual traz como temática “A Desigualdade Racial no Brasil: Contexto Histórico de lutas para superação de Preconceito,” dar segmento a análise da observação desde os tempos primórdios da colonização do Brasil, onde esta foi realizada com o domínio do etnocentrismo europeu em detrimento dos africanos e indígenas, compactuando com ideias de superioridade racial, domínio e exploração do Continente Africano. Atitudes aceita na época como natural. Este desfecho da história do passado ainda reflete na atualidade através do preconceito no cotidiano.

Em pleno século XXI o negro ainda é abordado nas ruas pela polícia (como foi relatado por uma pessoa entrevistada), simplesmente pela cor da sua pele, causando situação de constrangimento para o abordado e reconhecimento da voz do racismo gritante do abordador. O racismo prevalece por atitudes, expressões que estão presentes na mídia e que vão sendo reproduzidas diversas vezes inconscientemente, resultando em consequência negativas ao desenvolvimento de afrodescendentes.

Nossa história carrega marcas desde o período colonial em que os africanos foram trazidos para o Brasil como escravos, sujeito a todo tipo de violência causando consequências irreparáveis a está subjugação. Questões acordadas aqui, provocando reflexão nos

envolvidos (mestrandas e entrevistados), bem como o despertar da sensibilidade, em possíveis leitores que tenham interesse pelo que está sendo colocado, sobre o tema, pode contribuir de forma significativa para mudanças de posturas no sentido de amenizar os conflitos provocados pelo racismo, discriminação e desrespeito vitimando a população negra.

DEFINIÇÕES DE O RACISMO

De maneira geral o racismo está ligado a uma ideia absolutamente equivocada de que há diferenças externas e corporais entre os seres humanos, que se manifestam em grau de superioridade ou inferioridade de determinados grupos. Para o professor Silvio Almeida o racismo se diferencia do preconceito e da discriminação racial. O preconceito é entendido como a definição de um conceito sobre determinada pessoa, ou grupo, isso ocorre, por exemplo em frases pejorativas, como: "são negros " mais violentos visto que pressupõe e conceitua que negros são violentos.

A discriminação racial é entendida como dá o tratamento diferenciado a alguém ou a um grupo em razão da sua raça. No entanto, o racismo entendido pela forma sistemática de discriminação, por meio de práticas conscientes ou inconsciente resultando em desvantagem. Desigualdade social entre brancos e negros é maior nos estados mais ricos. Um levantamento mostra a cor da desigualdade social no Brasil, principalmente nos estados mais ricos um desequilíbrio que impacta diretamente na qualidade de vida, pois são nos estados mais ricos que se agregam a maioria dos negros no mercado de trabalho mesmo com os avanços que já se mostram ainda são os negros que ficam com a fatia menor.

Segundo dados do IBGE, em 2020, a população negra (pretos e pardos) representava cerca de 56% do total. Ainda assim, a taxa de desemprego entre negros é mais alta, a renda média é menor e o acesso a serviços básicos como saúde e educação apresenta desigualdades profundas.

A desigualdade social está estampada na distribuição de renda nas oportunidades de trabalho no desenvolvimento e, principalmente na questão da violência. No Brasil, racismo é considerado crime. A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, explica que:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional."E ainda: "Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa.

A discriminação racial, está por todos os lados, nos lugares mais frequentados principalmente por aqueles que sofrem na pele diariamente. Precisa-se combater o racismo e a discriminação, pois é uma luta principalmente para os negros que ao falar de racismo sofre novamente pela a dor passada, e aos brancos por medo de admitir que são racistas, pois precisa-se extinguir da sociedade esse ato racista. Todo preconceito é fruto de falta de conhecimento e ignorância.

O psicólogo norte Americano Gordon Allport (1897-1967) pioneiro nas teorias de personalidade no livro "the Nature of prejudice"(A natureza do preconceito) desenvolveu uma análise muito sistemática e detalhada do preconceito.Discriminação, preconceito, racismo problema secular iniciado desde a colonização no país no processo de socialização, sendo reproduzido entre várias gerações, permanecendo na atualidade, sendo difundido nas atitudes e vocabulário da sociedade.

No que se refere aos termos sobre as concepções de etnia ou raça. Hall (2005, p.62) o termo etnia possui um sentido amplo de características culturais, língua, crença, tradições e suas origens, e não limita, ou seja, simplifica ao um grupo específico de branco ou negro, abrangendo aos aspectos culturais do determinado grupo. Dando segmento o conceito de raça na perspectiva de Guimarães:

(...) raça é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que a nação brasileira de 'cor', ou seja, são efetivamente raciais e não apenas de 'classe'. (2002.p.50, grifo do autor).

Guimarães (2005) afirma que o racismo é algo presente em muitos países, que consideram como algo natural, esta forma de explicitar as diferenças entre as pessoas, das quais denominam como algo inofensivo. Deste modo, o sentido de raça se dirige ao um determinado grupo social, classificando os negros como desprovidos de posse, sem cultura - educacional, afirmando a sua inferioridade, não aplicando o termo ao descendente de europeu, mas aos afrodescendentes.

Esclarecendo o conceito de Guimarães (2005), racismo é um ato negativo, desrespeitoso ao próximo e a diversidade que explícitas atitudes de pré-julgamento, afirmando a inferioridade pela cor da pele do ser humano. Há muitas variedades de racistas individuais, mas todos têm, em comum uma crença na inferioridade dos negros (física, moral, intelectual, cultural, etc.) apresentam também o uso irredutível de normas brancas, com a suposição não discutida de sua qualidade superior. Embora um indivíduo não crie normas, a verdade é que os racistas equivalem a verificar até que ponto estão dispostas a atribuir inferioridade características raciais de pessoas negras, a partir normas brancas (JONES,1973, p.106)

Os afrodescendentes foram martirizados pela discriminação desde tempos primórdios relacionados ao etnocentrismo de europeus, com sua ilusória crença de superioridade como afirma (JONES,1973, p.106). Durante abordagem dos estudos verificou-se que ser humano algum nasceu racista, mas que é aprendido no meio cultural do indivíduo por julgamento construído que ideias e características físicas definem as qualidades morais, segundo Guimarães (2002, p.51.) e ainda complementa que depende

unicamente do ser racista aumentar gradualmente a inferioridade em comparação a cultura e normas brancas.

A política de cotas foi criada para acesso a democracia para que os afrodescendentes ingressassem nas instituições federais de ensino do Brasil. Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (Diário Oficial da União; Brasília 29, agosto ,2012).

METODOLOGIA

Essa pesquisa quanto a natureza é qualitativa e quanto aos objetivos é exploratória. A pesquisa qualitativa como afirma Triviños, (1987) está relacionada a uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Decide, portanto, intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar entre outros. Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos para estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Os sujeitos da pesquisa são 6 (seis) educadores responderam aos questionamentos, contribuindo assim para a elaboração do nosso trabalho. Destes colaboradores, 05 (cinco) atuam na área da Educação no Município de Campo Formoso, na Bahia (Professores da rede pública municipal), 01 (um), desenvolve um trabalho voluntário na área esportiva (treinador de futebol), assistindo crianças e adolescentes no Distrito de Tiquara (Zona Rural de Campo Formoso-Ba).

Para a coleta de informações foi utilizado um questionário. O qual foi respondido de duas formas, pessoalmente, onde os colaboradores respondiam questões sugeridas e dando as devoluções por escrito. E, através de perguntas enviadas via WhatsApp, as respostas eram devolvidas virtualmente, através dessa ferramenta.

A partir dos estudos realizados, são apresentados os resultados, com as perguntas propostas por esta pesquisa, bem como as respectivas respostas dadas pelos colaboradores convidados, Este Artigo objetiva analisar a desigualdade racial brasileira, dentro do contexto histórico de lutas para superação de preconceitos.

Pretende-se ainda, com este trabalho, buscar informações através de pesquisas *in loco* sobre a temática abordada, no sentido de ampliação de conhecimentos por parte das pesquisadoras, dos colaboradores (entrevistados), além de fornecer o material produzido para estudantes ou interessados pelo tema abordado deste estudo.

RESULTADOS

Os resultados das pesquisas, as perguntas propostas, (totalizando três) para reflexão, bem como as respostas dos convidados entrevistados, para realização deste trabalho, além do relato de um dos colaboradores (treinador esportivo), o qual sofrera preconceito racial:

As questões propostas para reflexão foram:

- 1) Na sua opinião, como é visto o racismo no Brasil?
- 2) Por que é tão difícil superar o racismo?
- 3) as ações afirmativas, voltadas as questões raciais, funcionam na prática?

As respostas estão apresentadas através de quadros e discutidas com base na teoria estudada.

Quadro nº 01 - Como é visto o racismo no Brasil

Atualmente o racismo é considerado um crime perante a justiça e a sociedade, mas infelizmente nem sempre acontece dessa forma, pois as vezes não se tem muita relevância.

O racismo é amplamente considerado como uma forma de discriminação baseado na raça ou etnias a raça negra é a mais atingida principalmente se tratando de oportunidades.

É algo muito triste difamar uma pessoa só pela cor da pele.

É reconhecido como problema social, mas infelizmente a solução para tal violência, ainda precisa ser alcançada.

Tema bastante discutido socialmente, porém a prática muito distante da teoria, no sentido de solucionar o problema.

As respostas dadas ao questionamento levantado, mostram sintonias nas opiniões dos entrevistados, visões conscientes ligadas as posturas preconceituosas que os negros sofrem, ou seja, o conhecimento individual e coletivo sobre o tema abordado, por parte dos entrevistados é amplo.

No geral, analisando as respostas colhidas para este estudo, o racismo é visto como sendo um problema social que apesar das leis serem criadas para amenizar tais situações, na prática a deficiência para a aplicação da punição ainda acontece com muita frequência, fato bastante lamentável.

Fonte: Questionário aplicado pelos pesquisadores 2024.

Diante desta realidade que impera nos tempos atuais, do qual tem resultados de lutas constantes deste povo altaneiro, foi criado políticas públicas para amenizar o cenário de prejuízos e injustiças do preconceito (que ainda não foi extinto). Cunha (2019) como intérprete da Constituição Federal expressa que o ser humano não pode não ter dignidade, pois é algo inerente aos seres humanos independentes de sua origem. [...] significativo vetor interpretativo verdadeiro valor fonte que conforma e inspira todo ordenamento constitucional vigente em no país e que reduz, de modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta a ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo.

Em seguida, foi perguntado porque é difícil superar o racismo. As respostas estão expressas no quadro a seguir.

Quadro nº 02 - Por que é tão difícil superar o racismo

Porque o que danifica uma pessoa não se apaga facilmente, pois o racismo não é somente uma questão social e sim pessoal e interpessoal afetando principalmente as pessoas mais vulnerável e principalmente os negros.

Porque mesmo com tantas leis, tantos avanços o racismo continua existindo, e a sociedade julga muito as pessoas pela cor da pele e a sua condição financeira. Para superar o racismo precisamos de muitas estratégias, informações e principalmente educação e conscientização promovendo a igualdade racial.

Sim. Com certeza e no lugar que mais sofreu foi na escola, por ser negro e pobre sempre o Negro é o malvisto perante a sociedade.

O primeiro passo é tendo consciência de que precisamos trabalhar muito a questão da igualdade, começando desde os primeiros anos de vida escolar. Abordando temas referentes ao combate, valorizando a cultura e o trabalho do negro, respeitando as diferenças, fazendo conhecer das punições pra prática de racismo, proibindo qualquer prática conscientes do racismo.

Fonte: Questionário aplicado pelos pesquisadores 2024.

Respondendo tal indagação, acima, os entrevistados acentuam a necessidade de estratégias mais eficazes que possam senão abolir, ao menos amenizar, qualquer tipo de preconceito e discriminação, vivenciados pelos negros. A educação é apontada como sendo uma saída necessária e fundamental ao processo de sensibilização que possa envolver mudanças significativas de postura de uma sociedade que insiste em ignorar a miscigenação e etnias os quais formam a população brasileira.

Também foi perguntado se as ações afirmativas funcionam na prática. As falas estão apresentadas no quadro a seguir.

Quadro nº 03 - As ações afirmativas voltadas para a questão racial, funcionam na prática?

Com palavras ditas, apelidos pejorativos, olhares com frieza, tratamento diferenciado principiante quando se trata de igualdade.

Na minha opinião são muitos palavreados bonitos, muitas leis; muita coisa bonita no papel, mas na prática as coisas acontecem de forma totalmente diferente.

Não! Pois sendo uma prática criminosa não vejo nenhuma política pública que influencia no combate ao racismo e os nossos governantes também não fazem nada para superar essa realidade eu acredito muito na educação pois só com o conhecimento de causas e segurança no assunto é que pode ser mudado essas diferenças.

As leis existem, no papel, mas a negligência por parte da justiça em aplicar as punições, favorecem a continuidade do racismo.
Em alguns casos amenizam os impactos da violência, embora não consiga soluções mais sólidas.

Fonte: Questionário aplicado pelos pesquisadores 2024.

A pergunta levantada para estudo, não deixa de ser reconhecida como tentativa, de superação ao preconceito por parte da sociedade, respondendo a esta questão, os colaboradores deste estudo, opinam que existe um distanciamento entre a teoria e a prática, assim sendo, apontam como sendo ineficazes as leis criadas para combater os atos violentos ligados ao preconceito, discriminação e desrespeito que os negros vêm sofrendo no decorrer dos tempos, fatos esses que persistem na contemporaneidade.

Segue um depoimento de um dos entrevistados sobre um fato vivenciado por ele, que demonstra uma postura racista por parte de quem deveria contribuir para aplicar a lei, criada para punir tal postura:

Em 2022 estava em São Paulo fazendo exames médicos, ia passando com os papéis nas mãos e fui barrado por um policial branco, que perguntou o que eu estava fazendo ali? Depois que expliquei, indaguei o motivo que ele não abordou o rapaz branco, com a mochila nas costas que também estava passando?

No depoimento de José (nome fictício), porém, um fato real, acentua a veracidade dos fatos que mostram a desigualdade racial no Brasil, e nas falas dos outros entrevistados, acontecem sintonia entre as visões sobre a problemática.

Pôde -se perceber que a temática levantada e discutida pelos entrevistados, tem caráter qualitativo, no sentido de analisar visões relacionadas ao preconceito racial, a discriminação e social, que pode ser baseado na superioridade de uma raça, etnia, ou uma característica física, em detrimento de outra que, por causa de sua situação racial, se autodomina raça superior

O exemplo de postura racista sofrida pelo entrevistado, além das falas dos outros colaboradores desta pesquisa, vem intensificar na prática. Assim sendo, observa-se que a luta do povo brasileiro, especificamente a população negra, não cessou ainda, isso significa que é de fundamental importância, divulgar os trabalhos, voltados ao combate a qualquer tipo de discriminação, pois, quando se ignora o problema, ele tende a persistir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos e depoimentos coletados, as considerações são apresentadas, ou seja, o que foi subtraído e assimilado ampliará o conhecimento não só acadêmico mas, principalmente, está sendo considerada como muito importante a oportunidade de crescimento sobretudo humanizado dos estudantes, os resultados impulsionarão para a busca de mais e mais soluções de problemas considerados não só sociais, o racismo e toda forma de discriminação deve ser vistos como atraso de evolução, individual e coletiva de um povo que luta por liberdade em suas mais variadas esferas.

As manifestações relacionadas ao racismo por exemplo, deve ser assumida não somente pelos negros, o interesse pela solução deste problema, precisa ser assumida por toda a sociedade, pois todo e qualquer cidadão, independentemente da sua cor de pele, que pertence ao contexto o qual está inserido, necessita contribuir para a evolução do seu país. Relatos sobre manifestações de racismo sofridos cotidianamente pelos negros, comprovam que o Brasil, apesar de ser um país que tem em sua formação a mistura de povos, a miscigenação, na maioria das vezes é ignorada, algumas pessoas de pele mais clara, as vezes se sentem superiores aos negros, isso faz com que elas cheguem a discriminar, menosprezar e até excluir os afrodescendentes.

A solução apontada para combater o racismo, é a educação, quando o povo é instruído a respeitar as diferenças, sejam elas nas mais diversas formas, as posturas equivocadas referentes ao tratamento do povo negro, tendem a ser amenizadas, quebradas e

superadas. No contexto histórico, ligado a formação do povo brasileiro, os afrodescendentes, vem lutando para serem reconhecidos como sendo membros que contribuíram bastante para a formação de uma nação, a mistura homogênea que a própria sociedade, em grande parte, insiste em dividir, quando assume postura de exclusão, simplesmente quando ignoram determinada cor de pele (negra).

Ao final deste estudo, comprova-se o que as estatísticas apontam como negativo tratamento atribuído aos negros. Tentativas que visam amenizar a situação vem sendo desenvolvidas principalmente na área da educação, ou seja, o conhecimento sempre será o instrumento capaz de superar os obstáculos ligados as limitações, as prisões que impedem um determinado povo de crescer. Reconhecendo a importância de todos os povos, independentemente da cor de suas peles. Demonstrar a evolução, socialmente falando. Em suma, depende de cada brasileiro, de forma especial, a participação individual, dentro da coletividade, posicionar-se positivamente para reverter quadros relacionados aos problemas sociais.

Após a execução desta pesquisa, espera-se esclarecer dúvidas inerentes aos contextos relacionados as desigualdades raciais, bem como provocar nos possíveis leitores, mudanças significativas que venham senão abolir, ao menos amenizar posturas comportamentais ligadas ao racismo, discriminação, desigualdade e preconceito sofridos por negros, povos estes que fazem parte da população brasileira.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, Douglas. *Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil*. Jusbrasil, 2019.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sergio A. *Classes, raças e democracia* . São Paulo: Editora34.2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós - modernidade*.10 ed.Rio de Janeiro DP&A, 2005.

Instituto de Geografia e Estatística (IBGE-2020)

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo*”. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 175p.

CAPÍTULO 13

O IMPACTO DAS COTAS RACIAIS NA FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA EM RELAÇÃO AO RACISMO

Gildete Torres dos Santos¹

Helena de Jesus Costa²

Vitória Ramos Cruz da Silva³

RESUMO

Esse artigo aborda o tema cotas raciais. É uma pesquisa qualitativa, pois estimula os sujeitos a pensar e falar livremente sobre o tema. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário *online* aplicado através da ferramenta *google forms*. Os sujeitos da pesquisa são alunos e professores. O mesmo foi prozido a partir de pesquisas baseadas em teóricos como Almeida, (2020) Albuquerque, (2006) Fraga Filho, (2006) Oliven (2007) entre outros. O artigo traz como objetivo refletir sobre a desigualdade racial destacando a importância das cotas nas instituições de ensino e a formação desse cidadão em relação ao racismo. Destaca-se que: é importante o investimento em programas educacionais que ajudem os alunos a compreender a história e as questões culturais do seu país, bem como o racismo. Identificando as abordagens sobre política das ações afirmativas por cotas raciais presentes nas universidades e Institutos Federais e como a escola está sendo trabalhado a questão da consciência crítica. Ficou claro que as cotas raciais sempre geram conflito e dividem negativamente as sociedades onde são implantadas. Isso ocorre devido ao surgimento de sentimentos de ódio racial e ressentimento por parte das pessoas que não se beneficiaram das cotas. No entanto, é

¹ Mestranda em Ciências da Educação World University Ecumenical - WUE Flórida/EUA. e-mail gildetetorres25@gmail.com

² Mestranda em Ciências da Educação World University Ecumenical - WUE Flórida/EUA. e-mail

³ Mestranda em Ciências da Educação World University Ecumenical - WUE Flórida/EUA. e-mail vitória.ramoss@uoel.br

importante abordar esse tema para que haja um maior entendimento e respeito pela diversidade.

Palavras-chave: Cotas raciais; consciência crítica; racismo.

INTRODUÇÃO

O racismo é uma realidade presente em muitas sociedades e, por mais que sejam feitos esforços para eliminar esta praga, os resultados são insuficientes para mudar a realidade. A desigualdade racial é algo perpetuado por séculos e, ainda hoje, enfrenta-se grandes desafios para superá-la. É nesse contexto que as cotas raciais ganham cada vez mais destaque, sendo implementadas em instituições de ensino. Mas elas realmente têm o impacto desejado na formação de uma consciência crítica em relação ao racismo?

Dentre os impactos importantes das cotas raciais está a redução de estereótipos e preconceitos. Isso acontece porque os estudantes de diversos grupos raciais são expostos a culturas e ideias diferentes, o que ajuda a reduzir os estereótipos e preconceitos à medida que eles têm a chance de conhecer tudo o que é diferente deles. Isso contribui para uma melhor compreensão da diversidade e, conseqüentemente, para uma maior consciência crítica em relação ao racismo.

Para compreender este tema, é necessário mergulhar em suas variantes, explorar suas características e entender seus impactos. Assim, observando os pontos positivos e negativos, sempre com o foco na formação de uma consciência crítica sobre o racismo, a partir do cenário das cotas raciais.

As universidades precisam abordar as questões raciais em debates para assegurarem os direitos dos alunos, bem como as escolas também precisam discutir a discriminação racial e como ela afeta as oportunidades educacionais no mercado de trabalho.

CONTEXTO HISTÓRICO DO SISTEMA DE COTAS RACIAIS

As cotas raciais são políticas que visam aumentar o número de pessoas do determinado grupo racial ou étnico nas instituições de ensino. Isso é feito oferecendo vantagens para o ingresso desses indivíduos, como bolsas de estudos e outras formas de apoio. Esta política foi criada com o objetivo de superar a discriminação racial, pois, na maioria dos casos, as pessoas de determinados grupos raciais são excluídas das instituições de ensino por motivos de racismo.

A chamada Lei de Cotas, conhecida também como Lei 12.711, só foi aprovada em 2012. Com ela, todas as instituições de ensino superior federais do país precisaram, obrigatoriamente, reservar parte de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, e negros, pardos e índios.

Dentre os objetivos da criação da Lei está o de introduzir e diminuir a desigualdade entre brancos e negros no país, realizando o que é chamado de reparação histórica, principalmente devido à escravidão. Ou seja, ela seria uma forma de realizar a reparação das desigualdades práticas da vida cidadã e das instituições, permitindo a atuação democrática das partes da sociedade, em completo respeito às suas diferenças.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), os dois historiadores da UFBA (Universidade Federal da Bahia) levantam o debate sobre a política de ações afirmativas ser ou não de alguma forma segregacionista. Eles resumem dizendo que acreditam, porém, que essas disputas já existem e em geral têm sido vencidas por aqueles que têm a pele mais clara. Trata-se de reverter e não inverter este quadro. Não se trata de uma coisa contra o branco, até porque o branco pobre é também contemplado em muitas propostas de cotas. A ideia é, simplesmente, oferecer oportunidade para todos. Essa é a obrigação dos governos, e deve ser o objetivo das sociedades.

Segundo os autores relatam que tais disputas já se encontram imersas no cotidiano e, na maior parte das vezes, os indivíduos de pele mais clara são favorecidos. O desafio consiste em modificar

esse panorama, sem necessariamente inverter a situação. De modo algum se trata de uma postura contrária ao indivíduo de pele branca, uma vez que o branco economicamente desfavorecido também é beneficiado em várias propostas de cotas. A essência do conceito é proporcionar a chance real de ascensão para todos os cidadãos, indistintamente.

Neste cenário a implementação de cotas raciais foi alvo de diversos ataques, um consenso entre as falas dos que são anti cotas é que elas podem promover um “racismo reverso” em que as pessoas brancas serão prejudicadas e que as cotas promovem uma “verdadeira desigualdade racial” no país. Como revela Oliven (2007, p. 41) “ Aqueles que se posicionam contra baseiam sua argumentação no princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos, fundamento essencial da República alicerçada na Constituição brasileira” . A lei de Cotas, além de representar uma ameaça a esse princípio, poderia até aumentar o racismo, dando respaldo legal ao conceito de raça, transformam classificações estatísticas gerais (como as do IBGE) em identidades e direitos individuais contra o preceito da igualdade de todos perante a lei.

No entanto, é importante considerar que as cotas raciais foram criadas com o objetivo de corrigir desigualdades históricas e estruturais, proporcionando oportunidades iguais para todos os grupos étnicos. É fundamental entender que as cotas não são uma forma de discriminação contra os brancos, mas sim uma medida necessária para garantir a inclusão social e a diversidade nas instituições. É necessário um olhar atento para os resultados positivos já alcançados com a implementação das cotas, que têm contribuído para o fortalecimento da igualdade racial e o combate ao racismo estrutural.

Corroborando com a motivação das posições contrárias, Rosa e Almeida (2020), realizam um trabalho em que extraem discursos de alunos de graduação compilando suas opiniões sobre as cotas raciais dentro do ensino público. Destacando uma das falas abordada pelos contrários às cotas raciais. Outro argumento contrário é o de que a política de cotas raciais supostamente fere o

princípio da meritocracia, segundo o qual “ todas as pessoas, independentemente das condições econômicas, históricas e sociais, têm os mesmos direitos e as mesmas condições de alcançar o sucesso, desde que haja esforço suficiente para tal”. (Rosa; Almeida, 2020, p. 447).

OS IMPACTOS DAS COTAS RACIAIS EM RELAÇÃO AO RACISMO

As cotas raciais têm um grande impacto na formação da consciência crítica em relação ao racismo. Primeiramente, elas aumentam o número de pessoas de determinados grupos raciais nas instituições de ensino, o que leva a maior diversidade cultural. Além disso, os estudantes de grupos racialmente minoritários têm a oportunidade de se expor e debater assuntos relacionados ao racismo com pessoas do mesmo grupo racial. Isso fortalece a consciência crítica em relação ao racismo e aumenta a conscientização sobre esse tema.

Todavia é importante destacar que a implantação das cotas raciais não busca substituir a meritocracia, mas sim corrigir as desigualdades históricas e estruturais que impedem o acesso equitativo à educação e oportunidades. Essa política visa proporcionar uma igualdade de oportunidades inicial, permitindo que grupos historicamente marginalizados possam competir em condições mais justas. O objetivo final é alcançar uma sociedade mais igualitária e inclusiva, onde todos tenham as mesmas chances de sucesso.

Além dos impactos mencionados, as cotas raciais promovem a visibilidade das pessoas das minorias raciais. Isso porque os estudantes desses grupos têm mais oportunidades de se destacar por seu trabalho e pelo que têm a oferecer. Isso também pode levar à mudança da mentalidade das pessoas em relação ao racismo, permitindo que elas se tornem mais conscientes de como o racismo afeta a vida das minorias raciais e como as desigualdades raciais são perpetuadas.

Em essência, o racismo é uma concepção profundamente incerta que estrutura diferenças físicas e externas entre os seres humanos, categorizando-os erroneamente como superiores ou inferiores. Almeida, (2018) em sua análise, distingue racismo de preconceito e discriminação racial. No preconceito, observa-se a formação de um juízo pré-concebido sobre uma pessoa ou grupo - exemplificado por insultos generalizados como "os negros são mais violentos", assim todos os membros desse grupo racial como violentos. A discriminação racial, por sua vez, se traduz em um tratamento desigual em função da raça de um indivíduo ou grupo. Finalmente, o racismo é concebido como uma estratificação sistemática perpetrada através de práticas conscientes ou inconscientes, resultando em desvantagens substanciais.

Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a determinado grupo racializado, e que podem ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais "naturalmente" preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. (Almeida, 2018.p 25)

Segundo Almeida (2018, p. 25). Apreendido o conceito de raça, " já é possível falar de racismo, mas não sem antes diferenciar o racismo de outras categorias que também parecem associadas à ideia de raça: preconceito e discriminação". Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam.

METODOLOGIA

Para este estudo, será realizada uma pesquisa qualitativa. Alguns autores a interpretam como uma pesquisa exploratória, porque estimulam os sujeitos a pensar e falar livremente sobre o tema abordado. O objetivo é compreender melhor as opiniões e perspectivas dos entrevistados sobre o tema em questão. Para isso, serão utilizadas técnicas de entrevista semi-estruturadas.

Segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 269) “A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, buscando obter o máximo de informações e esclarecimentos que contribuam para a resolução da problemática aqui apresentada.

O objetivo desse estudo é refletir sobre a desigualdade racial pretende-se responder a seguinte pergunta. Como as instituições de Ensino trabalham as questões Ético Raciais das cotas em relação à conscientização dos educandos sobre o racismo? Considerando que as instituições de ensino superior têm adotado cotas raciais para aumentar a diversidade de alunos em seus programas. Uma das maneiras como elas fazem isso é concedendo bolsas e descontos de taxas de matrícula a alunos de minorias. E assim, compreender a importância das cotas raciais nos ensino superior se elas ajudam a aumentar a diversidade e a diminuir as desigualdades; verificar se as instituições de ensino estão abordando as questões raciais; analisar as escolas como estão sendo discutido a discriminação racial e como elas podem contribuir com as oportunidades educacionais. Bem como, promover debates sobre temas raciais e discriminação para conscientização dos educandos.

Foi aplicado o questionário com 4 (quatro) questões através da ferramenta google forms com professores e alunos universitários de instituições públicas.

Foi realizada também conversa informal com pessoas locais que fazem parte do processo de apuração nas informações para comprovar a problemática da pesquisa, demonstrando o seu

conhecimento sobre o tema abordado. E, portanto, obter uma melhor compreensão sobre os temas abordados na pesquisa. Com base nessas informações, espera-se poder confirmar se existe alguma relação significativa e como as Instituições de Ensino trabalham as questões Ético Raciais das cotas em relação à conscientização dos educandos sobre o racismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o tema escolhido, buscou-se pessoas que poderiam contribuir nessa pesquisa. Por isso foi elaborado um questionário com 4 (quatro) questões para construção deste artigo. No quadro a seguir estão expressas as questões sobre as cotas raciais. De acordo com as respostas apresentadas está posto um relato sobre o estudo, se foi relevante para construção do trabalho e essenciais para uma melhor compreensão do tema abordado. No entanto, houve respostas que coincidiram com citações de alguns autores na referencial teórico. Foi feito um prévio levantamento sobre as cotas raciais e como estão sendo usadas nas instituições de ensino superior.

É evidente que as questões raciais e sociais ainda são desafiadoras para se resolver de maneira equitativa e justa. No entanto, a inclusão de cotas raciais em instituições de ensino pode ajudar a equilibrar as coisas. Sendo assim, este estudo busca analisar a contribuição do sistema de cotas raciais nas instituições de ensino bem como a inclusão étnico-racial e social capaz de valorizar a diversidade.

O quadro abaixo mostra as perguntas enviadas para pesquisa, bem como as respectivas respostas dadas pelos entrevistados:

Quadro nº 01 – Vantagens das cotas raciais

Quais as vantagens das cotas raciais?			
<p>Pessoa 1</p> <p>As cotas raciais foram instituídas enquanto política pública com vistas a corrigir séculos de injustiças e desigualdade. Através das cotas raciais foi possível inserir a população negra nas universidades(...)</p>	<p>Pessoa 2</p> <p>As cotas raciais são ações aplicadas pelo Governo Brasileiro para vrezuir as desigualdades econômicas, educacionais e sociais entre cidadãos de diferentes raças. (...)</p>	<p>Pessoa 3</p> <p>As oportunidades do processo contínuo da educação com acesso igualitário aos estudantes de baixa renda. Com as cotas o ingresso a uma universidade pública se torna viável àqueles que não tem as mesmas possibilidades de ensino que um aluno de classe média/alta. (...)</p>	<p>Pessoa 4</p> <p>Quando se trata de “cotas” nas universidades é de suma importância está sempre em discussão. As vantagens ajudam a combater a desigualdade social e a exclusão de grupos historicamente marginalizados. Dão exemplo para que outros jovens negros e indígenas sintam-se motivados para ingressar na universidade. (...)</p>

Fonte: questionário aplicado pelos pesquisadores, 2024.

As cotas raciais são políticas que visam aumentar o número de pessoas do determinado grupo racial ou étnico nas instituições de ensino. Algumas universidades adotaram a implementação de cotas, entre elas estão: Em 2003, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) implementou o primeiro programa de cotas brasileiro (Guarnieri & Melo-Silva, 2017). Em 2004, a Universidade de Brasília (UNB) adotou a política de cotas étnico-raciais, sendo a primeira instituição federal do gênero a adotar tal ação (Lima, Neves, & Silva, 2014). Em 2010, 91 instituições públicas de ensino de nível superior já adotavam algum tipo de política afirmativa para ingresso desses grupos nos cursos de graduação (Lima, 2010).

Quadro nº 02: instituições de ensino e o uso das cotas

2- Como as instituições de ensino usam as cotas?			
Pessoa 1 A lei de cotas lei federal 12.711 de agosto de 2012 é válida apenas no âmbito das instituições de ensino superior públicos federais. Porém as universidades públicas estaduais em todo o Brasil adotaram políticas de ações afirmativas que organizam o sistema de distribuição de vagas nos seus vestibulares através de leis estaduais. (...)	Pessoa 2 As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio <i>per capita</i> e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio.(...)	Pessoa 3 As cotas são reservadas para assim promover a igualdade de oportunidades e combater a desigualdade social e racial. Uma porcentagem das vagas em instituições de ensino do governo são destinadas para grupos como negros, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes oriundos de escolas públicas, visando promover a inclusão social e garantir a democratização do ensino superior. (...)	Pessoa 4 As cotas são uma política pública que visa priorizar determinados grupos que sofrem desigualdade social em função de raça, gênero ou deficiência. A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) assegura a reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e deficientes nas instituições de ensino superior. (...)

Fonte: questionário aplicado pelos pesquisadores, 2024.

A chamada Lei de Cotas, conhecida também como Lei 12.711, só foi aprovada em 2012. Com ela, todas as instituições de ensino superior federais do país precisaram obrigatoriamente, reservar parte de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, e negros, pardos e índios.

Quadro nº 03 – Principais desvantagens das cotas

Quais são as principais desvantagens das cotas?			
Pessoa 1	Pessoa 2	Pessoa 3	Pessoa 4
<p>Não existem desvantagens dessa importante política pública, no entanto os que são contra as cotas alegam que este sistema divide negativamente a sociedade gerando ódio racial. Outro fato é o número de fraudes cometidas por pessoas de má fé para se aproveitar das cotas sem estar dentro do contexto da mesma. (...)</p>	<p>Existem diversos pontos negativos que muitas vezes divergem em relação às cotas sendo um deles a discriminação da cor do indivíduo, A diferença está na cor de pele. Além disso, a desigualdade racial não é recente. É preciso lembrar do histórico da escravidão e da ausência de políticas públicas pós-abolição para integração dos(as) descendentes de africanos escravizados, esses por suas vez foram muitos humilhados fato em que ocorre até os dias atual. (...)</p>	<p>Por mais que as cotas sejam um apoio aos menos favorecidos, ela amplia a visão do governo em criar projetos ao invés de gerar melhorias na educação pública. As cotas hoje são utilizadas como um marketing para garimpar votos onde o correto seria criar um sistema educacional sólido, com qualidade e incentivo estudantil. A igualdade de oportunidades, a inclusão social e a democratização do ensino precisa ser visto como base da educação e não como correção a uma educação base ineficaz. (...)</p>	<p>Embora as cotas tenham sido implementadas para a igualdade de oportunidades, elas também têm suas desvantagens: Redução da qualidade do ensino: Alguns críticos argumentam que as cotas podem levar a uma redução na qualidade do ensino, uma vez que os alunos selecionados com base em critérios de cotas podem não ter as mesmas habilidades e conhecimentos que outros alunos . (...)</p>

Fonte:

O papel das cotas como um guia de visibilidade é um caminho para a valorização social explicitas nas respostas, mostrando que antes da inserção por meio delas, a situação da população negra no campo universitário era invisibilizada. E quando uma pessoa negra rompia essa invisibilidade ao ocupar os assentos universitários, frequentemente sua presença era vinculada exclusivamente ao próprio sucesso pessoal, em razão de reconhecer o racismo estrutural incrustado na sociedade brasileira. As cotas raciais atuam como um instrumento poderoso que denuncia a disparidade racial enraizada na sociedade e busca por um futuro mais equânime.

Segundo Woodward (2014, p. 34), “[...] a identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política”, social e cultural. Assim, a cota racial é uma forma de valorizar a população negra e construir um campo favorável para emancipação étnica.

Quadro nº 04 – Instituições de ensino devem abordar a questão das cotas raciais

Por que as instituições de ensino devem abordar as questões raciais?			
Pessoa 1	Pessoa 2	Pessoa 3	Pessoa 4
A escola é o ambiente onde a diversidade cultural está presente, desse modo é um espaço que deve participar do processo de socialização e bem estar do cidadão. Apesar dos avanços nos aspectos legais com leis e normas, a prática pedagógica tem avançado pouco nas questões raciais. Para que a	Por questão de respeito, ética e cidadania, porque segundo a Constituição Federal somos todos cidadãos brasileiros com direitos iguais, abordando também a questão desigualdade social e a diferença econômica que existe entre determinados	Para que os alunos aprendam a respeitar e reconhecer as diferenças de cada indivíduo na sociedade. Somos diferentes uns dos outros, mas o respeito pela vida é igualitária e todos têm os mesmos direitos, independente da classe social, etnia, cultura, raça ou crenças.	As instituições de ensino devem abordar as questões raciais porque a educação é um dos principais meios para combater o racismo e promover a igualdade racial. A escola é um espaço onde as crianças aprendem a lidar com a diversidade e a

sociedade avance no combate ao racismo é preciso que as questões raciais tenham sua centralidade na prática pedagógica. (...)	grupos de pessoas dentro de uma mesma sociedade. (...)	Tornar os alunos cidadãos críticos, capazes de criar e produzir um contexto social saudável. (...)	conviver de forma democrática. É de suma importância que todos os alunos aprendam sobre história e a cultura afro-brasileira e africana, bem como sobre as contribuições das matrizes étnico-raciais que formaram a sociedade do nosso país. (...)
---	--	--	--

Fonte: questionário aplicado pelos pesquisadores, 2024.

Assim, a relevância de abordar as relações raciais na esfera educacional fica clara. A implementação de políticas afirmativas, como as cotas raciais, depende essencialmente da compreensão e valorização da história e da cultura afrodescendente. Esse conhecimento está na essência da formação identitária e do enriquecimento de nossa diversidade cultural.

Diante das respostas obtidas pelos questionamentos, são bastante pertinentes ao estudo feito sobre o tema abordado “O impacto das cotas raciais na formação de uma consciência crítica em relação ao racismo”, relatos comprovam que a educação é um dos principais meios para combater o racismo e promover a igualdade racial, porque a escola é um espaço onde as crianças aprendem a lidar com a diversidade e a conviver de forma democrática.

Mesmo havendo divergência sobre os diversos pontos negativos que muitas vezes divergem em relação às cotas sendo um deles a discriminação da cor do indivíduo, sendo visto na

diferença da cor da pele, considerado que além disso, a desigualdade racial não é recente, mas a lei de cotas fundamentada na Lei federal 12.711 de agosto de 2012 que é válida apenas no âmbito das instituições de ensino superior públicos federais.

Então as cotas raciais são ações aplicadas pelo Governo Brasileiro para reduzir as desigualdades econômicas, educacionais e sociais entre cidadãos de diferentes raças. É de suma importância que todos os alunos aprendam sobre história e a cultura afro-brasileira e africana, bem como sobre as contribuições das matrizes étnico-raciais que formaram a sociedade do nosso país.

Não podemos negar o quanto a política de cotas tem sido necessária dentro do processo histórico. Não há como reivindicar equidade com a população negra que não esteja incluída no ensino superior e nos demais setores públicos, ou em qualquer outra esfera da sociedade. Mas é preciso ir além, questionar que tipo de universidade nós estamos construindo. Se esse modelo educacional que aí está posto realmente minimiza as desigualdades. A universidade pública é constituída dentro desse sistema eurocêntrico e elitista, e focando estaria então na ascensão do indivíduo e não na transformação da sociedade e ou desses grupos sociais como um todo. Por trás de tudo isso existe um projeto político governamental, que visa diminuir gastos. Criam-se cotas quando na verdade deveria se investir numa educação pública de qualidade, ou até mesmo aumentar os números de vagas nas universidades públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo ainda é uma realidade presente em muitas sociedades, mas as cotas raciais estão provando ser um instrumento valioso para superar essa praga. Elas têm um grande impacto na formação de uma consciência crítica em relação ao racismo, aumentando a diversidade cultural, reduzindo as desigualdades e estereótipos, criando um ambiente mais inclusivo e promovendo a visibilidade das pessoas das minorias raciais. Por

esses motivos, refletir sobre alguns dados concretos sobre a desigualdade racial e compreender a importância das cotas nas instituições de ensino.

É evidente que as questões raciais e sociais ainda são desafiadoras para se resolver de maneira equitativa e justa. No entanto, a inclusão de cotas raciais em instituições de ensino pode ajudar a equilibrar as coisas. As instituições de ensino também devem abordar a discriminação racial e como isso afeta as oportunidades educacionais e a força de trabalho. Assim, convida-se você a analisar a contribuição do sistema de cotas raciais nas instituições de ensino bem como a inclusão étnico-racial e social capaz de valorizar a diversidade.

Com o resultado da pesquisa, ficou claro que as cotas raciais sempre geram conflito e dividem negativamente as sociedades onde são implantadas. Isso ocorre devido ao surgimento de sentimentos de ódio racial e ressentimento por parte das pessoas que não se beneficiaram das cotas. No entanto, é importante abordar esse tema para que haja um maior entendimento e respeito pela diversidade. É fundamental reconhecer a importância de valorizar e respeitar as diferenças individuais na sociedade, promovendo a igualdade de oportunidades para todos. Por meio desse entendimento e respeito mútuo, pode-se construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Explorar o impacto do sistema de cotas raciais na esfera educativa, unindo a sua potencialidade em impulsionar uma inclusão étnico-social plena que celebre e abraça efetivamente a riqueza da diversidade.

Não há dúvida de que o sistema de cotas raciais é um passo rumo à igualdade racial. Contudo, é imprescindível que ele seja acompanhado de uma educação de qualidade, que trabalhe a desconstrução do preconceito e a formação de uma consciência crítica em relação ao racismo. As cotas raciais têm um papel relevante na mudança de paradigma social. Elas, juntamente com uma educação antirracista, podem ser a chave para a formação de uma consciência crítica acerca do racismo, contribuindo para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sívio Luiz de. *O que é Racismo Estrutural?* Belo Horizonte (MG). Letramento, 2018. (Feminismo Plurais/ coordenação de Djanira Ribeiro)

BRASIL. Constituição Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília. 2012.

Guarnieri, F., & Melo-Silva, L. *Cotas universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. Psicologia Escolar e Educacional*, 2017.

Lima, M. E. *Desigualdades raciais e políticas públicas: Ações afirmativas no governo Lula. Novos Estudos-CEBRAP*, 2010.

Lima, M. E., Neves, P., & Silva, P. *A implantação de cotas na universidade: Paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. Revista Brasileira de Educação*, 2014.

OLIVEN, Arabela Campos. *Ação afirmativa, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil, Educação, Porto Alegre*, v. 30, n. 61, p.29-51, 2007.

ROSA, Isabela Santos Correia; ALMEIDA, Rosiléia Oliveira de. *Interações Discursivas em Sala de aula: posicionamentos de estudantes de licenciatura em Biologia sobre a política de cotas raciais no ensino superior brasileiro. Discurso & Sociedad, Feira de Santana*, n. 2, p.443-472, 2020.

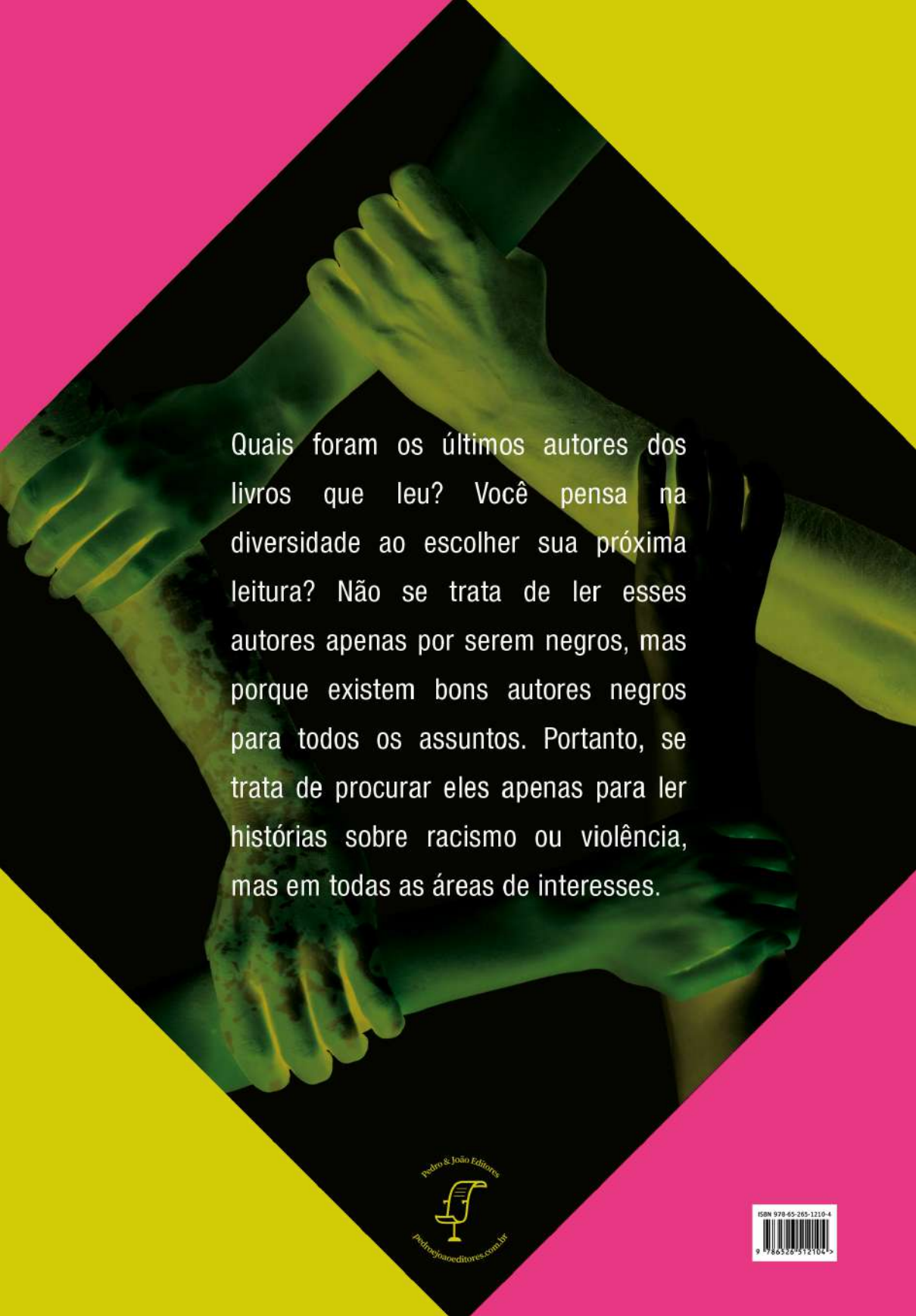
WOODWARD, K. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes*, 2014. p. 7-72.

SOBRE A ORGANIZADORA



Doutora em Ciências da Educação - Universidad Internacional Tres Fronteras - UNINTER - Assunção /PY (2018). Objeto de estudo: Construção de Identidade e Formação Docente. Mestra em Ciências da Educação - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT Lisboa/ PT (2013) e

Universidade Federal do Ceará - UFC. Objeto de estudo Cotas Sociais: igualdade de direitos ou dívida social? O discurso dos protagonistas. Graduada em Letras UERN (2001). Graduada em Pedagogia - UNICESUMAR (2020). Docente do quadro Efetivo da SEEC/RN (1990) Docente (Visitante) World University Ecumenical - WUE (desde 2020) atuais). Membro do Grupo de Estudo em Análise do Discurso da UERN - GEDUERN. Atualmente estuda sobre Ensino Antirracista, Violência Doméstica, memórias e relações de poder.



Quais foram os últimos autores dos livros que leu? Você pensa na diversidade ao escolher sua próxima leitura? Não se trata de ler esses autores apenas por serem negros, mas porque existem bons autores negros para todos os assuntos. Portanto, se trata de procurar eles apenas para ler histórias sobre racismo ou violência, mas em todas as áreas de interesses.